

INST.FED.EDUC.CIENC.E TEC.SERTÃO PERNAMBUCANO

## Termo de Referência 3/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	158149-INST.FED.EDUC.CIENC.E TEC.SERTÃO PERNAMBUCANO	DANIELLE ANDRADE DE LUCENA CARVALHO	05/05/2026 10:44 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23302.100147/2026-47

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23302.100147/2026-47)

## TERMO DE REFERÊNCIA

## CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de **Serviços Contínuos de Vigilância Armada, Motorizada ou Não, para atender aos Campi do IFSertãoPE**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

GRUPO 01: Campus Santa Maria da Boa Vista							
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Postos	Valor Unitário Mensal por Posto	Valor Total Mensal Estimado	Quantidade Total de Meses / Ano	Valor Total Máximo Aceitável / Ano
			(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C x D)
01	Vigilância armada, <b>diurna, não motorizada</b> , para a tender todo o perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 06:00 horas e terminando às 18:00 horas. CBO 5173- 30. Considerando 01 Posto de serviço com 02 vigilantes cada. <b>CATSER: 24015</b>	Posto / Mês	01	14.187,04	14.187,04	24	340.488,96
02	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 18:00 horas e terminando às 06:00 horas. CBO 5173-30. Considerando 02 Postos de serviços com 02 vigilantes cada. <b>CATSER: 24015</b>	Posto / Mês	02	16.685,66	33.371,32	24	800.911,68

GRUPO 02: Campus Salgueiro							
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Postos	Valor Unitário Mensal por Posto	Valor Total Mensal Estimado	Quantidade Total de Meses / Ano	Valor Total Máximo Aceitável / Ano
			(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C x D)
03	Vigilância armada, <b>diurna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 07:00 horas e terminando às 19:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviço com 02 vigilantes). CATSER: 24015	Posto / Mês	01	14.174,26	14.174,26	24	340.182,24
04	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 19:00 horas e terminando às 07:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviço com 02 vigilantes). CATSER: 24015	Posto / Mês	01	16.672,88	16.672,88	24	400.149,12
05	Vigilância armada, <b>diurna, motorizada</b> , com efetuação de rondas, percorrendo uma média de 24km diariamente em escala de 12x36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 07:00 horas e terminando às 19:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviço com 02 vigilantes). CATSER: 24015	Posto / Mês	01	14.683,20	14.683,20	24	352.396,80
06	Vigilância armada, <b>noturna, motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus com rondas internas no Campus com uma média de 24 km em cada <u>uma</u> , em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 19:00 horas e terminando às 07:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviço com 02 vigilantes). CATSER: 24015	Posto / Mês	01	17.181,82	17.181,82	24	412.363,68

GRUPO 03: Campus Serra Talhada							
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Postos	Valor Unitário Mensal por Posto	Valor Total Mensal Estimado	Quantidade Total de Meses / Ano	Valor Total Máximo Aceitável / Ano
			(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C x D)
07	Vigilância armada, <b>diurna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 06:00 horas e terminando às 18:00 horas. CBO 5173-30. 01 (um) Posto de serviço com 2 vigilantes. CATSER: 24015	Posto / Mês	01	14.231,48	14.231,48	24	341.555,52
08	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 18:00 horas e terminando às 06:00 horas. CBO 5173-30. 2 (dois) Postos de serviços com 02 (dois) vigilantes cada. CATSER: 24015	Posto / Mês	02	16.730,08	33.460,16	24	803.043,84

Item 09: Campus Ouricuri							
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Postos	Valor Unitário Mensal por Posto	Valor Total Mensal Estimado	Quantidade Total de Meses / Ano	Valor Total Máximo Aceitável / Ano
			(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C x D)
09	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 19:00 horas e terminando às 07:00 horas. CBO 5173-30 (02 Postos de serviços com 02 vigilantes cada). CATSER: 24015	Posto / Mês	02	16.708,30	33.416,60	24	801.998,40

1.1.1. A Planilha de Preço Máximo Aceitável pela Administração está como anexo deste Termo (Anexo II);

1.1.2. As planilhas de custos do órgão gerenciador e/ou órgãos e entidades participantes constam como Anexo IV deste Termo.

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 10830301000104-0-000008/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 06/11/2025;
- III. Id do item no PCA: 3;
- IV. Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;
- V. Identificador da Futura Contratação: 158568-4/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Em relação às práticas de sustentabilidade, a empresa contratada deverá observar as orientações contidas no Caderno de Logística da Gestão Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento, que trata da prestação de serviços de vigilância patrimonial, que, dentre outras, orienta que:

- A equipe que prestará o serviço deverá ser instruída sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos;
- A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados. É de responsabilidade da contratada reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência;
- São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa;
- É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente;
- É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
- É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços;
- Ainda cabe destacar que a contratada deverá respeitar as práticas institucionais sustentáveis existentes e as que vierem a ser implementadas durante a vigência contratual.

4.2. Por fim, frise-se que apesar de ainda não haver um Plano de Logística Sustentável institucionalizado, os trabalhos de confecção e implantação deste no âmbito do IFSertãoPE já estão em andamento pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual da contratação.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

- 4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.5.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.11. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.11.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.17.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.17.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## Vistoria

4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00** horas às **12:00** horas e das **13:00** horas às **17:00** horas.

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.24. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **Instalação de escritório**

4.26. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, em um raio de até 360 km do local do contrato, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Margem de Preferência**

4.27. O objeto da contratação poderá se enquadrar na margem de preferência normal entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), prevista no Decreto Federal nº 12.218, de 11 de outubro de 2024, que alterou os artigos 2º, 3º e 8º do Decreto Federal nº 1.890/2024, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI Nº 4, de 18 de outubro de 2024 e suas atualizações, da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e/ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.

4.27.1. O sistema indica automaticamente, se terá margem e seu devido percentual, apenas no momento da Divulgação da Licitação em cada item licitado, quando é feita a distribuição dos itens por UASG e Local de Entrega.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **30 (trinta) dias úteis** do envio da ordem de serviço.

5.1.1.1. O prazo delimitado no item acima será utilizado pelo interessado contratado para definição de detalhes técnicos, contratação e treinamento de pessoal, quando necessário, e demais rotinas administrativas preponderantes para o fiel cumprimento do Contrato;

5.1.1.2. Antes do início da execução do contrato será realizada uma reunião entre a empresa e a equipe de fiscalização, convocado pela Unidade (campus) do IFSertãoPE em suas dependências ou de modo virtual a critério da Administração, com a finalidade de apresentar os devidos esclarecimentos à contratada sobre os requisitos da prestação do serviço objeto da contratação, tais como:

- entrega dos uniformes, materiais, equipamentos e EPIs;
- metodologia de pagamento dos serviços prestados;
- substituição de colaboradores; papel de cada fiscal (administrativo e técnico);
- dialogar e instruir acerca da aplicação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
- assinatura de ata ao final da reunião para registro das discussões; outros assuntos pertinentes à contratação.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Os serviços de vigilância deverão ser executados de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, realização de rondas nas áreas internas e externas. Os serviços de vigilância deverão ser executados por profissional qualificado nos termos da Lei nº 7.102/83 (atualizada pela Lei 14.967/2024). Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

- a - ser brasileiro;
- b - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- d - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei;
- e - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- f - não ter antecedentes criminais registrados; e
- g - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

5.1.2.2. Cabe ressaltar que os requisitos e condições aqui listadas estão de acordo com os dispositivos legais que regulamentam a matéria abordada e visam exclusivamente resguardar a promoção adequada dos serviços, não se constituindo em óbice para participação dos fornecedores que desejam firmar contratos com a Administração Pública.

5.1.2.3. Será tomado por base o valor do salário (piso salarial) mínimo que pode ser pago à categoria profissional que atende aos requisitos do objeto deste Termo de Referência e é fixado pela convenção coletiva registrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - CCT PE000353/2026;

5.1.2.4. A Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017, orienta que a unidade de medida adotada consiste em postos, sendo que os postos de trabalho com escalas de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas compreendem 02 (dois) vigilantes. Ou seja, 01 posto de trabalho equivale a 02 vigilantes. Nessas contratações, os empregados da contratada são alocados para trabalhar continuamente nas dependências do órgão, com dedicação exclusiva, tendo em vista a natureza da contratação;

5.1.2.5. Os empregados deverão desenvolver suas atividades uniformizados, observadas as disposições contidas neste Termo de Referência.

5.1.2.5.1. A contratada deverá fornecer uniforme/fardamento e identificação adequada aos funcionários, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

5.1.2.6. As solicitações do contratante para a substituição definitiva de empregados deverão ser efetivadas no dia seguinte ao da solicitação, caso não tenha sido estabelecido outro prazo, admitida a tolerância de até 3 (três) dias para a efetivação da substituição;

5.1.2.7. A Contratada deverá orientar seus empregados quanto à prevenção de incêndios e observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e EPI'S, objetivando-se a correta execução dos serviços;

5.1.2.8. A Contratada deverá substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus empregados alocados, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após o início da respectiva jornada, de forma a se evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. No caso de ausência de um profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

5.1.2.9. Os contratos eventualmente firmados poderão ser acrescidos e/ou suprimidos conforme limites e condições estabelecidas nos art. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021;



5.1.2.10. É VEDADO à CONTRATADA o uso de insumos próprios, à exceção dos fardamentos, não provisionados nos demonstrativos de custos, bem como a posterior cobrança da CONTRATANTE, exceto nos casos expressamente previstos neste instrumento;

5.1.2.11. Os funcionários da CONTRATADA, por ela recrutados, em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, designados para execução dos serviços, deverão atender, dentre outros, aos seguintes requisitos mínimos, além daqueles estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar:

- Qualificação para o serviço das atividades que lhe forem confiadas;
- Pontualidade, cordialidade e assiduidade ao trabalho;
- Atender ao princípio da urbanidade e apresentar-se sempre com uniformes completos, limpos e com crachá;
- Zelar pelos bens do Instituto Federal do Sertão Pernambucano;
- Pertencer ao quadro de empregados da contratada.

5.1.2.12. O fornecimento dos equipamentos de proteção coletiva e de proteção individual é de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, bem como o fornecimento de uniformes aos seus empregados;

5.1.2.13. A contratada deverá designar formalmente um preposto para tratar das situações envolvendo o contrato, devendo tal informação ser encaminhada por Ofício à Gestão do Contrato previamente ao início da execução do contrato;

5.1.2.14. A comunicação formal deverá ser realizada através de Ofício e e-mail. A comunicação realizada pelo e-mail oficial apresentado pela contratada será considerada recebida e lida, independentemente de manifestação de recebimento, dentro do período compreendido entre as 8 h e 18 h dos dias úteis.

## **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

- **CAMPUS OURICURI:** Estr. do Tamboril, s/n - Vila Quixada, Ouricuri - PE, 56200-000, Telefone: (87) 99625-0014;
- **CAMPUS SALGUEIRO:** BR-232, Km 508, s/n - Zona Rural, Salgueiro - PE, 56000-000 Telefone: (87) 98153-4994;
- **CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA:** Rodovia BR-428, Km 90 (algumas referências apontam Km 94), Zona Rural, CEP 56380-000, Telefone: (87) 99952-8816;
- **CAMPUS SERRA TALHADA:** Rodovia PE 320, Km 126, s/n, zona rural de Serra Talhada - PE, Caixa Postal 78, telefone: (87) 9 8866-1978.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

### **5.3.1. CAMPUS OURICURI:**

- **12X36 NOTURNO ARMADO NÃO MOTORIZADO:** Posto de vigilância armada no turno NOTURNO de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, das 19h às 07h no campus Ouricuri para atender todo o perímetro interno do campus.

### **5.3.2. CAMPUS SALGUEIRO:**

- **12X36 DIURNO ARMADO NÃO MOTORIZADO:** Posto de vigilância armada no turno DIURNO de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, das 07h às 19h no campus Salgueiro para atender todo o perímetro interno do campus.
- **12X36 NOTURNO ARMADO NÃO MOTORIZADO:** Posto de vigilância armada no turno NOTURNO de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, das 19h às 07h no campus Salgueiro para atender todo o perímetro interno do campus.
- **12X36 DIURNO ARMADO MOTORIZADO:** Posto de vigilância armada no turno DIURNO de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, das 07h às 19h no campus Salgueiro com efetuação de rondas, percorrendo uma média de 24km diariamente.

- 12X36 NOTURNO ARMADO MOTORIZADO: Posto de vigilância armada no turno NOTURNO de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, das 19h às 07h no campus Salgueiro para atender todo o perímetro interno do campus com rondas internas no Campus, com uma média de 24km em cada uma.

#### 5.3.3. **CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA:**

- 12X36 DIURNO ARMADO NÃO MOTORIZADO: Posto de vigilância armada, diurna, não motorizada, para atender todo o perímetro interno do Campus, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 06:00 horas e terminando às 18:00 horas;
- 12X36 NOTURNO ARMADO NÃO MOTORIZADO: Posto de vigilância armada, noturna, não motorizada, para atender todo o perímetro interno do Campus, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 18:00 horas e terminando às 06:00 horas.

#### 5.3.4. **CAMPUS SERRA TALHADA:**

- 12X36 DIURNO ARMADO NÃO MOTORIZADO: Posto de vigilância armada no turno DIURNO de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, das 06h às 18h no campus Serra Talhada para atender todo o perímetro interno do campus.
- 12X36 NOTURNO ARMADO NÃO MOTORIZADO: Posto de vigilância armada no turno NOTURNO de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, das 18h às 06h no campus Serra Talhada para atender todo o perímetro interno do campus.

5.3.5. Os turnos e horários descritos nos itens anteriores poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa da CONTRATANTE, desde que não exceda a carga horária de trabalho previamente estabelecida, respeite a legislação em vigor, e haja comunicação prévia a CONTRATADA, devendo os empregados, em razão disso, possuírem flexibilidade de horário.

### **Rotinas a serem cumpridas**

#### 5.3.6. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.6.1. A contratação de empresa especializada no fornecimento dos serviços de vigilância deverá ser conforme as necessidades apresentadas, as quantidades e especificações, observando ainda o quantitativo de materiais, equipamentos e fardamentos necessários ao desenvolvimento das atividades, os Requisitos da Contratação, o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar do processo de contratação.

5.3.6.2. Para que esta contratação alcance os resultados pretendidos, os empregados da empresa que atuarão nos postos de vigilantes deverão entre outras:

1. Vigiar as dependências do IFSertãoPE, com a finalidade de prevenção;
2. Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos;
3. Recepcionar e controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito, quando couber;
4. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
5. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida pela Administração, bem como as que entenderem oportunas;
6. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

7. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
8. Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
9. Recomendar a não aglomeração de pessoas junto ao posto, relatando o fato ao responsável, no caso de desobediência;
10. Mitigar todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações, bem como proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração;
11. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários ao perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
12. Ser pontual e cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, apresentando-se sempre devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;
13. Receber/tratar os servidores, alunos e visitantes de forma cortês;
14. Acatará a programação dos serviços a ser feita periodicamente pela Administração com posterior informação à empresa prestadora dos serviços, devendo ser cumprida pela Contratada com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
15. Não adentrar no interior das dependências da Contratante com materiais que atentem contra a segurança das pessoas, das instalações ou de terceiros, tais como explosivos, inflamáveis, bem como substância ilícitas como por exemplo álcool e demais entorpecentes;
16. Não poderá realizar substituições ou alterações no quadro de vigilantes sem a prévia comunicação e aceitação por parte da Administração, independentemente dos motivos apontados pela Contratada;
17. Controlar o estacionamento de veículos nas dependências do campus, evitando o estacionamento em locais proibidos;
18. Registrar ocorrências em livro próprio ou sistema indicado pela Administração, com descrição clara dos fatos, horários e providências adotadas;
19. Verificar o correto fechamento de salas, laboratórios e setores, durante e após o término das atividades, quando aplicável;
20. Manter sigilo sobre rotinas, sistemas e procedimentos de segurança da instituição;
21. Comunicar falhas em cercas, muros, portões, iluminação externa ou dispositivos de segurança que possam comprometer a proteção patrimonial;
22. Atuar preventivamente em situações de conflito ou risco à integridade de pessoas, solicitando apoio quando necessário;
23. Proibir a permanência e aglomeração de pessoas não autorizadas em áreas de segurança e controle restrito, tais como guaritas, centrais de monitoramento, portarias de serviço e demais dependências destinadas exclusivamente à atividade de vigilância, mantendo o acesso limitado apenas aos profissionais designados e aos agentes formalmente autorizados pela Administração;

24. Impedir o acesso, a visualização ou qualquer tipo de manuseio por pessoas não autorizadas aos sistemas de monitoramento e controle de segurança, incluindo câmeras, centrais de alarme, gravadores, painéis e softwares de vigilância, preservando o sigilo das informações, a integridade dos equipamentos e a confiabilidade das operações de segurança patrimonial;

25. Receber e controlar a entrada de cargas e materiais destinados ao Campus, orientando transportadores e fornecedores quanto ao local correto para estacionamento e realização da descarga, conforme fluxos e rotinas estabelecidos pela Administração;

26. Conferir, no ato do acesso, a documentação fiscal básica das mercadorias (nota fiscal ou documento equivalente), verificando a compatibilidade com a unidade destinatária e registrando a entrada quando aplicável;

27. Comunicar imediatamente à Administração ou ao setor responsável pelo recebimento de materiais a chegada de cargas, bem como quaisquer divergências aparentes, irregularidades documentais ou situações que fujam aos procedimentos previamente definidos;

28. Realizar o controle de chaves de acesso às dependências do Campus, mantendo sob guarda as chaves das áreas sob sua responsabilidade e efetuando rigoroso registro de retirada e devolução em livro próprio ou sistema definido pela Administração, com identificação do solicitante, setor, data, horário e assinatura, assegurando a rastreabilidade da movimentação e a segurança das instalações;

29. Executar outras atividades correlatas à função de vigilância patrimonial, compatíveis com o posto e determinadas pela Administração, desde que não descaracterizem a natureza do serviço contratado sempre devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada.

5.3.6.3. A execução dos serviços segue uma rotina específica estabelecida e supervisionada pelo órgão ou entidade. A escolha desse tipo de contratação justifica-se por representar a solução mais adequada para o atendimento das necessidades e permitir em especial:

- Ação imediata em caso de necessidade;
- Controle da entrada e saída de materiais e equipamentos de propriedade do IF Sertão Pernambucano, quando couber;
- Realização de rondas nos espaços do IFSertãoPE.

5.3.6.4. O vigilante rodante de moto, no caso do campus Salgueiro, deverá circular por toda a área de abrangência do posto definido previamente pela Fiscalização Técnica/Setorial, fiscalizando as barreiras perimetrais/operacionais existentes.

5.3.6.5. As rotinas de execução, periodicidades, horários de trabalho, escalas e rotinas serão estabelecidas previamente junto à contratada, através da Equipe de Gestão e Fiscalização do contrato.

5.3.6.6. A prestação de serviços estará relacionada com a descrição da função a ser contratada conforme CBO próprio, com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, como também ao disposto na Convenção Coletiva de Trabalho vigente à época.

Nº	Posto de Vigilante - CBO 5173-30 Título: <b>Vigilante</b>	Jornada de Trabalho: <b>12x36h</b>
01	Descrição das Atividades, conforme CBO: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades;</li> <li>• Zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos;</li> <li>• Recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito;</li> <li>• Fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio;</li> <li>• Escoltam pessoas e mercadorias;</li> <li>• Controlam objetos e cargas;</li> <li>• Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.</li> </ul>	

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e EPI's necessários, nas quantidades estimadas e qualidade estabelecidas no Anexo I (Estudo Técnico Preliminar), anexo deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.1. As demandas presentes no Anexo I (Estudo Técnico Preliminar), anexo deste Termo de Referência, disciplinam os quantitativos de materiais, equipamentos e EPI'S para execução do serviço, para cada unidade do IFSertãoPE, levando em consideração os contratos anteriores e a estimativa de consumo de material conforme a metodologia de execução dos serviços;

5.4.2. Os materiais de consumo e equipamentos, fardamentos e equipamentos de proteção individual constantes do Anexo I (Estudo Técnico Preliminar) deste Termo de Referência, serão recebidos por integrante da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato que fará o recebimento dos mesmos, avaliando a conformidade dos produtos em relação às descrições propostas, caso haja desconformidade de descrição e de quantitativos, o mesmo deverá comunicar à Contratada que terá 72 (setenta e duas) horas úteis para sanar a falha;

5.4.3. O recebimento definitivo dos materiais, uniformes e equipamentos de proteção individual, somente será realizado após a avaliação de descrições e quantitativos a que se refere o subitem anterior.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Os quantitativos de postos e o planejamento da contratação constam nos estudos preliminares, anexo a este Termo;

5.5.2. Nos Campi participantes (Ouricuri, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada), não há transporte público coletivo regulamentado. Diante disso, fica a cargo de cada licitante prever os seus custos inerentes ao deslocamento dos seus funcionários para prestação dos serviços no Campus supracitado;

5.5.3. Na aceitação das propostas pelo pregoeiro, as licitantes deverão encaminhar conjuntamente com a Planilha de Custo e Formação de Preços a lista de Uniformes, Materiais, Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos para utilização nos serviços, correspondente a cada Grupo/Unidade licitado. A lista de uniformes, EPIs, material e equipamentos enviada deverá conter as seguintes informações: Descrição detalhada; marca; quantidade; valor unitário; valor total mensal;

5.5.4. O não envio das listas de uniformes, EPIs, material e equipamentos com sua marca, quantidade valor unitário e mensal será motivo de desclassificação das propostas apresentadas pelos licitantes. As listas de materiais, uniformes e equipamentos por Grupo/Unidade licitado estão descritas no Anexo I (Estudo Técnico Preliminar), anexo do Termo de Referência.

## **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **Uniformes**

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes e também o disposto no Estudo Técnico Preliminar:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1. Calças, camisas e calçados – todos adequados às reais necessidade de execução do trabalho e que possa proporcionar uma apresentação adequada e oferecer segurança e conforto ao empregado;

5.7.1.2. Os uniformes devem estar identificados, em local apropriado, com o nome da Empresa;

5.7.1.3. A descrição completa de cada item, bem como as quantidades e qualidades estimadas, além da periodicidade de entrega dos uniformes estão estabelecidos no Anexo I (Estudo Técnico Preliminar), anexo deste Termo de Referência.

5.7.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.7.2.1. Conjunto de calça e camisa em cores escuras de boa qualidade, com bolsos tipo faca nas laterais das calças e na parte superior da camisa, contendo identificação da empresa na parte superior da camisa;

5.7.2.2. Calçados conforme especificações no Memorial de Cálculo/Lista dos Fardamentos por Posto de Trabalho, Anexo I (Estudo Técnico Preliminar), anexo deste Termo de Referência;

5.7.2.3. As descrições completas de cada item estão estabelecidas no Anexo I (Estudo Técnico Preliminar), anexo deste Termo de Referência.

5.7.3. Os uniformes e EPIs serão distribuídos pela CONTRATADA ao empregado da seguinte forma:

5.7.3.1. Os uniformes: meia; conjunto completo de calça e camisa; conjunto completo de bota (par), boné e cinto devem ser entregues no início da execução do contrato, devendo ser substituídos de acordo com a coluna “Frequência de entrega” de cada unidade, conforme planilhas dos campi, constantes no Anexo I (Estudo Técnico Preliminar), anexo deste Termo de Referência. A quantidade de cada uniforme depende do quantitativo de cada unidade e consta no anexo do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo;

5.7.3.2. Os demais itens de uniformes e EPIs, de uso INDIVIDUAL e COMPARTILHADO deverão ser distribuídos no início da execução do contrato, durante a vigência contratual, a cada 12 (doze) meses.

5.7.3.3. Além dos uniformes, a CONTRATADA deve fornecer aos seus funcionários, todos os equipamentos de proteção individuais necessários para a realização dos serviços, de acordo com as normas vigentes, sendo obrigatória a sua utilização objetivando proteger a saúde e integridade física do empregado;

5.7.3.4. O prazo máximo estipulado para a substituição dos uniformes é de 72 (setenta e duas) horas úteis, após comunicação escrita da Contratante, sempre que o mesmo não atenda às condições mínimas de apresentação.

5.7.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto em regime integral, durante a vigência da contratação, devendo comparecer, apenas, quando sua presença for requisitada.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;

6.16.2. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA;

6.16.3. Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho;

6.16.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

6.16.5. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.



- 6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
  - 6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
  - 6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
  - 6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:
- 6.28.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;
  - 6.28.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
  - 6.28.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
  - 6.28.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
  - 6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.33.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
    - a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

#### 6.33.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.33.3. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

6.33.4. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

6.33.4.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências

voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.58. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.59. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.60. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.61. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.62. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.62.1 até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.62.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.63. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.64. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

## **Gestor do Contrato**

6.65. Cabe ao gestor do contrato:

6.65.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.65.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.65.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.65.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.65.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.65.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.65.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.65.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.65.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.65.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. Os indicadores mínimos de desempenho, que serão aferidos pela equipe de fiscalização do contrato, estão descritos no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, anexo deste Termo. Neste documento é possível observar as atividades mais relevantes que implicam na qualidade do serviço, as consequências possíveis quando da não observância de tais indicadores, além dos resultados esperados, fazendo correlação entre o número de ocorrências e a qualidade da prestação do serviço.

7.5. Os indicadores descritos no IMR são objetivamente mensuráveis e compreensíveis, estando adequados à natureza da atividade e sendo facilmente coletáveis, facilitando o trabalho da equipe de fiscalização do contrato bem como sua relação com a representação da futura licitante contratada.

7.6. O IMR descreve de maneira detalhada os indicadores de desempenho mínimos esperados, com a finalidade de disciplinar o pagamento à conformidade qualitativa dos serviços prestados e os resultados efetivamente obtidos na execução do objeto, cabe salientar que tais indicadores e as metas estabelecidas estão organizados de maneira sistemática, com a aferição de resultados realizada através de registros e controle efetivo, para que não reste dúvida quanto à qualidade da execução do serviço, com a previsão de pagamentos proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas.

7.7. O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do órgão ou entidade, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

7.8. O Instrumento de Medição do Resultado – IMR deverá ser aplicado, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidades pactuadas.

7.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

## **Recebimento**

7.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.13. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.15. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.16. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.17. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.18. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.18.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.18.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.19. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.20. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.21. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.22. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.23. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.24. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.25. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.25.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.25.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.25.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.25.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.25.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.26. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.27. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.28. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.29. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



7.30. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.31. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.32. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.33. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.34. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.34.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.34.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.35. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.36. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.37. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.38. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.39. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.40. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.41. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.43.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.44. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.45. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.45.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.45.2. A revisão prevista acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

### **Repactuação**

7.46. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.47. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.47.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.47.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.48. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.48.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.49. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.50. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.51. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.52. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.53. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.53.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.53.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.53.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.53.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.53.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.53.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.54. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.55. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.56. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.57. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.58. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.59. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.60. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.61. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.62. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.63. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.64. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.65. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.66. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **60 (sessenta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.67. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.68. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.69. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.70. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.71. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.72. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.72.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## Reajuste

7.73. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/03/2026.

7.74. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.75. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.76. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s),

7.77. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.78. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.79. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.80. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.81. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.81.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.81.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.81.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.81.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.82. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.83. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.84. Os custos estimados das tarifas bancárias, caso hajam, são de responsabilidade do Contratado, podendo ser contemplados na proposta do interessado e devendo ser debitados dos valores depositados.

- 7.85. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 7.86. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 7.87. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.88. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 7.88.1. 13º (décimo terceiro) salário;
  - 7.88.2. Férias e um terço constitucional de férias;
  - 7.88.3. Multa sobre o FGTS; e
  - 7.88.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 7.89. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.
- 7.90. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 7.91. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 7.92. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 7.93. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 7.94. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 7.95. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 7.96. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços

contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,2% (dois décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1% (um por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **1% (um por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO E ITEM.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho nº PE000353/2026, utilizado(a) como paradigma:

a) salário-base e adicionais de periculosidade, no valor de R\$ 2.363,95; e adicionais noturnos quando for o caso;

b) auxílio-alimentação, no valor mensal de R\$ 658,35; e

c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

i) Estabelecidos na CCT da categoria.

d) Será fornecido o auxílio-transporte aos trabalhadores referente aos dias/plantões efetivamente trabalhados naquelas localidades onde existirem transporte público coletivo regulamentado.

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam nas Planilhas de Custos de cada unidade, anexo deste Termo.

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Autorização ou revisão de autorização de funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelecem os art. 4º e 40, da Lei n. 14.967, de 9 de setembro de 2024.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.28. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e
- 9.28.1. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo do Edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.32.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.32.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35. Prova de atendimento aos requisitos sobre a autorização da Polícia Federal para funcionamento da empresa, previstos na lei nº 7.102/1983.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características:

9.36.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.36.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.36.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.36.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório em um raio de até 360 km do local do contrato, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1. ata de fundação;

- 9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.45.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 4.593.090,24 (quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, noventa reais e vinte e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. Conforme o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o SRP na Lei nº 14.133/2021: "Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil."

11.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Todo o Anexo I da minuta foi suprimido, pois de acordo com o Estudo Técnico Preliminar haverá contrato.

14. ANEXO II

Todo o Anexo II da minuta foi suprimido, pois de acordo com o Estudo Técnico Preliminar haverá contrato.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Certifico que este Termo de Referência traz os conteúdos previstos no art. 6, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

ELENILSON NOBRE VERAS

Membro da comissão de contratação

Despacho: Certifico que este Termo de Referência traz os conteúdos previstos no art. 6, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

ANDSON DOS SANTOS SILVA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Certifico que este Termo de Referência traz os conteúdos previstos no art. 6, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

ALUISIO DENNES DE SOUSA ALVES

Membro da comissão de contratação

Despacho: Certifico que este Termo de Referência traz os conteúdos previstos no art. 6, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

**WILLAME CUSTODIO DIAS**

Membro da comissão de contratação

Despacho: Certifico que este Termo de Referência traz os conteúdos previstos no art. 6, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

**IGOR JOSE SILVA ALVES**

Membro da comissão de contratação

Despacho: Certifico que este Termo de Referência traz os conteúdos previstos no art. 6, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

**DANIELLE ANDRADE DE LUCENA CARVALHO**

Assistente em Administração



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 10:08:05.*

Despacho: Certifico que este Termo de Referência traz os conteúdos previstos no art. 6, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

**SILVANO ANTONIO DE CARVALHO**

Diretor de Licitações

Despacho: Aprovo este Termo de Referência por concluir que os elementos técnicos apresentados resultam na viabilidade para a contratação.

**JEAN CARLOS COELHO DE ALENCAR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 10:44:13.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - ETP\_02.2026\_Vigilancia\_pos\_parecer.pdf (2.09 MB)
- Anexo II - Anexo II - Grupos\_de\_Vigilancia\_2026\_Nova\_CCT\_24\_mesesassinado.pdf (138.02 KB)
- Anexo III - Anexo III - Planilha de Insumos dos Campi.pdf (504.74 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Planilhas de Custos e Formacao de Precos Campi.pdf (2.53 MB)
- Anexo V - Anexo V - IMR\_Vigilancia.pdf (156.7 KB)

## INST.FED.EDUC.CIENC.E TEC.SERTÃO PERNAMBUCANO

**Estudo Técnico Preliminar 2/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23302.100147/2026-47

**2. Descrição da necessidade**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano é uma autarquia federal criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O IF do Sertão Pernambucano é uma instituição de educação superior, básica e profissional /tecnológica pluricurricular e multicampi, que além das atividades de ensino, realiza a pesquisa e a extensão. Para que o IFSertãoPE cumpra, com excelência, as atividades para qual foi criado, faz-se necessário que algumas atividades auxiliares e/ou acessórias sejam realizadas.

O Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018 que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, estabelece que “os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado”.

Cabe ainda destacar o que preceitua o Artigo 15 da Instrução Normativa nº 05/2017 MGI que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

“Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. “

O IFSertãoPE enfrenta desafios significativos relacionados à segurança de suas instalações, bens e comunidade acadêmica. A ausência de segurança adequada pode gerar:

- Aumento de ocorrências de furtos e vandalismo em laboratórios, bibliotecas e demais setores dos Campi e Reitoria, bem como nas áreas externas dentro dos limites de cada Unidade;
- Risco à integridade física de alunos, professores, servidores e visitantes;
- Preocupação com a segurança patrimonial, especialmente em períodos noturnos e finais de semana, quando as instalações ficam mais vulneráveis.

Sendo assim, essa situação compromete o bom funcionamento das atividades educacionais e a preservação do patrimônio público, além de gerar insatisfação na comunidade acadêmica.

Por fim, seguem abaixo as justificativas apresentadas pelas Unidades demandantes:

CAMPUS OURICURI: A contratação de serviço de vigilância armada para o IFSertãoPE – Campus Ouricuri é necessária para garantir a segurança patrimonial e a integridade física de servidores, estudantes, colaboradores e visitantes, especialmente durante os turnos noturnos, finais de semana e feriados, quando o risco de ocorrências aumenta devido à menor circulação de pessoas. O campus possui uma estrutura física considerável, com diversos blocos, laboratórios, equipamentos de alto valor agregado e áreas abertas, o que demanda uma vigilância mais efetiva e preparada para lidar com situações de risco, como invasões, furtos, vandalismo ou tentativas de agressão. A presença de vigilantes armados, devidamente habilitados e treinados, inibe ações criminosas, amplia a capacidade de resposta a emergências e transmite maior sensação de segurança à comunidade acadêmica. Além disso, o campus está localizado em uma área com registros de vulnerabilidade quanto à segurança pública, o que reforça a necessidade de uma proteção mais robusta. Dessa forma, a vigilância armada representa uma medida preventiva e estratégica, alinhada ao dever institucional de zelar pelo patrimônio público e pela integridade das pessoas, contribuindo diretamente para a manutenção de um ambiente educacional seguro e acolhedor.

**CAMPUS SALGUEIRO:** A contratação de serviços de vigilância patrimonial para o Campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSERTÃOPE mostra-se imprescindível para garantir a segurança de pessoas, bens públicos e instalações físicas, assegurando o pleno funcionamento das atividades administrativas, acadêmicas e institucionais desenvolvidas nesta unidade. O Campus Salgueiro possui significativa extensão territorial, com circulação diária de servidores, estudantes, colaboradores terceirizados e visitantes, além de abrigar equipamentos, laboratórios, acervos, mobiliários e bens patrimoniais de elevado valor econômico e institucional. A ausência ou insuficiência de vigilância contínua expõe o patrimônio público a riscos como furtos, vandalismo, depredações e acessos não autorizados, especialmente em períodos noturnos, finais de semana e feriados. Ressalta-se, ainda, que a natureza das atividades desenvolvidas no campus exige controle permanente de acesso, monitoramento das áreas internas e externas, bem como atuação preventiva e ostensiva, de modo a inibir práticas ilícitas e promover sensação de segurança à comunidade acadêmica. A vigilância especializada contribui diretamente para a preservação da ordem, da integridade física das pessoas e da continuidade dos serviços públicos prestados pela instituição. Ademais, o IFSERTÃOPE não dispõe de quadro próprio de servidores com atribuições específicas para vigilância armada ou desarmada, tornando necessária a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada, em conformidade com a legislação vigente e as normas de segurança aplicáveis. Dessa forma, a contratação dos serviços de vigilância revela-se medida essencial, contínua e estratégica, alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade e da proteção do interesse público, garantindo condições adequadas de segurança para o desenvolvimento das atividades institucionais do Campus Salgueiro.

**CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA:** A contratação de serviço de vigilância armada para o IFSertãoPE – Campus Santa Maria da Boa Vista é necessária para garantir a segurança patrimonial e a integridade física de servidores, estudantes, colaboradores e visitantes, especialmente durante os turnos noturnos, finais de semana e feriados, quando o risco de ocorrências aumenta devido à menor circulação de pessoas. O campus possui uma estrutura física considerável, com diversos blocos, laboratórios, equipamentos de alto valor agregado e áreas abertas, o que demanda uma vigilância mais efetiva e capacitada para lidar com situações de risco, como invasões, furtos, vandalismo ou tentativas de agressão. A presença de vigilantes armados, devidamente habilitados e treinados, inibe ações criminosas, amplia a capacidade de resposta às emergências e transmite maior sensação de segurança à comunidade acadêmica. Ainda cabe destacar que a referida Instituição de Ensino está localizada na Zona Rural, representando um fator adicional para a importância do serviço nos moldes e quantitativos a serem apresentados. Dessa forma, a vigilância armada representa uma medida preventiva e estratégica, alinhada ao dever institucional de zelar pelo patrimônio público e pela integridade das pessoas, contribuindo diretamente para a manutenção de um ambiente educacional seguro e acolhedor.

**CAMPUS SERRA TALHADA:** A contratação de serviços de vigilância patrimonial para o Campus Serra Talhada do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE mostra-se imprescindível para garantir a segurança de pessoas, bens públicos e instalações físicas, assegurando o pleno funcionamento das atividades administrativas, acadêmicas e institucionais desenvolvidas nesta unidade. O Campus Serra Talhada possui considerável área física e circulação diária de servidores, estudantes, colaboradores terceirizados e visitantes, além de abrigar laboratórios, equipamentos, acervos, mobiliários e diversos bens patrimoniais de relevante valor econômico, acadêmico e institucional. A ausência ou insuficiência de vigilância contínua expõe o patrimônio público a riscos como furtos, vandalismo, depredações e acessos não autorizados, sobretudo em períodos noturnos, finais de semana e feriados. Destaca-se que a natureza das atividades desenvolvidas no campus exige controle permanente de acesso, monitoramento das áreas internas e externas, bem como atuação preventiva e ostensiva, de modo a inibir práticas ilícitas e promover sensação de segurança à comunidade acadêmica. A vigilância especializada contribui diretamente para a preservação da ordem, da integridade física das pessoas e da continuidade dos serviços públicos educacionais prestados pela instituição. Ressalta-se, ainda, que o IFSertãoPE não dispõe, em seu quadro próprio de pessoal, de servidores com atribuições específicas para o exercício de atividades de vigilância patrimonial armada ou desarmada, o que torna necessária a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e as normas de segurança aplicáveis. Dessa forma, a contratação dos serviços de vigilância patrimonial revela-se medida essencial, contínua e estratégica, alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e da proteção do interesse público, garantindo condições adequadas de segurança para o desenvolvimento das atividades institucionais do Campus Serra Talhada.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Administração e Planejamento - Campus Ouricuri	Willame Custódio Dias
Departamento de Administração e Planejamento - Campus Salgueiro	Maycon César de Brito Moura
Departamento de Administração e Planejamento - Campus Santa Maria da	

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Natureza da Contratação

O Artigo 15 da Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 20 Ministério Do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nos traz a definição de serviços prestados de forma continuada: Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Desta forma, a natureza dos serviços em questão, se enquadra nas definições apresentadas pela IN 05, caracterizando-se como um serviço de natureza continuada. Ademais, cumpre informar que os serviços pretendidos são comuns, posto que são facilmente encontrados no mercado, possuem características padronizadas, são adequados para satisfazer as necessidades da Administração Pública além de serem possíveis de serem definidos no edital por meio de especificações objetivas.

### Duração inicial do contrato

O contrato será firmado por um prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado sucessivas vezes respeitada a vigência máxima decenal, conforme preceitua o artigo 107 da Lei 14.133/2021.

### Sustentabilidade

O princípio da sustentabilidade deve permear todo o processo de compra e contratação. Boas práticas de sustentabilidade devem ser levadas em consideração tendo em vista a necessidade de se buscar reduzir os impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos, por meio da introdução de critérios ambientais, sociais e econômicos que possam contribuir para o desenvolvimento nacional sustentável. Em relação às práticas de sustentabilidade, a empresa contratada deverá observar as orientações contidas no Caderno de Logística da Gestão Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento, que trata da prestação de serviços de vigilância patrimonial, que, dentre outras, orienta que:

- a equipe que prestará o serviço deverá ser instruída sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos;
- A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados. É de responsabilidade da contratada reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência;
- São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa;
- É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente;
- É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
- É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços;
- Ainda cabe destacar que a contratada deverá respeitar as práticas institucionais sustentáveis existentes e as que vierem a ser implementadas durante a vigência contratual.

### Transição contratual

Considerando que não existe a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia ou de técnicas empregadas, não há a necessidade de a contratada promover transição contratual.

### **Requisitos da empresa contratada**

São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal, nos termos da Lei nº 7.102/83:

- a - Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e
- b - comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.
- c – são vedados aos estrangeiros a propriedade e a administração de empresas especializadas em vigilância
- d - Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados.

### **Requisitos de pessoal**

Os serviços de vigilância deverão ser executados de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, realização de rondas nas áreas internas e externas. Os serviços de vigilância deverão ser executados por profissional qualificado nos termos da Lei nº 7.102/83. Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

- a - ser brasileiro;
- b - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- d - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei;
- e - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- f - não ter antecedentes criminais registrados; e
- g - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Cabe ressaltar que os requisitos e condições aqui listadas estão de acordo com os dispositivos legais que regulamentam a matéria abordada e visam exclusivamente resguardar a promoção adequada dos serviços, não se constituindo em óbice para participação dos fornecedores que desejam firmar contratos com a Administração Pública.

### **Subcontratação**

Não será permitida a subcontratação.

Justificativa para a demanda de diversos postos

**CAMPUS SALGUEIRO:** A contratação de serviço de vigilância armada para o Campus Salgueiro é necessária para garantir a segurança patrimonial e a integridade física de servidores, estudantes, colaboradores terceirizados e visitantes, especialmente nos períodos noturnos, finais de semana e feriados, quando há redução da presença de pessoas nas dependências da unidade e, conseqüentemente, maior vulnerabilidade das instalações.

O Campus Salgueiro dispõe de estrutura física significativa, composta por blocos administrativos, salas de aula, laboratórios, equipamentos de alto valor agregado, áreas externas e vias internas, o que demanda vigilância contínua, preventiva e devidamente preparada para lidar com situações de risco, tais como invasões, furtos, vandalismo, depredações e outras ocorrências que possam comprometer o patrimônio público e a continuidade das atividades institucionais.

A presença de vigilantes armados, legalmente habilitados e capacitados, atua como fator inibidor de ações criminosas, amplia a capacidade de resposta a situações emergenciais e proporciona maior sensação de segurança à comunidade acadêmica. Ressalte-se que o Campus encontra-se em área urbana, com registros de vulnerabilidade quanto à segurança pública, o que reforça a necessidade de adoção de medidas mais robustas de proteção patrimonial e pessoal.

Nesse contexto, a vigilância armada configura-se como medida preventiva e estratégica, alinhada ao dever institucional de zelar pelo patrimônio público e pela integridade das pessoas, contribuindo diretamente para a manutenção de um ambiente educacional seguro, adequado ao pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas.

Diante do exposto, justifica-se a contratação dos seguintes postos de vigilância armada:

- **01 Posto de Vigilância Armada Diurno (não motorizado):** Responsável pelo controle fixo de acesso às dependências do Campus e pela realização de rondas a pé em áreas estratégicas, como portaria, setores administrativos e locais com maior fluxo de pessoas durante o período diurno. Sua atuação visa prevenir acessos indevidos, furtos e garantir a ordem interna no horário regular de funcionamento da unidade.
- **01 Posto de Vigilância Armada Diurno Motorizado:** Considerando a extensão da área física do Campus Salgueiro e a existência de pontos mais afastados da portaria principal, a vigilância motorizada é essencial para a realização de rondas periódicas em toda a unidade. O apoio de veículo possibilita maior agilidade no deslocamento, resposta rápida a ocorrências e reforço da segurança preventiva em áreas sensíveis.
- **01 Posto de Vigilância Armada Noturno Motorizado:** No período noturno, quando as atividades acadêmicas e administrativas encontram-se reduzidas, o Campus torna-se mais suscetível a ocorrências criminosas. A presença de vigilante armado com apoio de veículo é fundamental para garantir a integridade das instalações, prevenir arrombamentos, furtos, vandalismo e demais danos ao patrimônio público, fortalecendo a segurança institucional durante toda a madrugada.
- **01 Posto de Vigilância Armada Noturno Não Motorizado:** Indispensável para garantir a presença fixa e ostensiva em ponto estratégico da unidade, realizando rondas a pé nas áreas mais sensíveis e reforçando o monitoramento preventivo das instalações. Sua atuação complementa a vigilância motorizada, assegurando cobertura contínua, pronta identificação de situações atípicas e resposta imediata a qualquer indício de irregularidade.

Dessa forma, a contratação dos referidos postos de vigilância armada mostra-se imprescindível para assegurar a proteção efetiva do Campus Salgueiro, promovendo a preservação do patrimônio público, a continuidade dos serviços institucionais e a tranquilidade da comunidade acadêmica, em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos no PDI do IFSertãoPE.

**CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA:** A contratação de serviço de vigilância armada para o Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Santa Maria da Boa Vista é indispensável para garantir a segurança patrimonial e a integridade física de servidores, estudantes, colaboradores terceirizados e visitantes, considerando as características específicas da unidade, especialmente sua grande extensão territorial e localização em área predominantemente rural.

O Campus Santa Maria da Boa Vista abrange almoxarifados, áreas experimentais, áreas abertas, vias internas e instalações de apoio às atividades acadêmicas. Essa configuração espacial extensa e dispersa aumenta significativamente a vulnerabilidade do patrimônio público, exigindo vigilância contínua, ostensiva e com capacidade de resposta rápida a eventuais ocorrências.

Em razão da dimensão territorial e da localização afastada do centro urbano, o Campus está mais suscetível a riscos como invasões, furtos, vandalismo, depredações, subtração de bens, danos a equipamentos e ocupações indevidas, especialmente nos períodos noturnos, finais de semana e feriados, quando há redução significativa da circulação de pessoas. Demandando rondas permanentes e deslocamentos frequentes, e, por sua vez, reforçando a necessidade de vigilância armada

A presença de vigilantes armados, devidamente habilitados e capacitados, atua como fator dissuasório de ações criminosas, amplia a capacidade de resposta a situações emergenciais e contribui para a preservação do patrimônio público, além de transmitir maior sensação de segurança à comunidade acadêmica. Ressalte-se que, em áreas rurais extensas, a atuação preventiva da vigilância armada é fundamental para mitigar riscos decorrentes do isolamento físico e da limitação de resposta imediata dos serviços públicos de segurança.

Dessa forma, a vigilância armada configura-se como medida estratégica e preventiva, alinhada ao dever institucional de zelar pelo patrimônio público e pela integridade das pessoas, contribuindo diretamente para a manutenção de um ambiente educacional seguro e adequado ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos no PDI do IFSertãoPE.

Diante do exposto, justifica-se a contratação dos seguintes postos de vigilância armada:

- **01 Posto de Vigilância Armada Fixa Diurno (não motorizado):** Destinado ao controle fixo de acesso às dependências do Campus no período diurno, especialmente nas áreas de entrada principal e setores administrativos, bem como à realização de rondas a pé em pontos estratégicos com maior circulação de pessoas durante o período diurno. Cabe, ainda, executar ações de vigilância preventiva, controle de acessos fora do horário regular de funcionamento, se necessário, além de verificação de portas, janelas, portões, sistemas de iluminação e demais condições de segurança no horário predefinido, bem como comunicar imediatamente

quaisquer ocorrências, anormalidades ou indícios de risco, reforçando o monitoramento contínuo e a dissuasão de práticas ilícitas no período diurno. Esse posto tem como objetivo prevenir acessos indevidos, furtos e garantir a ordem interna no horário regular de funcionamento da unidade.

- 02 Postos de Vigilância Armada Noturno (Não Motorizado): Destinado à cobertura fixa e ostensiva no período noturno, objetivando assegurar a proteção do patrimônio público e a integridade das instalações. O vigilante deverá manter presença permanente no posto e realizar rondas periódicas a pé nas áreas internas e externas consideradas críticas ou de maior vulnerabilidade, incluindo acessos, perímetros, edificações, estacionamentos e setores sensíveis. Cabe, ainda, executar ações de vigilância preventiva, controle de acessos dentro e fora do horário regular de funcionamento, verificação de portas, janelas, portões, sistemas de iluminação e demais condições de segurança, bem como comunicar imediatamente quaisquer ocorrências, anormalidades ou indícios de risco, reforçando o monitoramento contínuo e a dissuasão de práticas ilícitas no período noturno

Portanto, a contratação dos referidos postos de vigilância armada constitui medida imprescindível para assegurar a proteção efetiva do Campus Santa Maria da Boa Vista, considerando sua grande extensão territorial, características rurais e complexidade operacional, promovendo a preservação do patrimônio público, a continuidade das atividades institucionais e a tranquilidade da comunidade acadêmica, em alinhamento com os objetivos estratégicos do PDI do IFSertãoPE.

**CAMPUS OURICURI:** A contratação de serviço de vigilância armada para o IFSertãoPE – Campus Ouricuri é necessária para garantir a segurança patrimonial e a integridade física de servidores, estudantes, colaboradores e visitantes, especialmente durante os turnos noturnos, finais de semana e feriados, quando o risco de ocorrências aumenta devido à menor circulação de pessoas. O campus possui uma estrutura física considerável, com diversos blocos, laboratórios, equipamentos de alto valor agregado e áreas abertas, o que demanda uma vigilância mais efetiva e preparada para lidar com situações de risco, como invasões, furtos, vandalismo ou tentativas de agressão. A presença de vigilantes armados, devidamente habilitados e treinados, inibe ações criminosas, amplia a capacidade de resposta a emergências e transmite maior sensação de segurança à comunidade acadêmica. Além disso, o campus está localizado em uma área com registros de vulnerabilidade quanto à segurança pública, o que reforça a necessidade de uma proteção mais robusta.

Dessa forma, a vigilância armada representa uma medida preventiva e estratégica, alinhada ao dever institucional de zelar pelo patrimônio público e pela integridade das pessoas, contribuindo diretamente para a manutenção de um ambiente educacional seguro e acolhedor:

Diante disso, justifica-se a contratação do posto de vigilância armada:

- 02 (dois) Postos de Vigilância armada, noturna, não motorizada: A vigilância no período noturno demanda atenção especial, uma vez que o Campus permanece fisicamente vulnerável, mesmo com a ausência de atividades acadêmicas. A presença de vigilantes neste turno é fundamental para garantir a integridade das instalações, prevenir arrombamentos, depredações ou outras ocorrências que possam comprometer o patrimônio público. Além disso, a vigilância armada com dois vigilantes por posto permite o revezamento nas rondas necessárias e inibindo ações criminosas e fortalecendo a segurança patrimonial durante todo o turno.

Portanto, a contratação de 02 (dois) postos, com 02 (dois) vigilantes em cada posto, é uma medida imprescindível para assegurar a proteção efetiva do Campus Ouricuri, promovendo um ambiente seguro, prevenindo danos ao patrimônio público e proporcionando tranquilidade à comunidade acadêmica.

**CAMPUS SERRA TALHADA:** A contratação de serviço de vigilância armada para o Campus Serra Talhada é necessária para assegurar a proteção do patrimônio público e a integridade física de servidores, estudantes, colaboradores terceirizados e visitantes, especialmente nos períodos noturnos, finais de semana e feriados, quando há redução da circulação de pessoas e aumento da vulnerabilidade das instalações.

O Campus Serra Talhada possui estrutura física relevante, composta por blocos administrativos, salas de aula, laboratórios, equipamentos de elevado valor agregado, almoxarifado, áreas externas e vias internas, o que exige vigilância contínua, sistemática e devidamente capacitada para prevenção e enfrentamento de situações de risco, tais como invasões, furtos, vandalismo, depredações e outras ocorrências que possam comprometer o funcionamento institucional.

A presença de vigilantes armados, legalmente habilitados e treinados, atua de forma preventiva, inibindo práticas criminosas, ampliando a capacidade de resposta a situações emergenciais e proporcionando maior sensação de segurança à comunidade acadêmica. Ressalte-se que o Campus encontra-se em área urbana com registros de vulnerabilidade quanto à segurança pública, o que reforça a necessidade de adoção de medidas mais robustas de proteção patrimonial e pessoal.

Dessa forma, a vigilância armada configura-se como medida estratégica e preventiva, alinhada ao dever institucional de zelar pelo patrimônio público e pela integridade das pessoas, contribuindo diretamente para a manutenção de um ambiente educacional seguro, adequado ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas.

Diante do exposto, justifica-se a contratação dos seguintes postos de vigilância armada:

- **02 Posto de Vigilância Armada Diurno (não motorizado):** Destinado à execução de atividades de vigilância ostensiva e preventiva no período diurno, com foco no controle de acesso de pessoas, veículos e materiais nas entradas do Campus, bem como na realização de rondas periódicas a pé em áreas estratégicas de maior fluxo e permanência de público, tais como portarias, blocos administrativos, setores acadêmicos e demais dependências institucionais. Compete ao vigilante atuar na orientação de usuários, verificação de autorizações de acesso, prevenção de acessos indevidos, furtos e situações de desordem, além de zelar pela segurança das instalações e pela integridade de servidores, estudantes e visitantes durante o horário regular de funcionamento. A presença fixa e circulante deste posto contribui para o monitoramento contínuo das atividades internas e para a pronta identificação e comunicação de ocorrências ou situações de risco.
- **02 Posto de Vigilância Armada Noturno (Não Motorizado):** Destinado à cobertura fixa e ostensiva no período noturno, em pontos estratégicos previamente definidos da unidade, com a finalidade de assegurar a proteção do patrimônio público e a integridade das instalações. O vigilante deverá manter presença permanente no posto e realizar rondas periódicas a pé nas áreas internas e externas consideradas críticas ou de maior vulnerabilidade, incluindo acessos, perímetros, edificações, estacionamentos e setores sensíveis. Compete, ainda, executar ações de vigilância preventiva, controle de acessos fora do horário regular de funcionamento, verificação de portas, janelas, portões, sistemas de iluminação e demais condições de segurança, bem como comunicar imediatamente quaisquer ocorrências, anormalidades ou indícios de risco, reforçando o monitoramento contínuo e a dissuasão de práticas ilícitas no período noturno.

Logo, a contratação dos referidos postos de vigilância armada constitui medida imprescindível para assegurar a proteção efetiva do Campus Serra Talhada, promovendo a preservação do patrimônio público, a continuidade das atividades institucionais e a tranquilidade da comunidade acadêmica, em consonância com os objetivos estratégicos do PDI do IFSertãoPE.

## 5. Levantamento de Mercado

Para fins de levantamento de mercado, foram realizadas algumas pesquisas na internet, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas em outros órgãos que realizaram processo licitatório para a contratação desse tipo de serviço, na tentativa de encontrar soluções diversas para atendimento à demanda institucional.

Verificou-se as seguintes possibilidades de atendimento:

- **OPÇÃO 01:** Contratação de empresa especializada nos serviços de vídeo monitoramento/vigilância eletrônica. Trata-se da prestação de serviços de vigilância por meio da instalação de câmeras, sem a utilização do vigilante in loco. Nesta solução são prestados serviços de Monitoramento Remoto, a partir de central especificamente instalada para este fim nas dependências da contratante, com o objetivo de monitorar e gerenciar remotamente os sistemas de alarmes e CFTV instalados na Instituição.
- **OPÇÃO 02:** Consiste na prestação de serviços de vigilância patrimonial, com ou sem porte de arma, conforme o inciso II do art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que assegura aos vigilantes o porte de arma quando em serviço. Essa modalidade ocorre de forma não contínua, sendo acionada apenas em períodos ou eventos específicos. Tal alternativa não se mostra adequada para os campi do IFSERTÃOPE (Ouricuri, Salgueiro, Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista), uma vez que a necessidade institucional é de vigilância permanente, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, visando à proteção contínua do patrimônio e das pessoas.
- **OPÇÃO 03:** Contratação de empresa especializada no serviço de vigilância desarmada (motorizada ou não motorizada); Essa opção envolve a disponibilização de vigilantes desarmados, com atuação fixa em postos ou em rondas periódicas, motorizadas ou não. A solução atende a ambientes com menor grau de risco, podendo ser aplicada de forma complementar ou em áreas específicas dos campi, conforme avaliação técnica.
- **OPÇÃO 04:** Contratação de empresa especializada no serviço de vigilância armada (motorizada ou não motorizada) trata-se da prestação de serviços de vigilância patrimonial, com possibilidade ou não do porte de armas, conforme preceitua o inciso II, do art. 19 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que assegura aos vigilantes o porte de arma quando em serviço. Nessa solução a prestação dos serviços é prestada de forma contínua, ou seja, sem a interrupção dos serviços.

Analisando as opções apresentadas podemos fazer as seguintes considerações:



A Opção 01, não se adequa na sua totalidade, pois temos algumas Unidades localizadas na Zona Rural da cidade. Fato esse que não se apresenta favorável a um possível monitoramento remoto e acionamento de sistema de alarme em caso de ocorrências. Assim também, por esse aspecto, podemos desconsiderar as Opções 02 e 03 dada a necessidade de presença constante de vigilância armada.

A Opção 02 também não atende as demandas institucionais dada a necessidade do serviço sem interrupção dada a necessidade de guarda patrimonial

A Opção 03 pode ser adotada parcialmente a depender da realidade da Unidade demandante.

Dessa forma, entende-se que a Opção 04, combinada com a 03, apresenta-se como a solução de mercado que melhor atende as necessidades que o IFSertãoPE busca suprir.

Cabe destacar que nessa modalidade de contratação a empresa fornece os postos de trabalho, sendo cada posto, geralmente, composto por dois empregados. Nessas contratações, os empregados da contratada são alocados para trabalhar continuamente nas dependências do órgão, com dedicação exclusiva, tendo em vista a natureza da contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

A execução dos serviços segue uma rotina específica estabelecida e supervisionada pelo órgão ou entidade. A escolha desse tipo de contratação justifica-se por representar a solução mais adequada para o atendimento das necessidades e permitir em especial:

- Ação imediata em caso de necessidade;
- Controle da entrada e saída de materiais e equipamentos de propriedade do IF Sertão Pernambucano, quando couber;
- Realização de rondas nos espaços do IFSertãoPE;

A contratação de empresa especializada no fornecimento dos serviços de vigilância deverá ser conforme as necessidades apresentadas, as quantidades e especificações, observando ainda o quantitativo de materiais, equipamentos e fardamentos necessários ao desenvolvimento das atividades, os Requisitos da Contratação e o Termo de Referência do processo de contratação.

Para que esta contratação alcance os resultados pretendidos, os empregados da empresa que atuarão nos postos de vigilantes deverão entre outras:

1. Vigiar as dependências do IFSertãoPE, com a finalidade de prevenção;
2. Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos;
3. Recepcionar e controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito, quando couber;
4. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
5. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida pela Administração, bem como as que entenderem oportunas;
6. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
7. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
8. Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
9. Recomendar a não aglomeração de pessoas junto ao posto, relatando o fato ao responsável, no caso de desobediência;
10. Mitigar todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações, bem como proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração;
11. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários ao perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
12. Ser pontual e cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, apresentando-se sempre devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

13. Receber/tratar os servidores, alunos e visitantes de forma cortês;

14. Acatará a programação dos serviços a ser feita periodicamente pela Administração com posterior informação à empresa prestadora dos serviços, devendo ser cumprida pela Contratada com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;

15. Não adentrar no interior das dependências da Contratante com materiais que atentem contra a segurança das pessoas, das instalações ou de terceiros, tais como explosivos, inflamáveis, bem como substância ilícitas como por exemplo álcool e demais entorpecentes;

16. Não poderá realizar substituições ou alterações no quadro de vigilantes sem a prévia comunicação e aceitação por parte da Administração, independentemente dos motivos apontados pela Contratada.

17. Controlar o estacionamento de veículos nas dependências do campus, evitando o estacionamento em locais proibidos.

18. Registrar ocorrências em livro próprio ou sistema indicado pela Administração, com descrição clara dos fatos, horários e providências adotadas;

19. Verificar o correto fechamento de salas, laboratórios e setores, durante e após o término das atividades, quando aplicável;

20. Manter sigilo sobre rotinas, sistemas e procedimentos de segurança da instituição;

21. Comunicar falhas em cercas, muros, portões, iluminação externa ou dispositivos de segurança que possam comprometer a proteção patrimonial;

22. Atuar preventivamente em situações de conflito ou risco à integridade de pessoas, solicitando apoio quando necessário;

23. Proibir a permanência e aglomeração de pessoas não autorizadas em áreas de segurança e controle restrito, tais como guaritas, centrais de monitoramento, portarias de serviço e demais dependências destinadas exclusivamente à atividade de vigilância, mantendo o acesso limitado apenas aos profissionais designados e aos agentes formalmente autorizados pela Administração;

24. Impedir o acesso, a visualização ou qualquer tipo de manuseio por pessoas não autorizadas aos sistemas de monitoramento e controle de segurança, incluindo câmeras, centrais de alarme, gravadores, painéis e softwares de vigilância, preservando o sigilo das informações, a integridade dos equipamentos e a confiabilidade das operações de segurança patrimonial.

25. Receber e controlar a entrada de cargas e materiais destinados ao Campus, orientando transportadores e fornecedores quanto ao local correto para estacionamento e realização da descarga, conforme fluxos e rotinas estabelecidos pela Administração;

26. Conferir, no ato do acesso, a documentação fiscal básica das mercadorias (nota fiscal ou documento equivalente), verificando a compatibilidade com a unidade destinatária e registrando a entrada quando aplicável;

27. Comunicar imediatamente à Administração ou ao setor responsável pelo recebimento de materiais a chegada de cargas, bem como quaisquer divergências aparentes, irregularidades documentais ou situações que fujam aos procedimentos previamente definidos.

28. Realizar o controle de chaves de acesso às dependências do Campus, mantendo sob guarda as chaves das áreas sob sua responsabilidade e efetuando rigoroso registro de retirada e devolução em livro próprio ou sistema definido pela Administração, com identificação do solicitante, setor, data, horário e assinatura, assegurando a rastreabilidade da movimentação e a segurança das instalações.

29. Executar outras atividades correlatas à função de vigilância patrimonial, compatíveis com o posto e determinadas pela Administração, desde que não descaracterizem a natureza do serviço contratado

Os serviços serão prestados nos Endereços dos Campi do IF Sertão PE abaixo:

- **CAMPUS OURICURI:** Estr. do Tamboril, s/n - Vila Quixada, Ouricuri - PE, 56200-000, telefone: (87) 99625-0014
- **CAMPUS SALGUEIRO:** BR-232, Km 508, s/n - Zona Rural, Salgueiro - PE, 56000-000 Telefone: (87) 98153-4994
- **SANTA MARIA DA BOA VISTA:** Rodovia BR-428, Km 90 (algumas referências apontam Km 94), Zona Rural, CEP 56380-000, telefone: (87) 99952-8816
- **SERRA TALHADA:** Rodovia PE 320, Km 126, s/n.º, zona rural de Serra Talhada - PE, Caixa Postal 78, telefone: (87) 9 8866-1978..

O prazo início da prestação do serviço será de 30 dias úteis, contados a partir da solicitação (isto é, a partir do envio da ordem de serviço). A prestação do serviço poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, pelo fiscal técnico designado quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser ajustado no prazo de até 10 dias úteis, a contar do recebimento da notificação pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de eventuais penalidades

A contratação do serviço de vigilância será realizada por meio de contratação de pessoa jurídica especializada no serviços.

A prestação do serviço deverá atender aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos no Termo de Referência.

### **Garantia Contratual**

Essa equipe de planejamento entende que, considerando a natureza dos serviços descrita nesse estudo técnico preliminar, o contrato a ser pactuado com o contratado carece de prestação de garantia contratual, sugerindo a adoção desta à Autoridade Competente, em harmonia com o positivado no art. 96 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, no percentual de 5% do valor inicial anual do contrato, conforme o art.98 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021

A garantia deverá ter validade durante toda a vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações, e somente será liberada ou restituída após a fiel execução do objeto e a comprovação do cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes do contrato

A exigência de garantia contratual justifica-se pela natureza continuada e essencial dos serviços de vigilância patrimonial, que envolvem dedicação exclusiva de mão de obra, riscos operacionais e responsabilidade direta sobre a segurança de pessoas e bens públicos, sendo medida necessária para resguardar o interesse público e mitigar riscos de inadimplemento contratual.

### **Do recebimento provisório e definitivo**

Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo(a) Fiscal Técnico (a) devidamente designado em portaria em até 5 (cinco) dias úteis contados do fim do mês da prestação dos serviços. O recebimento provisório dos serviços compreenderá o preenchimento de termo circunstanciado elaborado pelo Fiscal Técnico declarando a adequada execução dos serviços, acompanhado do documento de Índice de Medição de Resultados, contendo a análise e a respectiva pontuação dos indicadores relativos à atuação técnica da empresa. No que diz respeito ao recebimento definitivo, este será realizado pelo (a) Fiscal Administrativo (a), em até 7 dias corridos a contar do recebimento provisório . Tal recebimento compreenderá o preenchimento de termo circunstanciado elaborado pelo Fiscal Administrativo declarando o adequado cumprimento da obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária acompanhado do documento de Índice de Medição de Resultados, contendo a análise e a respectiva pontuação dos indicadores relativos ao cumprimento das obrigações supramencionadas. O recebimento definitivo restará concluído, quando do envio dos documentos acima elencados ao Gestor do Contrato para demais providências relativas ao pagamento da nota de serviços, tendo este até 3 dias para realizar contato com a contratada para que esta realize o envio da nota fiscal dos serviços prestados.

### **Da instalação de Escritório**

Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório em um raio de até 360 km do local do contrato contendo estrutura administrativa mínima, considerando que o preposto do contrato pode vir a ser demandado por este Instituto para situações que têm caráter emergencial, devendo portanto ser prontamente atendidas.

O profissional designado atuará como canal direto de comunicação entre a equipe de vigilância e a empresa prestadora dos serviços, bem como interlocutor junto à Administração local para encaminhamento de demandas operacionais, registro de ocorrências e acompanhamento da execução dos postos.

Tal medida justifica-se pelo fato de que, durante a execução contratual, podem ocorrer situações que exijam substituição imediata de vigilantes, em decorrência de eventos imprevisíveis como acidentes (laborais ou não), enfermidades, ausências legais, falecimentos de familiares ou outros afastamentos, circunstâncias que demandam pronta atuação da Contratada para garantir a continuidade dos serviços sem prejuízo à segurança das instalações

### **Da justificativa para adesão ao Sistema de Registro de Preços**

Embora a decisão acerca da modalidade de licitação caiba à Diretoria de Licitações deste Instituto Federal, considerando a solução escolhida para contratação do serviço deste estudo técnico, essa equipe de planejamento da contratação entende ser possível a aquisição dos bens por meio de pregão, sendo viável a adoção do sistema de registro de preços, em conformidade com o disposto no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, Art. 3º, inciso III.,

### **Da possibilidade de utilização do Sistema de Registro de Preços**

Embora a decisão acerca da modalidade de licitação caiba à Diretoria de Licitações deste Instituto Federal, considerando a solução escolhida para a prestação do serviço deste estudo técnico, essa equipe de planejamento da contratação entende ser possível a contratação por meio de pregão, sendo viável a adoção do sistema de registro de preços, em conformidade com o disposto no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, Art. 3º, inciso I.

### **Da prorrogação da vigência da ata de registro de preços com renovação dos quantitativos**

Durante a elaboração do levantamento das demandas para atendimento das necessidades das Unidades deste Instituto, foi realizada tanto a estimativa da quantidade a ser contratada durante a vigência original da ata, em obediência ao princípio da anualidade do planejamento. No tocante à possibilidade de prorrogação da vigência de ata de registro de preços, essa Administração considerará a possibilidade de prorrogação daquela com a respectiva renovação do quantitativo inicialmente registrado, conforme comprovação de vantajosidade do preço e real necessidade institucional embasada em decisão proferida pela Autoridade Competente. Cumpre explicitar que o apontamento acerca da possibilidade de renovação dos quantitativos não resulta em nenhum prejuízo para Administração Pública, dado que materializa a eficiência administrativa, pois permite a economia processual, dispensando a abertura de processos administrativos de contratação no ano subsequente, além de viabilizar a redução potencial dos preços unitários registrados, diante dos efeitos da economia de escala, considerando que a previsão prorrogação da vigência de ata de registro com a renovação dos quantitativos já consta neste Estudo Técnico Preliminar e constará do instrumento convocatório, de modo que aqueles que irão participar do certame já estarão cientes desse possível cenário

### **Da justificativa para não adesão à Ata de Registro de Preços**

Entende-se que a contratação do serviço em tela representa uma necessidade específica para a realidade do IFSertãoPE, aspectos como motorizado e não motorizada, fixa e móvel, diurna e noturna, horário de prestação de serviço e outros... são situações que geram várias possibilidades de combinações que dificilmente se encaixam em outras instituições. Além disso há a Convenção Coletiva de Trabalho que, em geral, limite a área de abrangência. Nesse sentido, considerando as particularidades e as possibilidades de combinações, não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços pois tais aspectos, se não observados, poderão gerar problemas na execução do contrato por parte de outros órgãos, além de não atender a realidade específica da instituição que aderir.

### **Da subcontratação**

Não será admitida a subcontratação

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A relação do quantitativo dos postos a serem contratados, bem como o quantitativo dos fardamentos, materiais, EPI'S e equipamentos encontram-se descritos conforme os ANEXOS I e II respectivamente deste documento.

Registra-se ainda que o quantitativo de postos/profissionais inicialmente planejado corresponde à necessidade ideal estimada pelas unidades, a qual será registrada na Ata de Registro de Preços, com vistas a assegurar a disponibilidade futura da contratação. Todavia, a efetiva contratação e o quantitativo a ser empenhado por cada unidade permanecerão condicionados à respectiva disponibilidade orçamentária, podendo, por ocasião da formalização contratual, ser inferior ao quantitativo inicialmente estimado, sem prejuízo de futuras contratações até o limite registrado, conforme a conveniência administrativa e a existência de dotação orçamentária.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 1.906.192,08

A Estimativa de valor da contratação levou em consideração última contratação feita pelo próprio IFSertãoPE a qual contempla as demais Unidades não participantes deste processo. Dessa forma, trata-se de uma contratação similar feita pela Administração Pública em execução e concluídas no período de 1(um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços.

Dessa forma, foram observados os ritos formais da Instrução Normativa SEGES/MP nº 65, de 7 de julho de 2021. No entanto, salienta-se que esse e outros ritos relacionados à pesquisa de preços serão melhor observados, posteriormente, pela Coordenação de Compras e Pesquisa de Preços e pelo Departamento de Contabilidade os quais definirão o valor máximo aceitável para contratação do serviço no Termo de Referência, a partir da planilha de custo base. Sendo assim, poderá ocorrer divergência de valores, no entanto, deve-se considerar os valores definidos no Termo de Referência, dada a sua expertise e capacidade de análise crítica dos preços coletados, pelos setores já mencionados, de acordo com a suas atribuições.

Reforça-se portanto, que essa estimativa de valor da contratação tem o objetivo de posicionar a autoridade competente frente à contratação pretendida de forma a considerar este, e outros fatores, para fins de análise quanto à viabilidade ou não da contratação pretendida.

É nesse cenário que esta equipe de planejamento da contratação, chegou ao valor total de R\$ 1.906.192,08 (Um milhão, novecentos e seis mil e cento e noventa e dois reais e oito centavos) conforme detalhado a seguir:

CAMPUS OURICURI			
Posto	Postos	Valor Unitário/Mês	Valor Anual
Vigilância armada, noturna, não motorizada	02	R\$ 26.426,76	R\$ 317.121,12
CAMPUS SALGUEIRO			
Vigilância armada, diurna, não motorizada	01	R\$ 11.059,54	R\$ 132.714,48
Vigilância armada, noturna, não motorizada	01	R\$ 12.752,44	R\$ 153.029,28
Vigilância armada, diurna, motorizada	01	R\$ 11.146,42	R\$ 133.757,04
Vigilância armada, noturna, motorizada	01	R\$ 13.083,50	R\$ 157.002,00
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA			
Vigilância armada fixa, diurna, não motorizada	01	R\$ 11.222,55	R\$ 134.670,60
Vigilância armada fixa, noturna, não motorizada	01	R\$ 12.781,73	R\$ 153.380,76
Vigilância armada, noturna, não motorizada	01	R\$ 12.752,44	R\$ 153.029,28
CAMPUS SERRA TALHADA			
Vigilância armada, diurna, não motorizada	02	R\$ 22.119,08	R\$ 265.428,96
Vigilância armada, noturna, não motorizada	02	R\$ 25.504,88	R\$ 306.058,56
TOTAL			R\$ 1.906.192,08

Registra-se ainda que se levou em consideração a proximidade regional das Unidades para definição do valor a ser adotado com base nas Atas de Registro de Preços nº 88/2025 e 115/2025.

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O Tribunal de Contas da União, em sua súmula 247 determina como: obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso em análise, considerando que o IF SERTÃOPE possui estrutura multicampi, com unidades geograficamente dispersas e localizadas em municípios distintos , a exemplo dos Campi Ouricuri, Salgueiro, Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista, verifica-se que o objeto da contratação apresenta divisibilidade técnica e operacional, sem prejuízo à execução dos serviços. Logo, optou-se pelo parcelamento da solução, objetivando a ampliação da competitividade entre os que pretendem contratar com a Administração Pública e não dispõe de plena capacidade para o fornecimento do serviço em sua totalidade.

Cabe ressaltar que o método do parcelamento adotado nessa contratação consiste na realização de uma única licitação, sendo que cada parcela do objeto será adjudicada em lote ou grupo de itens, observando-se a economia de escala. Por fim, os itens foram agrupados visando a otimização da prestação dos serviços em apreço, evitando o risco de prejuízos ou problemas na execução das atividades, concentrando a responsabilidade e a execução dos serviços de vigilância em cada Unidade demandante em apenas uma empresa prestadora dos serviços.

### 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Em nenhuma das unidades foi identificada a necessidade da realização de contratações correlatas e/ou interdependentes.

### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação busca assegurar a integridade do patrimônio público, existente nos Campi interessados e proporcionar segurança a comunidade acadêmica servindo de apoio para atendimento dos objetivos estratégicos do IF Sertão-PE, presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2025-2029 contribuindo para o desenvolvimento das atividades finalísticas.

Por se tratar de um serviço auxiliar, a contratação do serviço de vigilância dará suporte indireto nas atividades desenvolvidas, oferecendo aos servidores e ao público em geral a segurança, controle de acessos e bem-estar de todos. Inclusive para realização das atividades ensino, pesquisa, extensão e administrativa ao garantir um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento das mais diversas ações de cunho institucional

A título de exemplo podemos citar o Objetivo 01 - Aprimorar a infraestrutura física e tecnológica. Dentre outros objetivos específicos desse, temos o "Plano de melhoria das condições de conforto nos ambientes.". Dessa forma, a contratação do serviço de vigilância para as Unidades está incluída na elaboração deste plano.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Essa contratação visa primariamente:

- Proteger o patrimônio público contra furtos, danos e vandalismo.
- Garantir a segurança da comunidade acadêmica, inibindo ações criminosas e proporcionando um ambiente seguro para o desenvolvimento das atividades educacionais.
- Prevenir ameaças externas, como invasões e atos de violência.
- Cumprir normas legais, especialmente o dever de proteção do patrimônio público previsto no art. 70 da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além disso, também proporcionar maior economicidade em razão da consolidação das demandas em processo único para fins de licitação por menor preço. Considerando ainda, o fato de a contratação contemplar a entrega dos materiais e /ou equipamentos que serão utilizados, além de utilizar mão de obra qualificada.

Acrescenta-se ainda, a contribuição dessa contratação para o alcance dos objetivos estratégicos elencados no Plano de Desenvolvimento Institucional, conforme descrito no item anterior.

Aumentar a capacidade de resposta a incidentes e emergências, mediante presença ostensiva e monitoramento permanente das áreas internas e externas;

Elevar a sensação de segurança institucional, favorecendo o bem-estar de servidores, estudantes e visitantes e a imagem institucional do Campus perante a comunidade;

Assegurar a disponibilidade de mão de obra especializada e capacitada, bem como dos equipamentos e materiais necessários à adequada execução dos serviços de vigilância;

## **13. Providências a serem Adotadas**

Cada uma das Unidades demandantes deve avaliar a necessidade de capacitar seus servidores envolvidos na contratação e na fiscalização do futuro contrato, de acordo com as especificidades do serviço que se pretende contratar.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Inicialmente não se vislumbra possíveis impactos ambientais com a contratação dos serviços em questão. No entanto, algumas medidas foram apontadas no tocante à Sustentabilidade nos Requisitos da Contratação. Por fim, frise-se que apesar de ainda não haver um Plano de Logística Sustentável institucionalizado, os trabalhos de confecção e implantação deste no âmbito do IFSertão já estão em andamento pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto, considerando as necessidades da contratação apresentada e o alinhamento deste serviço com os objetivos da instituição, esta equipe de planejamento entende que a contratação do serviço de vigilância para os citados Campus é viável. É importante salientar ainda que o IFSetãoPE apresenta condições administrativas, técnicas e econômicas para a plena execução do futuro contrato de prestação de serviços.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Certifico de que este Estudo Técnico Preliminar traz os conteúdos previstos no art. 9º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

**EDSON LUIS DOS SANTOS BARBOSA**

Integrante Administrativo e Presidente



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 09:14:17.*

Despacho: Certifico de que este Estudo Técnico Preliminar traz os conteúdos previstos no art. 9º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

**GLENDIA RODRIGUES DE SA**

Integrante Administrativo

Despacho: Certifico de que este Estudo Técnico Preliminar traz os conteúdos previstos no art. 9º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

**ELENILSON NOBRE VERAS**

Integrante Requisitante

Despacho: Certifico de que este Estudo Técnico Preliminar traz os conteúdos previstos no art. 9º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

**ANDSON DOS SANTOS SILVA**

Integrante Requisitante

Despacho: Certifico de que este Estudo Técnico Preliminar traz os conteúdos previstos no art. 9º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

**ALUISIO DENNES DE SOUSA ALVES**

Integrante Requisitante

Despacho: Certifico de que este Estudo Técnico Preliminar traz os conteúdos previstos no art. 9º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

**WILLAME CUSTODIO DIAS**

Integrante Requisitante

Despacho: Certifico de que este Estudo Técnico Preliminar traz os conteúdos previstos no art. 9º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

**IGOR JOSE SILVA ALVES**

Integrante Requisitante

Despacho: Aprovo este ETP por concluir que os elementos técnicos apresentados resultam na viabilidade da contratação

**FABRICIA NADJA DE OLIVEIRA FREIRE**

Autoridade competente



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Relação de Postos - CAMPUS OURICURI.pdf (3.1 MB)
- Anexo II - Relação de Materiais e Equipamentos - CAMPUS OURICURI.pdf (3.13 MB)
- Anexo III - Relação de Postos - CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA.pdf (267.72 KB)
- Anexo IV - Relação de Materiais e Equipamentos - CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA.pdf (553.9 KB)
- Anexo V - Relação de Postos - CAMPUS SALGUEIRO.pdf (168.1 KB)
- Anexo VI - Relação de Materiais e Equipamentos - CAMPUS SALGUEIRO.pdf (279.09 KB)
- Anexo VII - Relação de Postos - CAMPUS SERRA TALHADA.pdf (155.63 KB)
- Anexo VIII - Relação de Materiais e Equipamentos - CAMPUS SERRA TALHADA.pdf (316.33 KB)

## RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS (EPIs) E DEMAIS EQUIPAMENTOS

Processo: 23302.100147/2026-47 - Serviço continuado de vigilância armada, motorizada ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

UNIFORME – CAMPUS OURICURI							
ITE M	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO (Individual <u>OU</u> Compartilhado)	QUANTIDADE / ANO (Por Trabalhador(a)) (A)	QUANTIDADE DE TRABALHADORES (B)	QUANTIDADE TOTAL/ANO C = (AxB)	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Bota</b> tipo coturno tipo Militar com as seguintes especificações: FORRAÇÃO: Tecido poliéster, poliamida dublado, forro do colarinho em trama colmeia; PALMILHA CONFORTO confeccionada em poliuretano de alta resiliência, conformada, e tecido poliéster para absorção de suor; SOLADO CORVETA Solado de borracha de alto desempenho; Resistência a altas temperaturas até 300º C Blaqueação total;	Par	Individual	02	04	08	Semestral
02	<b>Boné</b> na cor preta com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Tamanho único; Velcro na parte de trás que permita a regulação da numeração entre 54 e 62; que possua 2 ilhoses em cada lado do boné, para respiro; comprimento da Aba, medido na	Unidade	Individual	02	04	08	Semestral



	parte central: 6,5 cm e na Largura da Aba: 17 cm; e que seja extremamente maleável, leve e resistente						
03	<b>Calça</b> tática na cor preta tipo Rip Stop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável; reforço nos joelhos; fácil de lavar; possui 06 Bolsos, sendo 02 Traseiros, 02 Laterais e 02 Frontais	Unidade	Individual	02	04	08	Semestral
04	<b>Camisa</b> tática na cor preta de manga curta tipo Ripstop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável, fechamento com botão; martingali nos ombros; velcro acima do bolso direito; dois bolsos frontais superiores com lapela; bolso esquerdo com abertura para entrada de caneta; costa lisa sem recortes para aplicação de bordado ou estampa.	Unidade	Individual	02	04	08	Semestral
05	<b>Capa de chuva</b> com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionada em Nylon emborrachado impermeável; Capuz com regulagem através de cordão com travador; possui 10 pares de botões de pressão, sendo cada botão possui um lado macho e outra fêmea; Possui dois bolsos tipo envelope medindo 120 mm x 130 mm, com fechamento através de botões; Sutache para identificação acima do bolso direito; Nos ombros contém duas lapelas medindo 120 mm x 50 mm para fixação de placas com fechamento através de botões.	Unidade	Individual	01	04	04	Anual



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

06	<b>Cinto</b> de nylon: na cor preta com as seguintes especificações: material do cinto em Nylon; comprimento 125 cm; largura 5.5 cm; material da fivela Polímero; fecho de encaixe seguro e rápido; ajustável para qualquer cintura; modelo Padrão N.A.	Unidade	Individual	02	04	08	Semestral
07	<b>Crachá</b> de PVC completo com cordão personalizado com o emblema da empresa, com as seguintes especificações: Cordão com 2 cm de largura impressão colorida frente e verso podendo ser com mosquete ou prendedor jacaré; Crachá em pvc de 1mm com laminação fosca anti reflexo; Impressão no crachá frente e verso com as seguintes dimensões: 9 x 6 cm, sendo Altura: 9.00 cm e Largura: 6.00 cm.	Unidade	Individual	01	04	04	Anual
08	<b>Jaqueta de Frio</b> ou Japona tipo Rip Stop na cor preta com as seguintes especificações: confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Forro interno em tecido 100% Poliéster; 4 bolsos frontais com tampa; fechamento com zíper e botões; com touca que pode ser ocultada em um compartimento especial; e cordão que impede a entrada de vento pela parte inferior da japona.	Unidade	Individual	01	04	04	Anual
09	<b>Meia</b> do tipo militar na cor preta com as seguintes especificações: Ideal para usar em calçada bota tipo coturno; Composição: 52,64% Algodão / 46% Poliamida / 1,36% Elastodieno; Constituída de perna, calcanhar e pé; tamanho único.	Par	Individual	06	04	24	Semestral

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – CAMPUS OURICURI					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	TIPO DE USO (Individual <u>OU</u> Compartilhado)	QUANTIDADE / ANO	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Algemas:</b> Algema, material: aço-carbono aisi 1020, tratamento superficial: niquelado, aplicação: pulso, características adicionais: com dobradiça, trava e porta algemas.	Unidade	Compartilhado	02	Anual
02	<b>Apito</b> com cordão: Apito, material: metal ou plástico; aplicação: vigia, tamanho: médio, características adicionais: com cordão	Unidade	Individual	04	Anual
03	<b>Cassetete.</b> Material: polímero; comprimento: aproximadamente 58 cm; tipo: tonfa; formato: anatômico; características adicionais: cor preta, cabo sulcos transversais toda extensão	Unidade	Individual	04	Anual
04	<b>Capa e Colete a prova de balas</b> com as seguintes especificações: Colete balístico com NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção II. Colete Multiameaça para uso policial Nível II, confeccionado em material leve e flexível em tecido de Aramida, para proteção simultânea contra ataques de objetos e ou instrumentos pontiagudos (SPIKE), com energia de impacto E1 igual a 33 Joules + 0,60, e E2 igual a 50 Joules.	Unidade	Individual	04	Anual
05	<b>Cinto</b> tático com coldre, porta tonfa, baleiro e porta lanterna. Com regulagem com velcro. Em tecido Ripstop extra forte. Confeccionado com material durável, de alta resistência, com excelente acabamento na cor preta. O cinto deverá ser novo, de primeiro uso.	Unidade	Individual	04	Anual
06	<b>Lanterna</b> LED tática profissional com as seguintes especificações: Multifunção inteligente: acendimento sempre no modo de alta intensidade; 300 lumens; 2 horas de autonomia; Resistente à água (IPX6); Foco regulável com a função zoom; 5 funções com multifunção inteligente; Compacta; LED Cree XML2 U2 para uso profissional; Acionamento traseiro multifunção: alta, baixa, velada,	Unidade	Compartilhado	02	Anual



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

	estrobo e S.O.S; Empunhadura ergonômica com textura antiderrapante e clip tático; Design tático compacto, em alumínio aeroespacial; Recarregável, incluindo bateria 18650				
07	<b>Rádio de comunicação.</b> Rádio comunicador UHF/VHF, bivolt, com entrada para fones de ouvido/microfone e com bateria recarregável. Área de cobertura de no mínimo 4 km; Acessórios: carregador rápido bivolt, clipe cinto, fone ouvido.	Unidade	Compartilhado	02	Anual
08	<b>Revólver</b> calibre 38: comprimento do cano de 5 a 6 Polegadas; capacidade de 6 a 7 tiros	Unidade	Compartilhado	02	Anual
09	<b>Capacete</b> para motociclista, número 60, com forro antialérgico em espuma, casco em ABS e isopor, com entradas de ar para ventilação, viseira em policarbonato, cinta jugular com fecho micrométrico, dentro das normas ABNT / INMETRO, comprovada através de selo fixado no próprio acessório.	--	--	--	--
10	<b>Luva</b> de proteção para motociclista, tamanho G, com proteção extra no dorso e no e na palma, interior em tecido acolchoado, fechamento em velcro.	--	--	--	--
11	<b>Caneleira para motociclista com joelheira</b> , material do casco rígido e de alta resistência, interior de tecido perfurado macio, ajuste ergonômico curvo e fixação através de cintas na parte superior e inferior de cada peça	--	--	--	--
12	<b>Binóculo</b> com Ampliação: 30 X 60 Zoom, campo De Visão: 7,2 ° 126 M/1000 M. Características Adicionais: Cor Preto. Acessórios: 1 Estojo de transporte 1 Pano de limpeza.	--	--	--	--



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sertão Pernambucano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

MATERIAIS DE CONSUMO - CAMPUS OURICURI					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO	QUANTIDADE / ANO	FREQUENCIA DE ENTREGA
01	<b>Caneta</b> esferográfica na cor azul ou preta	<i>Unidade</i>	<i>Compartilhado</i>	<i>08</i>	<i>Anual</i>
02	<b>Livro de ocorrências.</b> Livro tipo atas em margens. Folhas numeradas tipograficamente e acabamento em capa dura. Dimensão 21,10 cm x 30,80 cm	<i>Unidade</i>	<i>Compartilhado</i>	<i>02</i>	<i>Anual</i>
03	<b>Munição calibre 38.</b> Projétil munição arma fogo, material: chumbo, calibre: .38, tipo: ogival, peso: 158 g, aplicação: revólver, calibre. 38 especial	<i>Unidade</i>	<i>Compartilhado</i>	<i>24</i>	<i>Anual</i>
04	<b>Combustível</b> para abastecimento da motocicleta em conformidade com a realização de XXXXXXXXXXXX km de rondas diurnas e XXXXXXXXXXXX km de rondas noturnas diariamente (XXXXX rondas de XXXXXXX km em cada turno) – Considerando um consumo médio de 35 km/Litro teremos um total de XXXXXXXXXXXX litros de combustível/dia, perfazendo um total de XXXXXXXXXXXX litros/mês.	--	--	--	--

EQUIPAMENTOS – CAMPUS OURICURI					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO	QUANTIDADE / ANO	FREQUENCIA DE ENTREGA
01	<b>Cofre</b> para armazenamento de armas e munições.	<i>Unidade</i>	<i>Compartilhado</i>	<i>01</i>	<i>Anual</i>
02	<b>Motocicleta</b> nova com as seguintes especificações: cilindrada mínima 160 cc, tipo Bros, Crosser ou similar, realização de XXXXXXXX rondas de XXXXXXXX km diurnas e XXXXXXXX rondas de XXXXXXXX km noturnas diariamente.	--	--	--	--

WILLAME CUSTODIO  
DIAS:03621556311

Assinado de forma digital por  
WILLAME CUSTODIO  
DIAS:03621556311  
Dados: 2026.02.09 19:39:39 -03'00'

**Willame Custódio Dias**  
Departamento de Administração e Planejamento  
IFSertãoPE Campus Ouricuri



## RELAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Processo: 23302.100147/2026-47 Serviço continuado de vigilância armada, motorizada ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

DEMANDA DE SERVIÇO - CAMPUS OURICURI					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. DE POSTO	QTDE. DE EMPREGADOS
1	Vigilância armada <b>fixa, diurna</b> , não motorizada, atendendo na portaria e/ou área administrativa do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às XX:00 horas e terminando às XX:00 horas. CBO 5173-30. (XX Postos de serviços com XX vigilantes cada)	24015	Posto/mês	--	--
2	Vigilância armada <b>fixa, noturna</b> , não motorizada, atendendo na portaria e/ou área administrativa do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às XX:00 horas e terminando às XX:00 horas. CBO 5173-30. (XX Postos de serviços com XX vigilantes cada)	24015	Posto/mês	--	--
3	Vigilância armada, <b>diurna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às XX:00 horas e terminando às XX:00 horas. CBO 5173-30. (XX Postos de serviços com XX vigilantes cada)	24015	Posto/mês	--	--
4	Vigilância armada, <b><u>noturna, não motorizada</u></b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 19:00 horas e terminando às 07:00 horas. CBO 5173-30. (02 Postos de serviços com 02 vigilantes cada)	<b>24015</b>	<b>Posto/mês</b>	<b>02</b>	<b>04</b>



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sertão Pernambucano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

5	Vigilância armada, <b>diurna, motorizada</b> , com efetuação de rondas, percorrendo uma média de XX km diariamente em escala de 12x36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às XX:00 horas e terminando às XX:00 horas. CBO 5173-30. <b>(01 Posto de serviço com 02 vigilantes)</b>	24015	Posto/mês	--	--
6	Vigilância armada, <b>noturna, motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus com rondas Internas no Campus com uma média de 08 km em cada uma, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às XX:00 horas e terminando às XX:00 horas. CBO 5173-30. (XX Postos de serviços com XX vigilantes cada)	24015	Posto/mês	--	--

WILLAME CUSTODIO  
DIAS:03621556311

Assinado de forma digital por  
WILLAME CUSTODIO  
DIAS:03621556311  
Dados: 2026.02.09 19:40:51 -03'00'

**Willame Custódio Dias**  
Departamento de Administração e Planejamento  
IFSertãoPE Campus Ouricuri



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sertão Pernambucano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO



## RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS (EPIs) E DEMAIS EQUIPAMENTOS

Processo: 23302.100147/2026-47 - Serviço continuado de vigilância armada, motorizada ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

UNIFORME – <i>CAMPUS</i> SANTA MARIA DA BOA VISTA							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO (Individual OU Compartilhado)	QUANTIDADE / ANO (Por Trabalhador(a)) (A)	QUANTIDADE DE TRABALHADORES (B)	QUANTIDADE TOTAL/ANO  C = (AxB)	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Bota</b> tipo coturno tipo Militar com as seguintes especificações: FORRAÇÃO: Tecido poliéster, poliamida dublado, forro do colarinho em trama colmeia; PALMILHA CONFORTO confeccionada em poliuretano de alta resiliência, conformada, e tecido poliéster para absorção de suor; SOLADO CORVETA Solado de borracha de alto desempenho; Resistência a	<b>Par</b>	<b>Individual</b>	<b>02 Pares por ano, por trabalhador</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>06 pares a cada 06 meses, 01 par por trabalhador a cada semestre.</b>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA

	altas temperatu- ras até 300° C Blaqueação total;						
02	<b>Boné</b> na cor preta com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Tamanho úni- co; Velcro na parte de trás que permita a regulação da numeração entre 54 e 62; que possua 2 ilhóses em cada lado do boné, para respiro; com- primento da Aba, medido na parte central: 6,5 cm e na Largura da Aba: 17 cm; e que seja extre- mamente maleável, leve e resistente	Unidade	Individual	02 unidades por ano, por trabalhador	6	12	06 unidades a cada 06 meses, 01 por trabalhador/se mestre.
03	<b>Calça</b> tática na cor preta tipo Rip Stop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável; re- forço nos joelhos; fácil de lavar; possui 06 Bol- sos, sendo 02 Traseiros, 02 Laterais e 02 Fron- tais	Unidade	Individual	02 unidades por ano, por trabalhador	6	12	06 unidades a cada 06 meses, 01 por trabalhador/se mestre.
04	<b>Camisa</b> tática na cor preta de manga curta tipo Ripstop com as seguintes especificações: Mate- rial/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; teci- do confortável, fechamento com botão; martin- gali nos ombros; velcro acima do bolso direito; dois bolsos frontais superiores com lapela; bolso esquerdo com abertura para	Unidade	Individual	02 unidades por ano, por trabalhador	6	12	06 unidades a cada 06 meses, 01 por trabalhador/se mestre.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA

	entrada de caneta; costa lisa sem recortes para aplicação de borda- do ou estampa.						
05	<b>Capa de chuva</b> com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionada em Ny- lon emborrachado impermeável; Capuz com re- gulagem através de cordão com travador; possui 10 pares de botões de pressão, sendo cada botão possui um lado macho e outra fêmea; Possui dois bolsos tipo envelope medindo 120 mm x 130 mm, com fechamento através de botões; Sutache para identificação acima do bolso direito; Nos ombros contém duas lapelas medindo 120 mm x 50 mm para fixação de platinas com fechamento através de botões.	<b>Unidade</b>	<b>Individual</b>	<b>01 unidades por ano, por trabalhador</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>06 unidades a cada 12 meses, 01 por trabalhador/ano .</b>
06	<b>Cinto</b> de nylon: na cor preta com as seguintes es- pecificações: material do cinto em Nylon; com- primento 125 cm; largura 5.5 cm; material da fi- vela Polímero; feche de encaixe seguro e rápido; ajustável para qualquer cintura; modelo Padrão N.A.	<b>Unidade</b>	<b>Individual</b>	<b>02 unidades por ano, por trabalhador</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>06 unidades a cada 06 meses, 01 por trabalhador/se mestre.</b>
07	<b>Crachá</b> de PVC completo com cordão personali- zado com o emblema da empresa, com as se- guintes especificações: Cordão com 2 cm de lar- gura impressão colorida frente e verso podendo ser com mosquete ou prendedor jacaré; Crachá em pvc de 1mm	<b>Unidade</b>	<b>Individual</b>	<b>01 unidades por ano,</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>06 unidades a</b>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA

	com laminação fosca anti reflexo; Impressão no crachá frente e verso com as seguintes dimensões: 9 x 6 cm, sendo Altura: 9.00 cm e Largura: 6.00 cm.			por trabalhador			cada 12 meses, 01 por trabalhador/ano.
08	<b>Jaqueta de Frio</b> ou Japona tipo Rip Stop na cor preta com as seguintes especificações: confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Forro interno em tecido 100% Poliéster; 4 bolsos frontais com tampa; fechamento com zíper e botões; com touca que pode ser ocultada em um compartimento especial; e cordão que impede a entrada de vento pela parte inferior da japona.	Unidade	Individual	01 unidades por ano, por trabalhador	6	6	06 unidades a cada 12 meses, 01 por trabalhador/ano.
09	<b>Meia</b> do tipo militar na cor preta com as seguintes especificações: Ideal para usar em calçada bota tipo coturno; Composição: 52,64% Algodão / 46% Poliamida / 1,36% Elastodieno; Constituída de perna, calcanhar e pé; tamanho único.	Par	Individual	04 Pares por ano, por trabalhador	6	24	12 pares a cada 06 meses, 02 por trabalhador/se mestre.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
*CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA*





EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – <i>CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA</i>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO (Individual <u>OU</u> Compartilhado)	QUANTIDADE / ANO	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Algemas:</b> Algema, material: aço-carbono aisi 1020, tratamento superficial: niquelado, aplicação: pulso, características adicionais: com dobradiça, trava e porta algemas.	Unidade	Compartilhado	3	01 por posto a cada 24 meses, se necessário.
02	<b>Apito</b> com cordão: Apito, material: metal ou plástico; aplicação: vigia, tamanho: médio, características adicionais: com cordão	Unidade	Individual	12	06 unidades a cada 06 meses, se necessário. 01 por trabalhador/semestre, se necessário.
03	<b>Cassetete.</b> Material: polímero; comprimento: aproximadamente 58 cm; tipo: tonfa; formato: anatômico; características adicionais: cor preta, cabo sulcos transversais toda extensão	Unidade	Individual	6	06 unidades a cada 12 meses, se necessário. 01 por trabalhador/ano, se necessário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA

04	<b>Capa e Colete a prova de balas</b> com as seguintes especificações: Co-lete balístico com NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção II. Colete Multiameaça para uso policial Nível II, confeccionado em material leve e flexível em tecido de Aramida, para proteção simultânea contra-ataques de objetos e ou instrumentos pontiagudos (SPIKE), com energia de impacto E1 igual a 33 Joules + 0,60, e E2 igual a 50 Joules.	Unidade	Individual	6	06 unidades a cada 60 meses, se necessário. 01 por trabalhador a cada 5 anos.
05	<b>Cinto tático</b> com coldre, porta tonfa, baleiro e porta lanterna. Com regulagem com velcro. Em tecido Ripstop extra forte. Confeccionado com material durável, de alta resistência, com excelente acabamento na cor preta. O cinto deverá ser novo, de primeiro uso.	Unidade	Individual	6	06 unidades a cada 12 meses, se necessário. 01 por trabalhador/ano, se necessário.
06	<b>Lanterna LED</b> tática profissional com as seguintes especificações: Multifunção inteligente: acendimento sempre no modo de alta intensidade; 300 lumens; 2 horas de autonomia; Resistente à água (IPX6); Foco regulável com a função zoom; 5 funções com multifunção inteligente; Compacta; LED Cree XML2 U2 para uso profissional; Acionamento traseiro multifunção: alta, baixa, velada, estrobo e S.O.S; Empunhadura ergonômica com textura antiderrapante e clip tático; Design tático compacto, em alumínio aeroespacial; Recarregável, incluindo bateria 18650	Unidade	Compartilhado	3	03 unidades a cada 24 meses, se necessário. 01 por posto a cada 24 meses, se necessário.
07	<b>Rádio de comunicação.</b> Rádio comunicador UHF/VHF, bivolt, com entrada para fones de ouvido/microfone e com bateria recarregável. Área de cobertura de no mínimo 4 km; Acessórios: carregador rápido bivolt, clipe cinto, fone ouvido.	Unidade	Compartilhado	3	03 unidades a cada 60 meses, se necessário. 01 por posto a cada 5 anos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA

08	<b>Revólver</b> calibre 38: comprimento do cano de 5 a 6 Polegadas; capacidade de 6 a 7 tiros	<b>Unidade</b>	<b>Compartilhado</b>	<b>2</b>	<b>02 unidades a cada 120 meses, se necessário. 01 por posto a cada 10 anos, se necessário</b>
----	---	----------------	----------------------	----------	--




MATERIAIS DE CONSUMO - <i>CAMPUS</i> SANTA MARIA DA BOA VISTA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO	QUANTIDADE / ANO	FREQUENCIA DE ENTREGA
01	<b>Caneta</b> esferográfica na cor azul ou preta	Unidade	Compartilhado	36	36 unidades a cada 12 meses, se necessário. 01 por posto ao bimestre.
02	<b>Livro de ocorrências.</b> Livro tipo atas em margens. Folhas numeradas tipograficamente e acabamento em capa dura. Dimensão 21,10 cm x 30,80 cm	Unidade	Compartilhado	3	03 unidades a cada 12 meses, se necessário. 01 por posto a cada ano.
03	<b>Munição calibre 38.</b> Projétil munição arma fogo, material: chumbo, calibre: .38, tipo: ogival, peso: 158 g, aplicação: revólver, calibre. 38 especial	Unidade	Compartilhado	36	36 unidades a cada 12 meses, se necessário. 18 unidades por revólver ao ano, se necessário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA

EQUIPAMENTOS – <i>CAMPUS</i> SANTA MARIA DA BOA VISTA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO	QUANTIDADE / ANO	FREQUENCIA DE ENTREGA
01	Cofre para armazenamento de armas e munições.	Unidade	Compartilhado	01	01 unidade a cada 120 meses, se necessário.

Documento assinado digitalmente  
 **IGOR JOSE SILVA ALVES**  
Data: 11/02/2026 12:06:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**IGOR JOSÉ SILVA ALVES**  
Coordenação de Manutenção, Limpeza e Transporte  
Departamento de Administração e Panejamento  
IfsertãoPE – *Campus* Santa Maria da Boa Vista

## RELAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Processo: 23302.100147/2026-47 Serviço continuado de vigilância armada, motorizada ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

DEMANDA DE SERVIÇO - CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CAT-SER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. DE POSTO	QTDE. DE EMPREGADOS
	Vigilância armada <b>fixa, diurna, não motorizada</b> , <u>atendendo na portaria</u> e/ou área administrativa do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 06:00 horas e terminando às 18:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviços com 01 vigilante)	24015	Posto/mês	1	2
	Vigilância armada <b>fixa, noturna, não motorizada</b> , <u>atendendo na portaria</u> e/ou área administrativa do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 18:00 horas e terminando às 06:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviços com 01 vigilante)	24015	Posto/mês	1	2
	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender <b>todo perímetro</b> interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às XX:00 horas e terminando às XX:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviços com 01 vigilante)	24015	Posto/mês	1	2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
*CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA*

Documento assinado digitalmente



**IGOR JOSE SILVA ALVES**  
Data: 11/02/2026 12:06:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**IGOR JOSÉ SILVA ALVES**

Coordenação de Manutenção, Limpeza e Transporte  
Departamento de Administração e Planejamento  
IfsertãoPE – *Campus* Santa Maria da Boa Vista

## RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS (EPIs) E DEMAIS EQUIPAMENTOS

Processo: 23302.100147/2026-47 - Serviço continuado de vigilância armada, motorizada ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

UNIFORME – CAMPUS SALGUEIRO							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDA DE DE MEDID A	TIPO DE USO (Individual OU Compartilhado )	QUANTIDADE / ANO (Por Trabalhador(a)) (A)	QUANTIDAD E DE TRABALHAD ORES (B)	QUANTIDADE TOTAL/ANO C = (AxB)	FREQUÊN CIA DE ENTREGA
01	<b>Bota</b> tipo coturno tipo Militar com as seguintes especificações: FORRAÇÃO: Tecido poliéster, poliamida dublado, forro do colarinho em trama colméia; PALMILHA CONFORTO confeccionada em poliuretano de alta resiliência, conformada, e tecido poliester para absorção de suor; SOLADO CORVETA Solado de borracha de alto desempenho; Resistência a altas temperaturas até 300° C Blaqueação total;	Par	Individual	02	08	16	02 pares por posto a cada 06 meses
02	<b>Boné</b> na cor preta com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Tamanho único; Velcro na parte de trás que permita a regulagem da numeração entre 54 e 62; que possua 2 ilhoses em cada lado do boné, para respiro;	Unidade	Individual	02	08	16	02 unidades por posto a cada 06 meses





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

	comprimento da Aba, medido na parte central: 6,5 cm e na Largura da Aba: 17 cm; e que seja extremamente maleável, leve e resistente						
03	<b>Calça</b> tática na cor preta tipo Rip Stop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável; reforço nos joelhos; fácil de lavar; possui 06 Bolsos, sendo 02 Traseiros, 02 Laterais e 02 Frontais	Unidade	Individual	02	08	16	02 unidades por posto a cada 06 meses
04	<b>Camisa</b> tática na cor preta de manga curta tipo Ripstop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável, fechamento com botão; martin- gali nos ombros; velcro acima do bolso direito; dois bolsos frontais superiores com lapela; bolso esquerdo com abertura para entrada de caneta; costa lisa sem recortes para aplicação de bordado ou estampa.	Unidade	Individual	02	08	16	02 unidades por posto a cada 06 meses
05	<b>Capa de chuva</b> com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionada em Nylon emborrachado impermeável; Capuz com regulagem através de cordão com travador; possui 10 pares de botões de pressão, sendo cada botão possui um lado macho e outra fêmea; Possui dois bolsos tipo envelope medindo 120 mm x 130 mm, com fechamento através de botões; Sutache para identificação acima do bolso direito; Nos ombros contém duas lapelas medindo 120 mm x 50 mm para fixação de platinas com fechamento através de botões.	Unidade	Individual	01	08	08	02 unidades por posto a cada 12 meses



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

06	<b>Cinto</b> de nylon: na cor preta com as seguintes especificações: material do cinto em Nylon; comprimento 125 cm; largura 5.5 cm; material da fivela Polímero; fecho de encaixe seguro e rápido; ajustável para qualquer cintura; modelo Padrão N.A.	Unidade	Individual	02	08	16	02 unidades por posto a cada 06 meses
07	<b>Crachá</b> de PVC completo com cordão personalizado com o emblema da empresa, com as seguintes especificações: Cordão com 2 cm de largura impressão colorida frente e verso podendo ser com mosquete ou prendedor jacaré; Crachá em pvc de 1mm com laminação fosca anti reflexo; Impressão no crachá frente e verso com as seguintes dimensões: 9 x 6 cm, sendo Altura: 9.00 cm e Largura: 6.00 cm.	Unidade	Individual	02	08	16	02 unidades por posto a cada 06 meses
08	<b>Jaqueta de Frio</b> ou Japona tipo Rip Stop na cor preta com as seguintes especificações: confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Forro interno em tecido 100% Poliéster; 4 bolsos frontais com tampa; fechamento com zíper e botões; com touca que pode ser ocultada em um compartimento especial; e cordão que impede a entrada de vento pela parte inferior da japona.	Unidade	Individual	01	08	08	02 unidades por posto a cada 12 meses
09	<b>Meia</b> do tipo militar na cor preta com as seguintes especificações: Ideal para usar em calçada bota tipo coturno; Composição: 52,64% Algodão / 46% Poliamida / 1,36% Elastodieno; Constituída de perna, calcanhar e pé; tamanho único.	Par	Individual	04	08	32	02 unidades por posto a cada 3 meses

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – CAMPUS SALGUEIRO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO (Individual OU Compartilhado)	QUANTIDADE / ANO	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Algemas:</b> Algema, material: aço-carbono aisi 1020, tratamento superficial: niquelado, aplicação: pulso, características adicionais: com dobradiça, trava e porta algemas.	Unidade	Compartilhado	02	Única
02	<b>Apito</b> com cordão: Apito, material: metal ou plástico; aplicação: vigia, tamanho: médio, características adicionais: com cordão	Unidade	Individual	08	02 unidades por posto a cada 12 meses
03	<b>Cassetete.</b> Material: polímero; comprimento: aproximadamente 58 cm; tipo: tonfa; formato: anatômico; características adicionais: cor preta, cabo sulcos transversais toda extensão	Unidade	Compartilhado	02	Única
04	<b>Capa de Colete a prova de balas</b> com as seguintes especificações: Colete balístico com NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção II. Colete Multi Ameaça para uso policial Nível II, confeccionado em material leve e flexível em tecido de Aramida, para proteção simultânea contra-ataques de objetos e ou instrumentos pontiagudos (SPIKE), com energia de impacto E1 igual a 33 Joules + 0,60, e E2 igual a 50 Joules.	Unidade	Individual	08	01 unidade por posto a cada 12 meses
05	<b>Cinto</b> tático com coldre, porta tonfa, baleiro e porta lanterna. Com regulagem com velcro. Em tecido Ripstop extra forte. Confeccionado com material durável, de alta resistência, com excelente acabamento na cor preta. O cinto deverá ser novo, de primeiro uso.	Unidade	Individual	08	01 unidade por posto a cada 12 meses
06	<b>Lanterna</b> LED tática profissional com as seguintes especificações: Multifunção inteligente: acendimento sempre no modo de alta intensidade; 300 lumens; 2 horas de autonomia; Resistente à água (IPX6); Foco regulável com a função zoom; 5 funções com multifunção inteligente; Compacta; LED Cree XML2 U2 para uso profissional; Acionamento traseiro multifunção: alta, baixa, velada, estrobo e S.O.S; Empunhadura ergonômica com textura antiderrapante e clip tático; Design tático compacto, em alumínio aeroespacial; Recarregável, incluindo bateria 18650	Unidade	Compartilhada	04	01 unidades por posto a cada 12 meses



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

07	<b>Rádio de comunicação.</b> Rádio comunicador UHF/VHF, bivolt, com entrada para fones de ouvido/microfone e com bateria recarregável. Área de cobertura de no mínimo 4 km; Acessórios: carregador rápido bivolt, clipe cinto, fone ouvido.	Unidade	Compartilhado	04	01 unidades por posto a cada meses
08	<b>Revólver</b> calibre 38: comprimento do cano de 5 a 6 Polegadas; capacidade de 6 a 7 tiros	Unidade	Compartilhado	02	Única
09	<b>Capacete</b> para motociclista, número 60, com forro antialérgico em espuma, casco em ABS e isopor, com entradas de ar para ventilação, viseira em policarbonato, cinta jugular com fecho micrométrico, dentro das normas ABNT / INMETRO, comprovada através de selo fixado no próprio acessório.	Unidade	Compartilhado	02	Única
10	<b>Luva</b> de proteção para motociclista, tamanho G, com proteção extra no dorso e no e na palma, interior em tecido acolchoado, fechamento em velcro.	Par	Individual	08	01 par por posto a cada 06 meses
11	<b>Caneleira para motociclista com joelheira</b> , material do casco rígido e de alta resistência, interior de tecido perfurado macio, ajuste ergonômico curvo e fixação através de cintas na parte superior e inferior de cada peça	Par	Individual	4	01 par por posto a cada 12 meses




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO	QUANTIDADE E / ANO	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Caneta</b> esferográfica na cor azul ou preta	Unidade	Compartilhado	16	02 por posto a cada 06 meses
02	<b>Livro de ocorrências.</b> Livro tipo atas em margens. Folhas numeradas tipograficamente e acabamento em capa dura. Dimensão 21,10 cm x 30,80 cm	Unidade	Compartilhado	08	1 unidade por posto a cada 06 meses
03	<b>Munição calibre 38.</b> Projétil munição arma fogo, material: chumbo, calibre: .38, tipo: ogival, peso: 158 g, aplicação: revólver, calibre. 38 especial	Unidade	Compartilhado	24	Anual
04	<b>Combustível</b> para abastecimento da motocicleta em conformidade com a realização de 24 km de rondas diurnas e 24 km de rondas noturnas diariamente (2 rondas de 12 km em cada turno) – Considerando um consumo médio de 35 km/Litro teremos um total de aproximadamente 1,4 litros de combustível/dia, perfazendo um total de 42 litros/mês.	Litro	Compartilhado	504	Mensal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

EQUIPAMENTOS – CAMPUS SALGUEIRO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO	QUANTIDADE / ANO	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Motocicleta</b> nova com as seguintes especificações: cilindrada mínima 160 cc, tipo Bros, Crosser ou similar, realização de 2 rondas de 12 km diurnas e 2 rondas de 12 km noturnas diariamente.	Unidade	Compartilhado	1	Única

Documento assinado digitalmente  
 **MAYCON CESAR DE BRITO MOURA**  
Data: 12/02/2026 10:23:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Responsável  
(setor)

## RELAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Processo: 23302.100147/2026-47 Serviço continuado de vigilância armada, motorizada ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

DEMANDA DE SERVIÇO - CAMPUS SALGUEIRO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSE R	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. DE POSTO	QTDE. DE EMPREGADOS
01	Vigilância armada, <b>diurna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 07:00 horas e terminando às 19:00 horas. CBO 5173-30. <b>(01 Posto de serviço com 02 vigilantes cada)</b>	24015	Posto/mês	01	02
02	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 19:00 horas e terminando às 07:00 horas. CBO 5173-30. <b>(01 Posto de serviços com 02 vigilantes cada)</b>	24015	Posto/mês	01	02
03	Vigilância armada, <b>diurna, motorizada</b> , com efetuação de rondas, percorrendo uma média de 24km diariamente em escala de 12x36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 07:00 horas e terminando às 19:00 horas. CBO 5173-30. <b>(01 Posto de serviço com 02 vigilantes)</b>	24015	Posto/mês	01	02
04	Vigilância armada, <b>noturna, motorizada</b> , para atender todo perímetro	24015	Posto/mês	01	02

	interno do Campus com rondas internas no Campus com uma média de 24 km em cada uma , em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 19:00 horas e terminando às 07:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviço com 02 vigilantes cada)				
--	--	--	--	--	--

Documento assinado digitalmente  
 **MAYCON CESAR DE BRITO MOURA**  
Data: 12/02/2026 10:23:57-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Responsável  
(Setor)



## RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS (EPIs) E DEMAIS EQUIPAMENTOS

Processo: 23302.100147/2026-47 - Serviço continuado de vigilância armada, motorizada ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

UNIFORME – CAMPUS SERRA TALHADA							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO (Individual OU Compartilhado)	QUANTIDADE / ANO (Por Trabalhador(a)) (A)	QUANTIDADE E DE TRABALHA-D ORES (B)	QUANTIDADE TOTAL/ANO C = (AxB)	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Bota</b> tipo coturno tipo Militar com as seguintes especificações: FORRAÇÃO: Tecido poliéster, poliamida dublado, forro do colarinho em trama colmeia; PALMILHA CONFORTO confeccionada em poliuretano de alta resiliência, conformada, e tecido poliéster para absorção de suor; SOLADO CORVETA Solado de borracha de alto desempenho; Resistência a altas temperaturas até 300° C Blaqueação total;	Par	Individual	02 Pares por ano	06	12	02 pares por profissional a cada 06 meses
02	<b>Boné</b> na cor preta com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Tamanho único; Velcro na parte de trás que permita a regulagem da numeração entre 54 e 62; que possua 2 ilhóses em cada lado do boné, para respiro;	unidade	Individual	2 por ano	06	12	02 por profissional a cada 06 meses



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

	com- primento da Aba, medido na parte central: 6,5 cm e na Largura da Aba: 17 cm; e que seja extre- mamente maleável, leve e resistente						
03	<b>Calça</b> tática na cor preta tipo Rip Stop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável; re- forço nos joelhos; fácil de lavar; possui 06 Bol- sos, sendo 02 Traseiros, 02 Laterais e 02 Fron- tais	unidade	<i>Individual</i>	2 por ano	06	12	02 por profissional a cada 06 meses
04	<b>Camisa</b> tática na cor preta de manga curta tipo Ripstop com as seguintes especificações: Mate- rial/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; teci- do confortável, fechamento com botão; martin- gali nos ombros; velcro acima do bolso direito; dois bolsos frontais superiores com lapela; bolso esquerdo com abertura para entrada de caneta; costa lisa sem recortes para aplicação de borda- do ou estampa.	unidade	<i>Individual</i>	2 por ano	06	12	02 por profissional a cada 06 meses
05	<b>Capa de chuva</b> com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionada em Ny- lon emborrachado impermeável; Capuz com re- gulagem através de cordão com travador; possui 10 pares de botões de pressão, sendo cada botão possui um lado macho e outra fêmea; Possui dois bolsos tipo envelope medindo 120 mm x 130 mm, com fechamento através de botões; Sutache para identificação acima do bolso direito; Nos ombros contém duas lapelas medindo 120 mm x 50 mm para fixação de platinas com fechamento através de botões.	unidade	<i>Individual</i>	1 por ano	06	6	01 por profissional ao ano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

06	<b>Cinto</b> de nylon: na cor preta com as seguintes especificações: material do cinto em Nylon; com- primento 125 cm; largura 5.5 cm; material da fi- vela Polímero; feche de encaixe seguro e rápido; ajustável para qualquer cintura; modelo Padrão N.A.	unidade	<i>Individual</i>	1 por ano	06	6	01 por profissional ao ano
07	<b>Crachá</b> de PVC completo com cordão personali- zado com o emblema da empresa, com as se- guintes especificações: Cordão com 2 cm de lar- gura impressão colorida frente e verso podendo ser com mosquete ou prendedor jacaré; Crachá em pvc de 1mm com laminação fosca anti refle- xo; Impressão no crachá frente e verso com as seguintes dimensões: 9 x 6 cm, sendo Altura: 9.00 cm e Largura: 6.00 cm.	unidade	<i>Individual</i>	1 por ano	06	6	01 por profissional a ao ano
08	<b>Jaqueta de Frio</b> ou Japona tipo Rip Stop na cor preta com as seguintes especificações: confecci- onado em tecido Rip Stop Profissional; Forro in- terno em tecido 100% Poliéster; 4 bolsos fron- tais com tampa; fechamento com zíper e botões; com touca que pode ser ocultada em um compartimento especí- al; e cordão que impede a entrada de vento pela parte inferior da japona.	unidade	<i>Individual</i>	2 por ano	06	12	02 por profissional a cada 06 meses
09	<b>Meia</b> do tipo militar na cor preta com as seguintes especificações: Ideal para usar em calçada bota tipo coturno; Composição: 52,64% Algodão / 46% Poliamida / 1,36% Elastodieno; Constituída de perna, calcanhar e pé; tamanho único.	unidade	<i>par</i>	04 por ano	6	24	02 pares por profissional a cada 06 meses



EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – CAMPUS SERRA TALHADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	TIPO DE USO (Individual OU Compartilhado)	QUANTIDADE / ANO	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Algemas:</b> Algema, material: aço-carbono aisi 1020, tratamento superficial: niquelado, aplicação: pulso, características adicionais: com dobradiça, trava e porta algemas.	Unidade	Compartilhado	02	Única
02	<b>Apito</b> com cordão: Apito, material: metal ou plástico; aplicação: vigia, tamanho: médio, características adicionais: com cordão	-	-	-	-
03	<b>Cassetete.</b> Material: polímero; comprimento: aproximadamente 58 cm; tipo: tonfa; formato: anatômico; características adicionais: cor preta, cabo sulcos transversais toda extensão	Unidade	Compartilhado	02	Única
04	<b>Capa e Colete a prova de balas</b> com as seguintes especificações: Colete balístico com NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção II. Colete Multiameaça para uso policial Nível II, confeccionado em material leve e flexível em tecido de Aramida, para proteção simultânea contra ataques de objetos e ou instrumentos pontiagudos (SPIKE), com energia de impacto E1 igual a 33 Joules + 0,60, e E2 igual a 50 Joules.	Unidade	Individual	06	01 unidade por profissional a cada 12 meses
05	<b>Cinto</b> tático com coldre, porta tonfa, baleiro e porta lanterna. Com regulagem com velcro. Em tecido Ripstop extra forte. Confeccionado com material durável, de alta resistência, com excelente acabamento na cor preta. O cinto deverá ser novo, de primeiro uso.	Unidade	Individual	06	01 unidade por profissional a cada 12 meses
06	<b>Lanterna</b> LED tática profissional com as seguintes especificações: Multifunção inteligente: acendimento sempre no modo de alta intensidade; 300 lumens; 2 horas de autonomia; Resistente à água (IPX6); Foco regulável com a função zoom; 5 funções com multifunção inteligente; Compacta; LED Cree XML2 U2 para uso profissional; Acionamento traseiro multifunção: alta, baixa, velada, estrobo e S.O.S; Empunhadura ergonômica com textura antiderrapante e clip tático; Design tático compacto, em alumínio aeroespacial; Recarregável, incluindo bateria 18650	Unidade	Compartilhado	02	02 unidade por a cada 12 meses



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sertão Pernambucano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

07	<b>Rádio de comunicação.</b> Rádio comunicador UHF/VHF, bivolt, com entrada para fones de ouvido/microfone e com bateria recarregável. Área de cobertura de no mínimo 4 km; Acessórios: carregador rápido bivolt, clipe cinto, fone ouvido.	Unidade	Compartilhado	02	Única
08	<b>Revólver</b> calibre 38: comprimento do cano de 5 a 6 Polegadas; capacidade de 6 a 7 tiros	Unidade	Compartilhado	02	Única
09	<b>Capacete</b> para motociclista, número 60, com forro antialérgico em espuma, casco em ABS e isopor, com entradas de ar para ventilação, viseira em policarbonato, cinta jugular com fecho micrométrico, dentro das normas ABNT / INMETRO, comprovada através de selo fixado no próprio acessório.	-	-	-	-
10	<b>Luva</b> de proteção para motociclista, tamanho G, com proteção extra no dorso e no e na palma, interior em tecido acolchoado, fechamento em velcro.	-	-	-	-
11	<b>Caneleira para motociclista com joelheira</b> , material do casco rígido e de alta resistência, interior de tecido perfurado macio, ajuste ergonômico curvo e fixação através de cintas na parte superior e inferior de cada peça	-	-	-	-
12	<b>Binóculo</b> com Ampliação: 30 X 60 Zoom, campo De Visão: 7,2 ° 126 M/1000 M. Características Adicionais: Cor Preto. Acessórios: 1 Estojo de transporte 1 Pano de limpeza.	-	-	-	-



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sertão Pernambucano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

MATERIAIS DE CONSUMO - CAMPUS SERRA TALHADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO	QUANTIDADE / ANO	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Caneta</b> esferográfica na cor azul ou preta	Unidade	Compartilhado	6	3 unideades a cada 06 meses
02	<b>Livro de ocorrências.</b> Livro tipo atas em margens. Folhas numeradas tipograficamente e acabamento em capa dura. Dimensão 21,10 cm x 30,80 cm	Unidade	Compartilhado	02	01 a cada 06 meses
03	<b>Munição calibre 38.</b> Projétil munição arma fogo, material: chumbo, calibre: .38, tipo: ogival, peso: 158 g, aplicação: revólver, calibre. 38 especial	Unidade	Compartilhado	24	24 ao ano
04	<b>Combustível</b> para abastecimento da motocicleta em conformidade com a realização de XXXXXXXXXXXXXXX km de rondas diurnas e XXXXXXXXXXX km de rondas noturnas diariamente (XXXXX rondas de XXXXXXX km em cada turno) – Considerando um consumo médio de 35 km/Litro teremos um total de XXXXXXXXXXX litros de combustível/dia, perfazendo um total de XXXXXXXXXXX litros/mês.	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

EQUIPAMENTOS – CAMPUS SERRA TALHADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE USO	QUANTIDADE / ANO	FREQUÊNCIA DE ENTREGA
01	<b>Cofre</b> para armazenamento de armas e munições.	<i>Unidade</i>	<i>Compartilhado</i>	<i>01</i>	<i>única</i>
02	<b>Motocicleta</b> nova com as seguintes especificações: cilindrada mínima 160 cc, tipo Bros, Crosser ou similar, realização de XXXXXXXX rondas de XXXXXXXX km diurnas e XXXXXXXX rondas de XXXXXXXX km noturnas diariamente.	-	-	-	-



Documento assinado digitalmente

ELENILSON NOBRE VERAS

Data: 20/02/2026 08:03:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elenilson Nobre Veras  
Departamento de Administração e Planejamento  
Campus Serra Talhada

## RELAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Processo: 23302.100147/2026-47 Serviço continuado de vigilância armada, motorizada ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

DEMANDA DE SERVIÇO - CAMPUS SERRA TALHADA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSE R	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. DE POSTO	QTDE. DE EMPREGADOS
1	Vigilância armada, <b>diurna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 06:00 horas e terminando às 18:00 horas. CBO 5173-30. 02 (dois) Postos de serviços com 1 vigilante cada.	24015	Posto/mês	2	2
2	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 18:00 horas e terminando às 06:00 horas. CBO 5173-30. 2 (dois) Postos de serviços com 02 (dois) vigilantes cada.	24015	Posto/mês	2	4



Documento assinado digitalmente  
**ELENILSON NOBRE VERAS**  
Data: 20/02/2026 08:03:50-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Elenilson Nobre Veras  
Departamento de Administração e Planejamento  
Campus Serra Talhada





**INSTITUTO FEDERAL**  
Sertão Pernambucano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

## PLANILHA DE PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO

**Objeto:** Contratação de Serviços de Vigilância

GRUPO 01: Campus Santa Maria da Boa Vista							
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Postos	Valor Unitário Mensal por Posto	Valor Total Mensal Estimado	Quantidade Total de Meses / Ano	Valor Total Máximo Aceitável / Ano
			(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C x D)
01	Vigilância armada, <b>diurna, não motorizada</b> , para a tender todo o perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 06:00 horas e terminando às 18:00 horas. CBO 5173- 30. Considerando 01 Posto de serviço com 02 vigilantes cada. <b>CATSER:</b> 24015	Posto / Mês	01	14.187,04	14.187,04	24	340.488,96
02	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 18:00 horas e terminando às 06:00 horas. CBO 5173-30. Considerando 02 Postos de serviços com 02 vigilantes cada. <b>CATSER:</b> 24015	Posto / Mês	02	16.685,66	33.371,32	24	800.911,68
<b>Valor Total Anual Estimado para o Grupo 01</b>							<b>1.141.400,64</b>

GRUPO 02: Campus Salgueiro							
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Postos	Valor Unitário Mensal por Posto	Valor Total Mensal Estimado	Quantidade Total de Meses / Ano	Valor Total Máximo Aceitável / Ano
			(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C x D)
03	Vigilância armada, <b>diurna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 07:00 horas e terminando às 19:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviço com 02 vigilantes). <b>CATSER: 24015</b>	Posto / Mês	01	14.174,26	14.174,26	24	340.182,24
04	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 19:00 horas e terminando às 07:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviço com 02 vigilantes). <b>CATSER: 24015</b>	Posto / Mês	01	16.672,88	16.672,88	24	400.149,12
05	Vigilância armada, <b>diurna, motorizada</b> , com efetuação de rondas, percorrendo uma média de 24km diariamente em escala de 12x36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 07:00 horas e terminando às 19:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviço com 02 vigilantes). <b>CATSER: 24015</b>	Posto / Mês	01	14.683,20	14.683,20	24	352.396,80
06	Vigilância armada, <b>noturna, motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus com	Posto / Mês	01	17.181,82	17.181,82	24	412.363,68

	rondas internas no Campus com uma média de 24 km em cada uma , em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 19:00 horas e terminando às 07:00 horas. CBO 5173-30. (01 Posto de serviço com 02 vigilantes). <b>CATSER:</b> 24015						
<b>Valor Total Anual Estimado para o Grupo 02</b>							<b>1.505.091,84</b>

GRUPO 03: Campus Serra Talhada							
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Postos (A)	Valor Unitário Mensal por Posto (B)	Valor Total Mensal Estimado $C = (A \times B)$	Quantidade Total de Meses / Ano (D)	Valor Total Máximo Aceitável / Ano $E = (C \times D)$
07	Vigilância armada, <b>diurna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 06:00 horas e terminando às 18:00 horas. CBO 5173-30. 01 (um) Posto de serviço com 2 vigilantes. <b>CATSER: 24015</b>	Posto / Mês	01	14.231,48	14.231,48	24	341.555,52
08	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 18:00 horas e terminando às 06:00 horas. CBO 5173-30. 2 (dois) Postos de serviços com 02 (dois) vigilantes cada. <b>CATSER: 24015</b>	Posto / Mês	02	16.730,08	33.460,16	24	803.043,84
<b>Valor Total Anual Estimado para o Grupo 03</b>							<b>1.144.599,36</b>

Item 09: Campus Ouricuri							
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Postos	Valor Unitário Mensal por Posto	Valor Total Mensal Estimado	Quantidade Total de Meses / Ano	Valor Total Máximo Aceitável / Ano
			(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C x D)
09	Vigilância armada, <b>noturna, não motorizada</b> , para atender todo perímetro interno do Campus, em turnos de 12 x 36, inclusive aos sábados, domingos e feriados, começando às 19:00 horas e terminando às 07:00 horas. CBO 5173-30 (02 Postos de serviços com 02 vigilantes cada). <b>CATSER:</b> 24015	Posto / Mês	02	16.708,30	33.416,60	24	801.998,40
Valor Total Anual Estimado para o Item 9							801.998,40
Valor Total Estimado da Contratação (Grupos 01 a 03 e Item 09)							4.593.090,24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

## PLANILHA DE PREÇO MÉDIO DE REFERÊNCIA

### CAMPUS OURICURI

Tipo de Posto	Número de Postos	Quantidade de Empregados
Vigilância Armada Noturna <b>NÃO</b> Motorizada	02	04
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>04</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

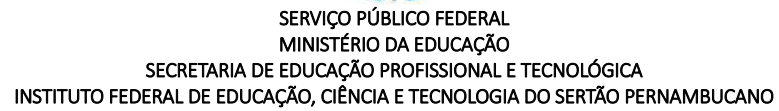
Preço de Referência de Uniformes POR EMPREGADO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Anual Por Empregado	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Valor Unitário Mês / Por Empregado
					(A)	(B)	C = (A x B)	D = (C / 12) / 4
1	<b>Bota</b> tipo coturno tipo Militar com as seguintes especificações: FORRAÇÃO: Tecido poliéster, poliamida dublado, forro do colarinho em trama colmeia; PALMILHA CONFORTO confeccionada em poliuretano de alta resiliência, conformada, e tecido poliéster para absorção de suor; SOLADO CORVETA Solado de borracha de alto desempenho; Resistência a altas temperaturas até 300° C Blaqueação total	Par	Individual	02	08	197,23	1.577,84	32,87
2	<b>Boné</b> na cor preta com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Tamanho único; Velcro na parte de trás que permita a regulagem da numeração entre 54 e 62; que possua 2 ilhoses em cada lado do boné, para respiro; comprimento da Aba, medido na parte central: 6,5 cm e na Largura da Aba: 17 cm; e que seja extremamente maleável, leve e resistente	Unidade	Individual	02	08	29,50	236,00	4,92
3	<b>Calça tática</b> na cor preta tipo Rip Stop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável; reforço nos joelhos; fácil de lavar; possui 06 Bolsos, sendo 02 Traseiros, 02 Laterais e 02 Frontais	Unidade	Individual	02	08	121,75	974,00	20,29
4	<b>Camisa tática</b> na cor preta de manga curta tipo Ripstop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla;	Unidade	Individual	02	08	135,00	1.080,00	22,50





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

	material reforçado; tecido confortável, fechamento com botão; martingali nos ombros; velcro acima do bolso direito; dois bolsos frontais superiores com lapela; bolso esquerdo com abertura para entrada de caneta; costa lisa sem recortes para aplicação de bordado ou estampa.							
5	<b>Capa de chuva</b> com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionada em Nylon emborrachado impermeável; Capuz com regulagem através de cordão com travador; possui 10 pares de botões de pressão, sendo cada botão possui um lado macho e outra fêmea; Possui dois bolsos tipo envelope medindo 120 mm x 130 mm, com fechamento através de botões; Sutache para identificação acima do bolso direito; Nos ombros contém duas lapelas medindo 120 mm x 50 mm para fixação de platinas com fechamento através de botões.	Unidade	Individual	01	04	<b>133,85</b>	535,40	<b>11,15</b>
6	<b>Cinto de nylon:</b> na cor preta com as seguintes especificações: material do cinto em Nylon; comprimento 125 cm; largura 5.5 cm; material da fivela Polímero; feche de encaixe seguro e rápido; ajustável para qualquer cintura; modelo Padrão N.A.	Unidade	Individual	02	08	<b>39,97</b>	319,76	<b>6,66</b>
7	<b>Crachá de PVC</b> completo com cordão personalizado com o emblema da empresa, com as seguintes especificações: Cordão com 2 cm de largura impressão colorida frente e verso podendo ser com mosquete ou prendedor jacaré; Crachá em pvc de 1mm com laminação fosca anti reflexo; Impressão no crachá frente e verso com as seguintes dimensões: 9 x 6 cm, sendo Altura: 9.00 cm e Largura: 6.00 cm.	Unidade	Individual	01	04	<b>14,29</b>	57,16	<b>1,19</b>
8	<b>Jaqueta de Frio</b> ou Japona tipo Rip Stop na cor preta com as seguintes especificações: confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Forro interno em tecido 100% Poliéster; 4 bolsos frontais com tampa; fechamento com zíper e botões; com touca que pode ser ocultada em um compartimento especial; e cordão que impede a	Unidade	Individual	01	04	<b>289,00</b>	1.156,00	<b>24,08</b>

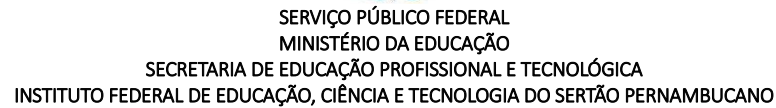


	entrada de vento pela parte inferior da japonsa.							
9	<b>Meia do tipo militar</b> na cor preta com as seguintes especificações: Ideal para usar em calçada bota tipo coturno; Composição: 52,64% Algodão / 46% Poliamida / 1,36% Elastodieno; Constituída de perna, calcanhar e pé; tamanho único	Par	Individual	06	24	<b>13,99</b>	335,76	<b>7,00</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO</b>								<b>130,66</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO</b>								<b>261,32</b>

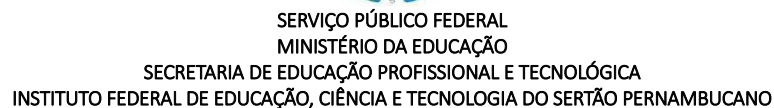


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

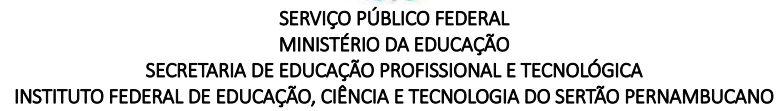
Preços de Referência EPI's POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 4
10	<b>Algemas:</b> Algemea, material: aço carbono aisi 1020, tratamento superficial: niquelado, aplicação: pulso, características adicionais: com dobradiça, trava e porta algemas	Unidade	Compartilhado	02	116,99	233,98	120	0,49
11	<b>Apito com cordão:</b> Apito, material: metal ou plástico; aplicação: vigia, tamanho: médio, características adicionais: com cordão	Unidade	Individual	04	19,65	78,60	120	0,16
12	<b>Cassetete.</b> material: fibra de carbono; comprimento: aproximadamente 58 cm; tipo: tonfa; formato: anatômico; características adicionais: cor preta, cabo sulcos transversais toda extensão	Unidade	Individual	04	33,92	135,68	120	0,28
13	<b>Capa e Colete a prova de balas</b> com as seguintes especificações: Colete balístico com NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção IIIA. Colete Multiameaça para uso de segurança patrimonial, confeccionado em material leve e flexível em tecido de Aramida, para proteção simultânea contra-ataques de objetos e ou instrumentos pontiagudos (SPIKE).	Unidade	Individual	04	538,00	2.152,00	120	4,48
14	<b>Cinto tático</b> com coldre, porta tonfa, baleiro e porta lanterna. Com regulagem com velcro. Em tecido Ripstop extra forte. Confeccionado com material durável, de alta resistência, com excelente acabamento na cor preta. O cinto deverá ser novo, de primeiro uso.	Unidade	Individual	04	185,00	740,00	120	1,54
15	<b>Lanterna LED</b> tática profissional com as seguintes	Unidade	Compar-	02	68,00	136,00	120	0,28



	especificações: Multifunção inteligente: acendimento sempre no modo de alta intensidade; 300 lumens; 2 horas de autonomia; Resistente à água (IPX6); Foco regulável com a função zoom; 5 funções com multifunção inteligente; Compacta; LED Cree XML2 U2 para uso profissional; Acionamento traseiro multifunção: alta, baixa, velada, estrobo e S.O.S; Empunhadura ergonômica com textura antiderrapante e clip tático; Design tático compacto, em alumínio aeroespacial; Recarregável, incluindo bateria 18650		tilhado					
16	<b>Rádio de comunicação.</b> Rádio comunicador UHF/VHF, bivolt, com entrada para fones de ouvido/microfone e com bateria recarregável. Área de cobertura de no mínimo 4km; Acessórios: carregador rápido bivolt, clipe cinto, fone ouvido.	Unidade	Compar-tilhado	02	<b>183,00</b>	366,00	120	<b>0,76</b>
17	<b>Revólver calibre 38:</b> comprimento do cano de 3 Polegadas; capacidade de 6 tiros	Unidade	Compar-tilhado	02	<b>4.999,00</b>	9.998,00	240	<b>20,83</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO (não motorizado)</b>								<b>28,82</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO (não motorizado)</b>								<b>57,64</b>



Preços de Referência Materiais de Apoio/Consumo POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 4
18	Caneta esferográfica na cor azul ou preta	Unidade	Compartilhado	08	1,17	9,36	12	0,19
19	Livro de ocorrências. Livro tipo atas sem margens. Folhas numeradas tipograficamente e acabamento em capa dura. Dimensão 21,10cm x 30,80cm	Unidade	Compartilhado	02	18,20	36,40	12	0,76
20	Munição calibre 38. Projétil munição arma fogo, material: chumbo, calibre: .38, tipo: ogival, peso: 158 g, aplicação: revólver, calibre .38 especial	Unidade	Compartilhado	24	7,68	184,32	12	3,84
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO (não motorizado)								4,79
VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO (não motorizado)								9,58



Preços de Referência Equipamentos Diversos POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 4
21	Cofre para armazenamento de armas e munições.	Unidade	Compartilhado	01	451,89	451,89	120	0,94
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO (não motorizado)								0,94
VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO (não motorizado)								1,88



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

### **Considerações relativas aos parâmetros utilizados para efeito de cálculo da depreciação dos itens previstos para contratação deste serviço**

A depreciação de uma máquina deve obedecer o que é determinado pela Secretaria da Receita Federal, no artigo 305 do RIR/99, que estipula o prazo de 10 anos para depreciação de máquinas e equipamentos, 5 anos para veículos, 10 anos para móveis e utensílios e 25 anos para os imóveis. Estas normas descritas são sugeridas pela SRF, mas não obrigatoriamente é necessário utilizar esta tabela para cálculo da depreciação dos bens em uma empresa, principalmente se ela for do Simples Nacional ou Lucro Presumido.

A informação da vida útil, se tira geralmente do catálogo do fabricante ou de experiências passadas da construtora. A vida útil depende do tipo de equipamento, das condições de trabalho e da qualidade da manutenção.

A Receita Federal estabelece limites para a vida útil de cada tipo de máquina. Pode-se depreciar em menos tempo, porém não em mais tempo. Diante do exposto, utilizaremos como parâmetro a Instrução Normativa RFB nº: 1700, de 14 de março de 2017, ANEXO III - TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO e INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 162, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1998, ANEXO I.

OBS.: A vida útil do item 17 de EPI's e Materiais de Apoio (Revólver calibre 38: comprimento do cano de 3 Polegadas; capacidade de 6 tiros), foi definida de acordo com pesquisas, como por exemplo, a cartilha de depreciação do exército brasileiro de Brasília.

**Petrolina – PE, 11/03/2026.**

Documento assinado digitalmente  
**JOSE ALCIERMES MARQUES VIANA**  
Data: 16/03/2026 09:06:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

## PLANILHA DE PREÇO MÉDIO DE REFERÊNCIA

### CAMPUS SALGUEIRO

Tipo de Posto	Número de Postos	Quantidade de Empregados
Vigilância Armada Noturna <b>NÃO</b> Motorizada	01	02
Vigilância Armada Diurna <b>NÃO</b> Motorizada	01	02
Vigilância Armada Noturna Motorizada	01	02
Vigilância Armada Diurna Motorizada	01	02
<b>Totais</b>	<b>04</b>	<b>08</b>





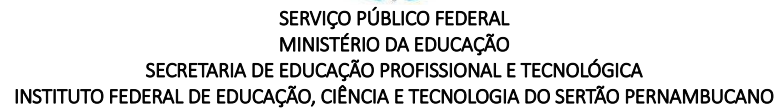
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Preço de Referência de Uniformes POR EMPREGADO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Anual Por Empregado	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Valor Unitário Mês / Por Empregado
					(A)	(B)	C = (A x B)	D = (C / 12) / 8
1	<b>Bota</b> tipo coturno tipo Militar com as seguintes especificações: FORRAÇÃO: Tecido poliéster, poliamida dublado, forro do colarinho em trama colmeia; PALMILHA CONFORTO confeccionada em poliuretano de alta resiliência, conformada, e tecido poliéster para absorção de suor; SOLADO CORVETA Solado de borracha de alto desempenho; Resistência a altas temperaturas até 300° C Blaqueação total	Par	Individual	02	16	<b>197,23</b>	3.155,68	<b>32,87</b>
2	<b>Boné</b> na cor preta com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Tamanho único; Velcro na parte de trás que permita a regulagem da numeração entre 54 e 62; que possua 2 ilhoses em cada lado do boné, para respiro; comprimento da Aba, medido na parte central: 6,5 cm e na Largura da Aba: 17 cm; e que seja extremamente maleável, leve e resistente	Unidade	Individual	02	16	<b>29,50</b>	472,00	<b>4,92</b>
3	<b>Calça tática</b> na cor preta tipo Rip Stop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável; reforço nos joelhos; fácil de lavar; possui 06 Bolsos, sendo 02 Traseiros, 02 Laterais e 02 Frontais	Unidade	Individual	02	16	<b>121,75</b>	1.948,00	<b>20,29</b>
4	<b>Camisa tática</b> na cor preta de manga curta tipo Ripstop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla;	Unidade	Individual	02	16	<b>135,00</b>	2.160,00	<b>22,50</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

	material reforçado; tecido confortável, fechamento com botão; martingali nos ombros; velcro acima do bolso direito; dois bolsos frontais superiores com lapela; bolso esquerdo com abertura para entrada de caneta; costa lisa sem recortes para aplicação de bordado ou estampa.							
5	<b>Capa de chuva</b> com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionada em Nylon emborrachado impermeável; Capuz com regulagem através de cordão com travador; possui 10 pares de botões de pressão, sendo cada botão possui um lado macho e outra fêmea; Possui dois bolsos tipo envelope medindo 120 mm x 130 mm, com fechamento através de botões; Sutache para identificação acima do bolso direito; Nos ombros contém duas lapelas medindo 120 mm x 50 mm para fixação de platinas com fechamento através de botões.	Unidade	Individual	01	08	<b>133,85</b>	1.070,80	<b>11,15</b>
6	<b>Cinto de nylon:</b> na cor preta com as seguintes especificações: material do cinto em Nylon; comprimento 125 cm; largura 5.5 cm; material da fivela Polímero; feche de encaixe seguro e rápido; ajustável para qualquer cintura; modelo Padrão N.A.	Unidade	Individual	02	16	<b>39,97</b>	639,52	<b>6,66</b>
7	<b>Crachá de PVC</b> completo com cordão personalizado com o emblema da empresa, com as seguintes especificações: Cordão com 2 cm de largura impressão colorida frente e verso podendo ser com mosquete ou prendedor jacaré; Crachá em pvc de 1mm com laminação fosca anti reflexo; Impressão no crachá frente e verso com as seguintes dimensões: 9 x 6 cm, sendo Altura: 9.00 cm e Largura: 6.00 cm.	Unidade	Individual	02	16	<b>14,29</b>	228,64	<b>2,38</b>
8	<b>Jaqueta de Frio</b> ou Japona tipo Rip Stop na cor preta com as seguintes especificações: confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Forro interno em tecido 100% Poliéster; 4 bolsos frontais com tampa; fechamento com zíper e botões; com touca que pode ser ocultada em um compartimento especial; e cordão que impede a	Unidade	Individual	01	08	<b>289,00</b>	2.312,00	<b>24,08</b>

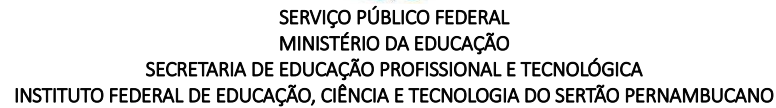


	entrada de vento pela parte inferior da japonsa.							
9	<b>Meia do tipo militar</b> na cor preta com as seguintes especificações: Ideal para usar em calçada bota tipo coturno; Composição: 52,64% Algodão / 46% Poliamida / 1,36% Elastodieno; Constituída de perna, calcanhar e pé; tamanho único	Par	Individual	04	32	<b>13,99</b>	447,68	<b>4,66</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO</b>								<b>129,51</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO</b>								<b>259,02</b>

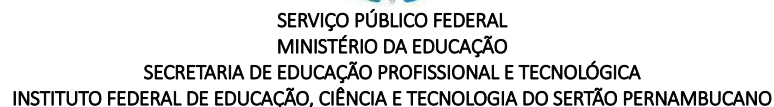


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

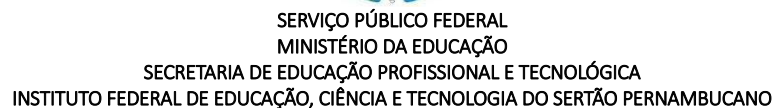
Preços de Referência EPI's POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 8
10	<b>Algemas:</b> Algemea, material: aço carbono aisi 1020, tratamento superficial: niquelado, aplicação: pulso, características adicionais: com dobradiça, trava e porta algemas	Unidade	Compartilhado	02	116,99	233,98	120	0,24
11	<b>Apito com cordão:</b> Apito, material: metal ou plástico; aplicação: vigia, tamanho: médio, características adicionais: com cordão	Unidade	Individual	08	19,65	157,20	120	0,16
12	<b>Cassetete.</b> material: fibra de carbono; comprimento: aproximadamente 58 cm; tipo: tonfa; formato: anatômico; características adicionais: cor preta, cabo sulcos transversais toda extensão	Unidade	Compartilhado	02	33,92	67,84	120	0,07
13	<b>Capa e Colete a prova de balas</b> com as seguintes especificações: Colete balístico com NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção IIIA. Colete Multiameaça para uso de segurança patrimonial, confeccionado em material leve e flexível em tecido de Aramida, para proteção simultânea contra-ataques de objetos e ou instrumentos pontiagudos (SPIKE).	Unidade	Individual	08	538,00	4.304,00	120	4,48
14	<b>Cinto tático</b> com coldre, porta tonfa, baleiro e porta lanterna. Com regulagem com velcro. Em tecido Ripstop extra forte. Confeccionado com material durável, de alta resistência, com excelente acabamento na cor preta. O cinto deverá ser novo, de primeiro uso.	Unidade	Individual	08	185,00	1.480,00	120	1,54
15	<b>Lanterna LED</b> tática profissional com as seguintes	Unidade	Compar-	04	68,00	272,00	120	0,28



	especificações: Multifunção inteligente: acendimento sempre no modo de alta intensidade; 300 lumens; 2 horas de autonomia; Resistente à água (IPX6); Foco regulável com a função zoom; 5 funções com multifunção inteligente; Compacta; LED Cree XML2 U2 para uso profissional; Acionamento traseiro multifunção: alta, baixa, velada, estrobo e S.O.S; Empunhadura ergonômica com textura antiderrapante e clip tático; Design tático compacto, em alumínio aeroespacial; Recarregável, incluindo bateria 18650		tilhado					
16	<b>Rádio de comunicação.</b> Rádio comunicador UHF/VHF, bivolt, com entrada para fones de ouvido/microfone e com bateria recarregável. Área de cobertura de no mínimo 4km; Acessórios: carregador rápido bivolt, clipe cinto, fone ouvido.	Unidade	Compar-tilhado	04	183,00	732,00	120	0,76
17	<b>Revólver calibre 38:</b> comprimento do cano de 3 Polegadas; capacidade de 6 tiros	Unidade	Compar-tilhado	02	4.999,00	9.998,00	240	10,41
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO (Motorizado e não motorizado)								17,94
VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO (Motorizado e não motorizado)								35,88



Preços de Referência Equipamentos de Proteção Individual POR EMPREGADO / POSTO (Apenas Posto Motorizado)								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 4
18	Capacete para motociclista, número 60, com forro antialérgico em espuma, casco em ABS e isopor, com entradas de ar para ventilação, viseira em policarbonato, cinta jugular com fecho micrométrico, dentro das normas ABNT / INMETRO comprovada através de selo fixado no próprio acessório.	Unidade	Compartilhado	02	314,90	629,80	120	1,31
19	Luva de proteção para motociclista, tamanho G, com proteção extra no dorso e na palma, interior em tecido acolchoado, fechamento em velcro.	Par	Individual	08	115,00	920,00	120	1,92
20	Caneleira para motociclista com joelheira, material do casco rígido e de alta resistência, interior de tecido perfurado macio, ajuste ergonômico curvo e fixação através de cintas na parte superior e inferior de cada peça.	Par	Individual	04	115,47	461,88	120	0,96
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO: Itens 10 até 20 (Posto Motorizado)								22,13
VALOR TOTAL POR MÊS / POSTO MOTORIZADO								44,26

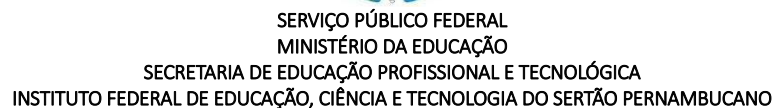


Preços de Referência Materiais de Apoio/Consumo POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 8
21	Caneta esferográfica na cor azul ou preta	Unidade	Compartilhado	16	1,17	18,72	12	0,19
22	Livro de ocorrências. Livro tipo atas sem margens. Folhas numeradas tipograficamente e acabamento em capa dura. Dimensão 21,10cm x 30,80cm	Unidade	Compartilhado	08	18,20	145,60	12	1,52
23	Munição calibre 38. Projétil munição arma fogo, material: chumbo, calibre: .38, tipo: ogival, peso: 158 g, aplicação: revólver, calibre .38 especial	Unidade	Compartilhado	24	7,68	184,32	12	1,92
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO (Motorizado e não motorizado)								3,63
VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO (Motorizado e não motorizado)								7,26



Preços de Referência Equipamentos de Proteção Individual e Material de Consumo POR EMPREGADO / POSTO (Apenas Posto Motorizado)								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 4
24	<b>Combustível</b> para abastecimento da motocicleta em conformidade com a realização de 24 km de rondas diurnas e 24 km de rondas noturnas diariamente (2 rondas de 12 km em cada turno) – Considerando um consumo médio de 35 km/Litro teremos um total de aproximadamente 1,4 litros de combustível/dia, perfazendo um total de 42 litros/mês.	Litros	Compartilha do	504 litros / Ano (42 por mês)	<b>6,78</b>	3.417,12	12	<b>71,19</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO: Itens 21 até 24 (Posto Motorizado)</b>								<b>74,82</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / POSTO MOTORIZADO</b>								<b>149,64</b>





Preço Referencial Equipamentos Diversos POR EMPREGADO / POSTO MOTORIZADO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 4
25	Motocicleta nova com as seguintes especificações: cilindrada mínima 160 cc, tipo Bros, Crosser ou similar, realização de 2 rondas de 12 km diurnas e 2 rondas de 12 km noturnas diariamente.	Unidade	Compartilha do	01	24.504,00	24.504,00	48	127,62
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO:								127,62
VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO MOTORIZADO								255,24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

### **Considerações relativas aos parâmetros utilizados para efeito de cálculo da depreciação dos itens previstos para contratação deste serviço**

A depreciação de uma máquina deve obedecer o que é determinado pela Secretaria da Receita Federal, no artigo 305 do RIR/99, que estipula o prazo de 10 anos para depreciação de máquinas e equipamentos, 5 anos para veículos, 10 anos para móveis e utensílios e 25 anos para os imóveis. Estas normas descritas são sugeridas pela SRF, mas não obrigatoriamente é necessário utilizar esta tabela para cálculo da depreciação dos bens em uma empresa, principalmente se ela for do Simples Nacional ou Lucro Presumido.

A informação da vida útil, se tira geralmente do catálogo do fabricante ou de experiências passadas da construtora. A vida útil depende do tipo de equipamento, das condições de trabalho e da qualidade da manutenção.

A Receita Federal estabelece limites para a vida útil de cada tipo de máquina. Pode-se depreciar em menos tempo, porém não em mais tempo. Diante do exposto, utilizaremos como parâmetro a Instrução Normativa RFB nº: 1700, de 14 de março de 2017, ANEXO III - TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO e INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 162, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1998, ANEXO I.

OBS.: A vida útil do item 17 de EPI's e Materiais de Apoio (Revólver calibre 38: comprimento do cano de 3 Polegadas; capacidade de 6 tiros), foi definida de acordo com pesquisas, como por exemplo, a cartilha de depreciação do exército brasileiro de Brasília.

**Petrolina – PE, 11/03/2026**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

**PLANILHA DE PREÇO MÉDIO DE REFERÊNCIA**

**CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA**

<b>Tipo de Posto</b>	<b>Número de Postos</b>	<b>Quantidade de Empregados</b>
Vigilância Armada Fixa Noturna <b>NÃO</b> Motorizada	01	02
Vigilância Armada Fixa Diurna <b>NÃO</b> Motorizada	01	02
Vigilância Armada Noturna <b>NÃO</b> Motorizada	01	02
<b>Totais</b>	<b>03</b>	<b>06</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Preço de Referência de Uniformes POR EMPREGADO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Anual Por Empregado	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Valor Unitário Mês / Por Empregado
					(A)	(B)	C = (A x B)	D = (C / 12) / 6
1	<b>Bota</b> tipo coturno tipo Militar com as seguintes especificações: FORRAÇÃO: Tecido poliéster, poliamida dublado, forro do colarinho em trama colmeia; PALMILHA CONFORTO confeccionada em poliuretano de alta resiliência, conformada, e tecido poliéster para absorção de suor; SOLADO CORVETA Solado de borracha de alto desempenho; Resistência a altas temperaturas até 300° C Blaqueação total	Par	Individual	02	12	<b>197,23</b>	2.366,76	<b>32,87</b>
2	<b>Boné</b> na cor preta com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Tamanho único; Velcro na parte de trás que permita a regulagem da numeração entre 54 e 62; que possua 2 ilhoses em cada lado do boné, para respiro; comprimento da Aba, medido na parte central: 6,5 cm e na Largura da Aba: 17 cm; e que seja extremamente maleável, leve e resistente	Unidade	Individual	02	12	<b>29,50</b>	354,00	<b>4,92</b>
3	<b>Calça tática</b> na cor preta tipo Rip Stop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável; reforço nos joelhos; fácil de lavar; possui 06 Bolsos, sendo 02 Traseiros, 02 Laterais e 02 Frontais	Unidade	Individual	02	12	<b>121,75</b>	1.461,00	<b>20,29</b>
4	<b>Camisa tática</b> na cor preta de manga curta tipo Ripstop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla;	Unidade	Individual	02	12	<b>135,00</b>	1.620,00	<b>22,50</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

	material reforçado; tecido confortável, fechamento com botão; martingali nos ombros; velcro acima do bolso direito; dois bolsos frontais superiores com lapela; bolso esquerdo com abertura para entrada de caneta; costa lisa sem recortes para aplicação de bordado ou estampa.							
5	<b>Capa de chuva</b> com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionada em Nylon emborrachado impermeável; Capuz com regulagem através de cordão com travador; possui 10 pares de botões de pressão, sendo cada botão possui um lado macho e outra fêmea; Possui dois bolsos tipo envelope medindo 120 mm x 130 mm, com fechamento através de botões; Sutache para identificação acima do bolso direito; Nos ombros contém duas lapelas medindo 120 mm x 50 mm para fixação de platinas com fechamento através de botões.	Unidade	Individual	01	06	<b>133,85</b>	803,10	<b>11,15</b>
6	<b>Cinto de nylon:</b> na cor preta com as seguintes especificações: material do cinto em Nylon; comprimento 125 cm; largura 5.5 cm; material da fivela Polímero; feche de encaixe seguro e rápido; ajustável para qualquer cintura; modelo Padrão N.A.	Unidade	Individual	02	12	<b>39,97</b>	479,64	<b>6,66</b>
7	<b>Crachá de PVC</b> completo com cordão personalizado com o emblema da empresa, com as seguintes especificações: Cordão com 2 cm de largura impressão colorida frente e verso podendo ser com mosquete ou prendedor jacaré; Crachá em pvc de 1mm com laminação fosca anti reflexo; Impressão no crachá frente e verso com as seguintes dimensões: 9 x 6 cm, sendo Altura: 9.00 cm e Largura: 6.00 cm.	Unidade	Individual	01	06	<b>14,29</b>	85,74	<b>1,19</b>
8	<b>Jaqueta de Frio</b> ou Japona tipo Rip Stop na cor preta com as seguintes especificações: confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Forro interno em tecido 100% Poliéster; 4 bolsos frontais com tampa; fechamento com zíper e botões; com touca que pode ser ocultada em um compartimento especial; e cordão que impede a	Unidade	Individual	01	06	<b>289,00</b>	1.734,00	<b>24,08</b>

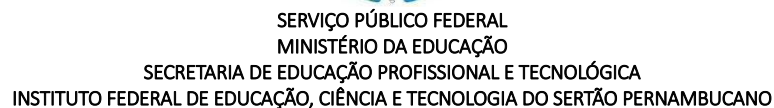


	entrada de vento pela parte inferior da japona.							
9	<b>Meia do tipo militar</b> na cor preta com as seguintes especificações: Ideal para usar em calçada bota tipo coturno; Composição: 52,64% Algodão / 46% Poliamida / 1,36% Elastodieno; Constituída de perna, calcanhar e pé; tamanho único	Par	Individual	04	24	<b>13,98</b>	335,52	<b>4,66</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO</b>								<b>128,32</b>
<b>VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO</b>								<b>256,64</b>



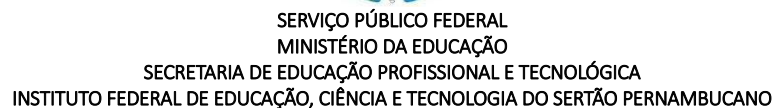
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Preços de Referência EPI's POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 6
10	<b>Algemas:</b> Algemea, material: aço carbono aisi 1020, tratamento superficial: niquelado, aplicação: pulso, características adicionais: com dobradiça, trava e porta algemas	Unidade	Compartilhado	03	116,99	350,97	120	0,49
11	<b>Apito com cordão:</b> Apito, material: metal ou plástico; aplicação: vigia, tamanho: médio, características adicionais: com cordão	Unidade	Individual	12	19,65	235,80	120	0,33
12	<b>Cassetete.</b> material: fibra de carbono; comprimento: aproximadamente 58 cm; tipo: tonfa; formato: anatômico; características adicionais: cor preta, cabo sulcos transversais toda extensão	Unidade	Individual	06	33,92	203,52	120	0,28
13	<b>Capa e Colete a prova de balas</b> com as seguintes especificações: Colete balístico com NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção IIIA. Colete Multiameaça para uso de segurança patrimonial, confeccionado em material leve e flexível em tecido de Aramida, para proteção simultânea contra-ataques de objetos e ou instrumentos pontiagudos (SPIKE).	Unidade	Individual	06	538,00	3.228,00	120	4,48
14	<b>Cinto tático</b> com coldre, porta tonfa, baleiro e porta lanterna. Com regulagem com velcro. Em tecido Ripstop extra forte. Confeccionado com material durável, de alta resistência, com excelente acabamento na cor preta. O cinto deverá ser novo, de primeiro uso.	Unidade	Individual	06	185,00	1.110,00	120	1,54
15	<b>Lanterna LED</b> tática profissional com as seguintes	Unidade	Compar-	03	68,00	204,00	120	0,28



	especificações: Multifunção inteligente: acendimento sempre no modo de alta intensidade; 300 lumens; 2 horas de autonomia; Resistente à água (IPX6); Foco regulável com a função zoom; 5 funções com multifunção inteligente; Compacta; LED Cree XML2 U2 para uso profissional; Acionamento traseiro multifunção: alta, baixa, velada, estrobo e S.O.S; Empunhadura ergonômica com textura antiderrapante e clip tático; Design tático compacto, em alumínio aeroespacial; Recarregável, incluindo bateria 18650		tilhado					
16	Rádio de comunicação. Rádio comunicador UHF/VHF, bivolt, com entrada para fones de ouvido/microfone e com bateria recarregável. Área de cobertura de no mínimo 4km; Acessórios: carregador rápido bivolt, clipe cinto, fone ouvido.	Unidade	Compar- tilhado	03	183,00	549,00	120	0,76
17	Revólver calibre 38: comprimento do cano de 3 Polegadas; capacidade de 6 tiros	Unidade	Compar- tilhado	02	4.999,00	9.998,00	240	13,89
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO (não motorizado)								22,05
VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO (não motorizado)								44,10





Preços de Referência Materiais de Apoio/Consumo POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 6
18	Caneta esferográfica na cor azul ou preta	Unidade	Compartilhado	36	1,17	42,12	12	0,58
19	Livro de ocorrências. Livro tipo atas sem margens. Folhas numeradas tipograficamente e acabamento em capa dura. Dimensão 21,10cm x 30,80cm	Unidade	Compartilhado	03	18,20	54,60	12	0,76
20	Munição calibre 38. Projétil munição arma fogo, material: chumbo, calibre: .38, tipo: ogival, peso: 158 g, aplicação: revólver, calibre .38 especial	Unidade	Compartilhado	36	7,68	276,48	12	3,84
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO (não motorizado)								5,18
VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO (não motorizado)								10,36



Preços de Referência Equipamentos Diversos POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 6
21	Cofre para armazenamento de armas e munições.	Unidade	Compar-tilhado	01	451,89	451,89	120	0,63
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO (não motorizado)								0,63
VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO (não motorizado)								1,26



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

### **Considerações relativas aos parâmetros utilizados para efeito de cálculo da depreciação dos itens previstos para contratação deste serviço**


A depreciação de uma máquina deve obedecer o que é determinado pela Secretaria da Receita Federal, no artigo 305 do RIR/99, que estipula o prazo de 10 anos para depreciação de máquinas e equipamentos, 5 anos para veículos, 10 anos para móveis e utensílios e 25 anos para os imóveis. Estas normas descritas são sugeridas pela SRF, mas não obrigatoriamente é necessário utilizar esta tabela para cálculo da depreciação dos bens em uma empresa, principalmente se ela for do Simples Nacional ou Lucro Presumido.

A informação da vida útil, se tira geralmente do catálogo do fabricante ou de experiências passadas da construtora. A vida útil depende do tipo de equipamento, das condições de trabalho e da qualidade da manutenção.

A Receita Federal estabelece limites para a vida útil de cada tipo de máquina. Pode-se depreciar em menos tempo, porém não em mais tempo. Diante do exposto, utilizaremos como parâmetro a Instrução Normativa RFB nº: 1700, de 14 de março de 2017, ANEXO III - TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO e INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 162, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1998, ANEXO I.

OBS.: A vida útil do item 17 de EPI's e Materiais de Apoio (Revólver calibre 38: comprimento do cano de 3 Polegadas; capacidade de 6 tiros), foi definida de acordo com pesquisas, como por exemplo, a cartilha de depreciação do exército brasileiro de Brasília.

**Petrolina – PE, 11/03/2026**

Documento assinado digitalmente  
 JOSE ALCIERMES MARQUES VIANA  
Data: 16/03/2026 09:06:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

## PLANILHA DE PREÇO MÉDIO DE REFERÊNCIA

### CAMPUS SERRA TALHADA

Tipo de Posto	Número de Postos	Quantidade de Empregados
Vigilância Armada Noturna <b>NÃO</b> Motorizada	02	04
Vigilância Armada Diurna <b>NÃO</b> Motorizada	01	02
<b>Totais</b>	<b>03</b>	<b>06</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Preço de Referência de Uniformes POR EMPREGADO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Anual Por Empregado	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Valor Unitário Mês / Por Empregado
					(A)	(B)	C = (A x B)	D = (C / 12) / 6
1	<b>Bota</b> tipo coturno tipo Militar com as seguintes especificações: FORRAÇÃO: Tecido poliéster, poliamida dublado, forro do colarinho em trama colmeia; PALMILHA CONFORTO confeccionada em poliuretano de alta resiliência, conformada, e tecido poliéster para absorção de suor; SOLADO CORVETA Solado de borracha de alto desempenho; Resistência a altas temperaturas até 300° C Blaqueação total	Par	Individual	02	12	197,23	2.366,76	32,87
2	<b>Boné</b> na cor preta com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Tamanho único; Velcro na parte de trás que permita a regulagem da numeração entre 54 e 62; que possua 2 ilhoses em cada lado do boné, para respiro; comprimento da Aba, medido na parte central: 6,5 cm e na Largura da Aba: 17 cm; e que seja extremamente maleável, leve e resistente	Unidade	Individual	02	12	29,50	354,00	4,92
3	<b>Calça tática</b> na cor preta tipo Rip Stop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla; material reforçado; tecido confortável; reforço nos joelhos; fácil de lavar; possui 06 Bolsos, sendo 02 Traseiros, 02 Laterais e 02 Frontais	Unidade	Individual	02	12	121,75	1.461,00	20,29
4	<b>Camisa tática</b> na cor preta de manga curta tipo Ripstop com as seguintes especificações: Material/tecido: 67% Algodão e 33% Poliéster em Rip Stop; costura dupla;	Unidade	Individual	02	12	135,00	1.620,00	22,50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

	material reforçado; tecido confortável, fechamento com botão; martingali nos ombros; velcro acima do bolso direito; dois bolsos frontais superiores com lapela; bolso esquerdo com abertura para entrada de caneta; costa lisa sem recortes para aplicação de bordado ou estampa.							
5	<b>Capa de chuva</b> com emblema da empresa com as seguintes especificações: Confeccionada em Nylon emborrachado impermeável; Capuz com regulagem através de cordão com travador; possui 10 pares de botões de pressão, sendo cada botão possui um lado macho e outra fêmea; Possui dois bolsos tipo envelope medindo 120 mm x 130 mm, com fechamento através de botões; Sutache para identificação acima do bolso direito; Nos ombros contém duas lapelas medindo 120 mm x 50 mm para fixação de platinas com fechamento através de botões.	Unidade	Individual	01	06	<b>133,85</b>	803,10	<b>11,15</b>
6	<b>Cinto de nylon:</b> na cor preta com as seguintes especificações: material do cinto em Nylon; comprimento 125 cm; largura 5.5 cm; material da fivela Polímero; feche de encaixe seguro e rápido; ajustável para qualquer cintura; modelo Padrão N.A.	Unidade	Individual	01	06	<b>39,97</b>	239,82	<b>3,33</b>
7	<b>Crachá de PVC</b> completo com cordão personalizado com o emblema da empresa, com as seguintes especificações: Cordão com 2 cm de largura impressão colorida frente e verso podendo ser com mosquete ou prendedor jacaré; Crachá em pvc de 1mm com laminação fosca anti reflexo; Impressão no crachá frente e verso com as seguintes dimensões: 9 x 6 cm, sendo Altura: 9.00 cm e Largura: 6.00 cm.	Unidade	Individual	01	06	<b>14,29</b>	85,74	<b>1,19</b>
8	<b>Jaqueta de Frio</b> ou Japona tipo Rip Stop na cor preta com as seguintes especificações: confeccionado em tecido Rip Stop Profissional; Forro interno em tecido 100% Poliéster; 4 bolsos frontais com tampa; fechamento com zíper e botões; com touca que pode ser ocultada em um compartimento especial; e cordão que impede a	Unidade	Individual	02	12	<b>289,00</b>	3.468,00	<b>48,17</b>





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Preços de Referência EPI's POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 6
10	<b>Algemas:</b> Algemea, material: aço carbono aisi 1020, tratamento superficial: niquelado, aplicação: pulso, características adicionais: com dobradiça, trava e porta algemas	Unidade	Compartilhado	02	116,99	233,98	120	0,32
11	<b>Cassetete.</b> material: fibra de carbono; comprimento: aproximadamente 58 cm; tipo: tonfa; formato: anatômico; características adicionais: cor preta, cabo sulcos transversais toda extensão	Unidade	Compartilhado	02	33,92	67,84	120	0,09
12	<b>Capa e Colete a prova de balas</b> com as seguintes especificações: Colete balístico com NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção IIIA. Colete Multiameaça para uso de segurança patrimonial, confeccionado em material leve e flexível em tecido de Aramida, para proteção simultânea contra-ataques de objetos e ou instrumentos pontiagudos (SPIKE).	Unidade	Individual	06	538,00	3.228,00	120	4,48
13	<b>Cinto tático</b> com coldre, porta tonfa, baleiro e porta lanterna. Com regulagem com velcro. Em tecido Ripstop extra forte. Confeccionado com material durável, de alta resistência, com excelente acabamento na cor preta. O cinto deverá ser novo, de primeiro uso.	Unidade	Individual	06	185,00	1.110,00	120	1,54
14	<b>Lanterna LED</b> tática profissional com as seguintes especificações: Multifunção inteligente: acendimento sempre no modo de alta intensidade; 300 lumens; 2 horas de autonomia; Resistente à água (IPX6); Foco regulável com a função zoom; 5 funções com	Unidade	Compartilhado	02	68,00	136,00	120	0,19







Preços de Referência Materiais de Apoio/Consumo POR EMPREGADO / POSTO								
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Tipo de Uso	Quantidade Total / Ano	Valor Unitário Estimado	Valor Total / Ano	Vida Útil (Meses)	Valor Unitário Mês / Por Empregado
				(A)	(B)	C = (A x B)	(D)	E = (C / D) / 6
17	Caneta esferográfica na cor azul ou preta	Unidade	Compartilhado	06	1,17	7,02	12	0,10
18	Livro de ocorrências. Livro tipo atas sem margens. Folhas numeradas tipograficamente e acabamento em capa dura. Dimensão 21,10cm x 30,80cm	Unidade	Compartilhado	02	18,20	36,40	12	0,51
19	Munição calibre 38. Projétil munição arma fogo, material: chumbo, calibre: .38, tipo: ogival, peso: 158 g, aplicação: revólver, calibre .38 especial	Unidade	Compartilhado	24	7,68	184,32	12	2,56
VALOR TOTAL POR MÊS / EMPREGADO (não motorizado)								3,17
VALOR TOTAL POR MÊS / POR POSTO (não motorizado)								6,34





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

### **Considerações relativas aos parâmetros utilizados para efeito de cálculo da depreciação dos itens previstos para contratação deste serviço**


A depreciação de uma máquina deve obedecer o que é determinado pela Secretaria da Receita Federal, no artigo 305 do RIR/99, que estipula o prazo de 10 anos para depreciação de máquinas e equipamentos, 5 anos para veículos, 10 anos para móveis e utensílios e 25 anos para os imóveis. Estas normas descritas são sugeridas pela SRF, mas não obrigatoriamente é necessário utilizar esta tabela para cálculo da depreciação dos bens em uma empresa, principalmente se ela for do Simples Nacional ou Lucro Presumido.

A informação da vida útil, se tira geralmente do catálogo do fabricante ou de experiências passadas da construtora. A vida útil depende do tipo de equipamento, das condições de trabalho e da qualidade da manutenção.

A Receita Federal estabelece limites para a vida útil de cada tipo de máquina. Pode-se depreciar em menos tempo, porém não em mais tempo. Diante do exposto, utilizaremos como parâmetro a Instrução Normativa RFB nº: 1700, de 14 de março de 2017, ANEXO III - TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO e INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 162, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1998, ANEXO I.

OBS.: A vida útil do item 16 de EPI's e Materiais de Apoio (Revólver calibre 38: comprimento do cano de 3 Polegadas; capacidade de 6 tiros), foi definida de acordo com pesquisas, como por exemplo, a cartilha de depreciação do exército brasileiro de Brasília.

**Petrolina – PE, 11/03/2026.**

Documento assinado digitalmente  
 JOSE ALCIERMES MARQUES VIANA  
Data: 16/03/2026 09:06:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PLANILHA BASE LICITATÓRIA – IF SERTÃO – PE CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo:  
Licitação Nº:  
Dia \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_:\_\_ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT000353/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância	Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	02 POSTOS

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser necessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a administração.

Nota (3):Conforme Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Terceiro da CCT 353/2026, A utilização da escala de 12x36 dar-se-á arrimado, exclusivamente, por Acordo Coletivo de Trabalho.

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.818,42
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2026

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração			Valor (R\$)
A	Salário Base			R\$ 1.818,42
B	Adicional de Periculosidade	30%		R\$ 545,53
C	Adicional Noturno	20%	R\$	275,79
D	Hora Noturna Reduzida	20%	R\$	236,39
Total				R\$ 2.876,13

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Conforme Cláusula Terceira da CCT 353/2026 as empresas pagarão o adicional de periculosidade, observando as regras estabelecidas na Lei nº 12.704/2012 e a sua regulamentação pela Portaria MTE 1.855/2013. Em consequência, a remuneração dos vigilantes será constituída das seguintes parcelas Piso Salarial: R\$ 1.818,42 e Adicional de Periculosidade 30%: R\$ 545,53.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13 º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 239,68
B	Adicional de férias	2,78%	R\$ 79,89
Total		11,11%	R\$ 319,57

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Base de Cálculo Submódulo 2.2 = Módulo 1 + Submódulo 2.1	R\$	3.195,70
--	-----	----------

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 639,14
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 79,89
C	SAT	3,00%	R\$ 95,87
D	SESC OU SESI	1,50%	R\$ 47,94
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 31,96
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 19,17
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,39
H	FGTS	8,00%	R\$ 255,66
Total		36,80%	R\$ 1.176,02

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador no qual a alíquota do SAT poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento (O Multiplicador FAP vai de 0,5 a 2), portanto o item C – SAT pode variar de 0,5% a 6%

Nota 4: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Refeição/Alimentação (15 x (R\$ 45,00 - R\$1,11) conforme Cláusula Décima Quarta,CCT 353/2026)	R\$ 658,35
C	Assistência Social (conforme Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo CCT 353/2026)	R\$ 72,03
D	Cesta Básica (R\$ 85,60 menos 15%) conforme Cláusula Décima Segunda CCT 353/2026	R\$ 72,76
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral (Cláusula Décima Quinta CCT 353/2026)	
Total		R\$ 803,14

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017.

Nota 3: Para o Município de Santa Maria da Boa Vista, não existe transporte coletivo regulamentado.

Nota 4 : O valor do item E (Seguro de Vida, Invalidez e Funeral) está em branco, porém, orientamos que a licitante preencha/informe o valor a ser contratado, conforme prevê a Cláusula Décima Quinta da CCT 353/2026, as empresas se obrigam a realizar seguro de vida individual ou em grupo para os vigilantes, objetivando indenizações em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, consoante a legislação vigente atinente a segurança privada.

Submódulo 2.4 – Indenização do Intervalo Intraornada

Base de cálculo do Submódulo 2.4 = (Módulo 1/220)*1,5		R\$ 19,61	
2.4	Indenização do Intervalo Intraornada	Valor (R\$)	
A	Indenização do Intervalo Intraornada (15 x Valor da hora acrescido de 50%)	R\$	294,15
B	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Indenização do Intervalo Intraornada	R\$	108,25
Total		R\$ 402,40	

Nota 1: Conforme Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 353/2026, A quantidade de horas para todos os empregados é de 191 (cento e noventa e uma) horas efetivamente trabalhadas, o que adicionado ao repouso remunerado perfaz um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Nota 2: Conforme SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023: Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intraornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Nota 3: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intraornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intraornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intraornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Nota 4: Conforme informação do Campus Santa Maria da Boa Vista, os empregados dos postos de vigilância terão seu intervalo intraornada suprimido, devendo a hora ser acrescida de 50%

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 319,57	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.176,02	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 803,14	
2.4	Indenização do Intervalo Intraornada	R\$ 402,40	
Total		R\$ 2.701,13	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,08
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,97
C	Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%	R\$ 115,05
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 55,80
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 20,53
TOTAL		7,11%	R\$ 204,42

Nota 01: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser

incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Nota 2: O percentual utilizado para cálculo do Aviso Prévio Indenizado (A) leva em conta a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. A base estatística utilizada para basear a planilha de custos foi de 5%, portanto: (Mês não trabalhado / Meses do ano) x Base Estatística de empregados demitidos com aviso prévio Indenizado -  $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Nota 3: Tendo em vista a edição da Lei nº 13.932/19, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, assim alerta-se o Gestor a respeito das orientações publicadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no Portal de Compras Governamentais acerca do assunto (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>),

A

saber:

(ii) Para as novas contratações:

a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e

b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea 'b' do item (i) acima.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Base de cálculo do Submódulo 4.1 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3	R\$ 5.781,68
---	--------------

Submódulo 4.1 – Ausências Legais

4.1	Ausências legais	Estimativa (em percentuais)	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 481,61
B	Ausências legais	2,22%	R\$ 128,35
C	Licença paternidade	0,04%	R\$ 2,31
D	Acidente de trabalho	0,02%	R\$ 1,16
E	Afastamento maternidade	0,14%	R\$ 8,09
F	Licença Saúde	1,66%	R\$ 95,98
	TOTAL	12,41%	R\$ 717,51

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

**Férias:** Todo trabalhador tem direito a um período de férias após 12 meses de trabalho (período aquisitivo). Supondo que o empregado não tenha nenhuma falta injustificada no período aquisitivo, ele terá direito a afastar-se do trabalho por 30 dias, sem prejuízo da remuneração (férias). Ao conceder o direito de férias aos seus empregados, a empresa contratada tem dois custos: pagar o salário relativo ao período de férias, acrescido do respectivo adicional (1/3) àquele que frui o direito; e, para que o posto não fique descoberto, deverá colocar um substituto, ao qual deverá remunerar com o mesmo salário do substituído. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 8,33%. Fórmula =  $(1/12) \times 100 = 8,33\%$ . Metodologia de Cálculo: Deve-se provisionar o custo mensal que a contratada tem com a remuneração do substituto do empregado que goza férias, ou seja, a remuneração correspondente a 30 dias.



**Ausências Legais:** A legislação prevê hipóteses de faltas justificadas, vale dizer, situações em que o empregado poderá faltar ao serviço e não ter qualquer desconto na remuneração (por exemplo: doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.). Ocorrendo isso durante a execução do contrato, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 2,22%. Fórmula =  $[(8/30)/12] \times 100 = 2,22\%$ . Metodologia de Cálculo: Calcula-se o número de dias de ausências legais (8 dias), dividido por 30 (dias) e dividindo-se o resultado por 12 (meses).

**Licença Paternidade:** Todo trabalhador que tiver filho terá direito a afastar-se do trabalho por 20 dias, sem prejuízo da remuneração conforme disposição constante do art. 10, § 1º, do ADCT, CF/88 e do inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770/2008. Assim, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Estima-se a probabilidade de ocorrência, no período de um ano, desse evento, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. A contratada, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,04%.  $\{[(20/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100 = 0,04$ . Metodologia de Cálculo: A provisão para este item corresponde a 20 dias referentes à licença, divididos por 30 dias do mês, dividindo-se esse resultado por 12 meses do ano, multiplicando-se por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Por fim, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação masculina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (86,46% e 45,22%, respectivamente), utilizemos o percentual referente a serviços de limpeza

**Acidente de Trabalho:** Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 15 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente. O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário. Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,02%. Fórmula:  $[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100 = 0,02\%$ . De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos, em 2018, 154.800 benefícios previdenciários acidentários (B91). Utilizamos o B91 porque ele é o benefício devido ao segurado incapacitado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença Profissional, para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, contanto que o segurado seja empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial. Verificamos ainda que no quadro sintético divulgado pelo IBGE[1] havia, com carteira assinada, 32.997.000 empregados e 1.811.000 trabalhadores domésticos, totalizando 34.808.000. Não consideramos outros tipos de segurados em nossa estimativa. Assim sendo, dividindo-se o total de benefícios previdenciários (154.800) pelo número de empregados com carteira assinada, chega-se ao percentual de 0,44%, o qual multiplica a equação acima demonstrada

**Afastamento Maternidade:** O valor final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo da licença maternidade, do número de meses da licença, no percentual de mulheres com emprego formal de trabalho, na fecundidade média e no período de idade fértil das mulheres. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, a empresa necessita repor a empregada, pagando-lhe o salário devido e, ainda, contando-se os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em norma coletiva de trabalho, acordos, convenções ou sentenças normativas em dissídios coletivos). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,14%  $\{[(180/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100 = 0,14\%$ . Metodologia de Cálculo Para o cálculo do percentual referente ao afastamento maternidade, considera-se o número de meses de licença-maternidade no ano que, atualmente, é de 180 dias. Deve-se, então, dividir o referido período por 30 dias e novamente por 12 meses, multiplicando-se, então, por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Após, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação feminina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (13,54% e 54,78%, respectivamente) Utilizemos o percentual referente a serviço de limpeza. Aplica-se, por fim, o percentual de encargos sociais devidos pelo empregador, que, no caso deste estudo, é de 36,80%, tendo em vista que o empregador arca somente com a parcela relativa aos encargos sociais da trabalhadora, ficando o pagamento do salário a cargo do INSS.

**Licença saúde:** O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3: Fórmula: (5,96/30)/12x100 = 1,66%

Submódulo 4.2 – Substituto na Intraornada

4.2	Intraornada	Necessidade de Reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			R\$ 0,00

Nota 1: Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.

Nota 2: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intraornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intraornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intraornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	12,41%	R\$ 717,51
4.2	Intraornada	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 717,51

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 128,32
B	EPI´s	R\$ 22,05
C	Materiais de Apoio/Consumo	R\$ 5,18
D	Equipamentos Diversos	R\$ 0,63
Total		R\$ 156,18

Nota: Valores mensais estimados por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Base de cálculo do Módulo 6 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.	R\$	6.655,37
---	-----	----------

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 399,32
B	Lucro	8,03%	R\$ 566,48
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 250,28
	C.2. Tributos Federais (Pis)	0,65%	R\$ 54,23
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 417,14
Total		22,68%	R\$ 1.687,46

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (3): Conforme Art. 8º da Lei nº 10.637 de 2002 e Art. 10 da Lei nº 10.833 de 2003 que instituíram o PIS/Pasep e a COFINS não-cumulativos, as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102, de 1983, Permanecem sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente. Portanto, estarão excluídas do regime não cumulativo e terão todas as suas receitas sujeitas a cumulatividade da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, submetendo-se às alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

Nota (4):Foi utilizado como base para os cálculos dos Custos Indiretos e Lucro o Caderno Técnico de Contratação de Serviços de Vigilância do Ministério da Economia de 2019. Adaptando-se o percentual do lucro à base de Cálculo utilizada nas planilhas de Custos das licitações anteriores.

Nota (5): Conforme Art.106 do código tributário do Município de Santa Maria da Boa Vista/PE (Lei Municipal nº 19/2025), em seu anexo II, a alíquota do ISS para o serviço de Vigilância é de 5%

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.876,13
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.701,13
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 204,42
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 717,51
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 156,18
	Subtotal (A + B +C+ D + E)	R\$ 6.655,37
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.687,46
Valor total por empregado		R\$ 8.342,83

3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto ( C )	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DXE)
I	Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	R\$ 8.342,83	2	R\$ 16.685,66	2	R\$ 33.371,32
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I)						R\$ 33.371,32

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 16.685,66
B	Valor mensal do serviço	R\$ 33.371,32
C	Valor anual da proposta	R\$ 400.455,84

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

A planilha de custos é um documento que subsidia a Administração com informações sobre a composição do preço a ser contratado, permitindo identificar sua exequibilidade, auxiliar no processo de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, à medida que são conhecidos todos os itens que a compõe. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo:

Licitação-Nº:

Dia \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_:\_\_ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT000353/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância	Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO	01 POSTO

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser necessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a administração.

Nota (3):Conforme Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Terceiro da CCT 353/2026, A utilização da escala de 12x36 dar-se-á arrimado, exclusivamente, por Acordo Coletivo de Trabalho.

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.818,42
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2026

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.818,42
B	Adicional de Periculosidade	30%	R\$ 545,53
Total			R\$ 2.363,95

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Conforme Cláusula Terceira da CCT 353/2026 as empresas pagarão o adicional de periculosidade, observando as regras estabelecidas na Lei nº 12.704/2012 e a sua regulamentação pela Portaria MTE 1.855/2013. Em consequência, a remuneração dos vigilantes será constituída das seguintes parcelas Piso Salarial: R\$ 1.818,42 e Adicional de Periculosidade 30%: R\$ 545,53.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13 º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 197,00
B	Adicional de férias	2,78%	R\$ 65,67
Total		11,11%	R\$ 262,66

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Base de Cálculo Submódulo 2.2 = Módulo 1 + Submódulo 2.1	R\$	2.626,61
--	-----	----------

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 525,32
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 65,67
C	SAT	3,00%	R\$ 78,80
D	SESC OU SESI	1,50%	R\$ 39,40
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 26,27
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 15,76
G	INCRA	0,20%	R\$ 5,25
H	FGTS	8,00%	R\$ 210,13
Total		36,80%	R\$ 966,59

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador no qual a alíquota do SAT poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento (O Multiplicador FAP vai de 0,5 a 2), portanto o item C – SAT pode variar de 0,5% a 6%

Nota 4: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Refeição/Alimentação (15 x (R\$ 45,00 - R\$1,11) conforme Cláusula Décima Quarta,CCT 353/2026)	R\$ 658,35
C	Assistência Social (conforme Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo CCT 353/2026)	R\$ 72,03
D	Cesta Básica (R\$ 85,60 menos 15%) conforme Cláusula Décima Segunda CCT 353/2026	R\$ 72,76
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral (Cláusula Décima Quinta CCT 353/2026)	
Total		R\$ 803,14

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017.

Nota 3: Para o Município de Santa Maria da Boa Vista, não existe transporte coletivo regulamentado.

Nota 4 : O valor do item E (Seguro de Vida, Invalidez e Funeral) está em branco, porém, orientamos que a licitante preencha/informe o valor a ser contratado, conforme prevê a Cláusula Décima Quinta da CCT 353/2026, as empresas se obrigam a realizar seguro de vida individual ou em grupo para os vigilantes, objetivando indenizações em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, consoante a legislação vigente atinente a segurança privada.

Submódulo 2.4 – Indenização do Intervalo Intrajornada

Base de cálculo do Submódulo 2.4 = (Módulo 1/220)*1,5	R\$ 16,12
---	-----------

2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	Valor (R\$)
A	Indenização do Intervalo Intrajornada (15 x Valor da hora acrescido de 50%)	R\$ 241,77
B	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$ 88,97
Total		R\$ 330,74

Nota 1: Conforme Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 353/2026, A quantidade de horas para todos os empregados é de 191 (cento e noventa e uma) horas efetivamente trabalhadas, o que adicionado ao repouso remunerado perfaz um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Nota 2: Conforme SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023: Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Nota 3: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Nota 4: Conforme informação do Campus Santa Maria da Boa Vista, os empregados dos postos de vigilância terão seu intervalo intrajornada suprimido, devendo a hora ser acrescida de 50%

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 262,66
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 966,59
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 803,14
2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$ 330,74
Total		R\$ 2.363,13

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 9,93
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,79
C	Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%	R\$ 94,56
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 45,86
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 16,88
TOTAL		7,11%	R\$ 168,02

Nota 01: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a

ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,134% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Nota 2: O percentual utilizado para cálculo do Aviso Prévio Indenizado (A) leva em conta a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. A base estatística utilizada para basear a planilha de custos foi de 5%, portanto: (Mês não trabalhado / Meses do ano) x Base Estatística de empregados demitidos com aviso prévio Indenizado - (1/12) x 5% = 0,42%

Nota 3: Tendo em vista a edição da Lei nº 13.932/19, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, assim alerta-se o Gestor a respeito das orientações publicadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no Portal de Compras Governamentais acerca do assunto (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>),

A saber:

- (ii) Para as novas contratações:
  - a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e
  - b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea 'b' do item (i) acima.

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Base de cálculo do Submódulo 4.1 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3	R\$ 4.895,09
---	--------------

**Submódulo 4.1 – Ausências Legais**

4.1	Ausências legais	Estimativa (em percentuais)	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 407,76
B	Ausências legais	2,22%	R\$ 108,67
C	Licença paternidade	0,04%	R\$ 1,96
D	Acidente de trabalho	0,02%	R\$ 0,98
E	Afastamento maternidade	0,14%	R\$ 6,85
F	Licença Saúde	1,66%	R\$ 81,26
	<b>TOTAL</b>	<b>12,41%</b>	<b>R\$ 607,48</b>

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

**Férias:** Todo trabalhador tem direito a um período de férias após 12 meses de trabalho (período aquisitivo). Supondo que o empregado não tenha nenhuma falta injustificada no período aquisitivo, ele terá direito a afastar-se do trabalho por 30 dias, sem prejuízo da remuneração (férias). Ao conceder o direito de férias aos seus empregados, a empresa contratada tem dois custos: pagar o salário relativo ao período de férias, acrescido do respectivo adicional (1/3) àquele que frui o direito; e, para que o posto não fique descoberto, deverá colocar um substituto, ao qual deverá remunerar com o mesmo salário do substituído. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 8,33%. Fórmula = (1/12) x 100 = 8,33%. Metodologia de Cálculo: Deve-se provisionar o custo mensal que a contratada tem com a remuneração do substituto do empregado que goza férias, ou seja, a remuneração correspondente a 30 dias.



**Ausências Legais:** A legislação prevê hipóteses de faltas justificadas, vale dizer, situações em que o empregado poderá faltar ao serviço e não ter qualquer desconto na remuneração (por exemplo: doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.). Ocorrendo isso durante a execução do contrato, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 2,22%. Fórmula =  $[(8/30)/12] \times 100 = 2,22\%$ . Metodologia de Cálculo: Calcula-se o número de dias de ausências legais (8 dias), dividido por 30 (dias) e dividindo-se o resultado por 12 (meses).

**Licença Paternidade:** Todo trabalhador que tiver filho terá direito a afastar-se do trabalho por 20 dias, sem prejuízo da remuneração conforme disposição constante do art. 10, § 1º, do ADCT, CF/88 e do inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770/2008. Assim, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Estima-se a probabilidade de ocorrência, no período de um ano, desse evento, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. A contratada, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,04%.  $\{[(20/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100 = 0,04$ . Metodologia de Cálculo: A provisão para este item corresponde a 20 dias referentes à licença, divididos por 30 dias do mês, dividindo-se esse resultado por 12 meses do ano, multiplicando-se por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Por fim, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação masculina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (86,46% e 45,22%, respectivamente), utilizemos o percentual referente a serviços de limpeza

**Acidente de Trabalho:** Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 15 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente. O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário. Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,02%. Fórmula:  $[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100 = 0,02\%$ . De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos, em 2018, 154.800 benefícios previdenciários acidentários (B91). Utilizamos o B91 porque ele é o benefício devido ao segurado incapacitado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença Profissional, para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, contanto que o segurado seja empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial. Verificamos ainda que no quadro sintético divulgado pelo IBGE[1] havia, com carteira assinada, 32.997.000 empregados e 1.811.000 trabalhadores domésticos, totalizando 34.808.000. Não consideramos outros tipos de segurados em nossa estimativa. Assim sendo, dividindo-se o total de benefícios previdenciários (154.800) pelo número de empregados com carteira assinada, chega-se ao percentual de 0,44%, o qual multiplica a equação acima demonstrada

**Afastamento Maternidade:** O valor final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo da licença maternidade, do número de meses da licença, no percentual de mulheres com emprego formal de trabalho, na fecundidade média e no período de idade fértil das mulheres. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, a empresa necessita repor a empregada, pagando-lhe o salário devido e, ainda, contando-se os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em norma coletiva de trabalho, acordos, convenções ou sentenças normativas em dissídios coletivos). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,14%  $\{[(180/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100 = 0,14\%$ . Metodologia de Cálculo Para o cálculo do percentual referente ao afastamento maternidade, considera-se o número de meses de licença-maternidade no ano que, atualmente, é de 180 dias. Deve-se, então, dividir o referido período por 30 dias e novamente por 12 meses, multiplicando-se, então, por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Após, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação feminina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (13,54% e 54,78%, respectivamente) Utilizemos o percentual referente a serviço de limpeza. Aplica-se, por fim, o percentual de encargos sociais devidos pelo empregador, que, no caso deste estudo, é de 36,80%, tendo em vista que o empregador arca somente com a parcela relativa aos encargos sociais da trabalhadora, ficando o pagamento do salário a cargo do INSS.

**Licença saúde:** O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3: Fórmula:  $(5,96/30)/12 \times 100 = 1,66\%$



Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada

4.2	Intrajornada	Necessidade de Reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			R\$ 0,00

Nota 1: Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.

Nota 2: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	12,41%	R\$ 607,48
4.2	Intrajornada	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 607,48

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 128,32
B	EPI’s	R\$ 22,05
C	Materiais de Apoio/Consumo	R\$ 5,18
D	Equipamentos Diversos	R\$ 0,63
Total		R\$ 156,18

Nota: Valores mensais estimados por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Base de cálculo do Módulo 6 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.	R\$	5.658,75
---	-----	----------

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 339,53
B	Lucro	8,03%	R\$ 481,65
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 212,81
	C.2. Tributos Federais (Pis)	0,65%	R\$ 46,11
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 354,68
Total		22,68%	R\$ 1.434,77

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (3): Conforme Art. 8º da Lei nº 10.637 de 2002 e Art. 10 da Lei nº 10.833 de 2003 que instituíram o PIS/Pasep e a COFINS não-cumulativos, as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102, de 1983, Permanecem sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente. Portanto, estarão excluídas do regime não cumulativo e terão todas as suas receitas sujeitas a cumulatividade da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, submetendo-se às alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

Nota (4):Foi utilizado como base para os cálculos dos Custos Indiretos e Lucro o Caderno Técnico de Contratação de Serviços de Vigilância do Ministério da Economia de 2019. Adaptando-se o percentual do lucro à base de Cálculo utilizada nas planilhas de Custos das licitações anteriores.

Nota (5): Conforme Art.106 do código tributário do Município de Santa Maria da Boa Vista/PE (Lei Municipal nº 19/2025), em seu anexo II, a alíquota do ISS para o serviço de Vigilância é de 5%

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.363,95
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.363,13
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 168,02
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 607,48
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 156,18
	Subtotal (A + B +C+ D + E)	<b>R\$ 5.658,75</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.434,77
Valor total por empregado		<b>R\$ 7.093,52</b>

3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto ( C )	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DXE)
I	Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO	R\$ 7.093,52	2	R\$ 14.187,04	1	R\$ 14.187,04
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I)						R\$ 14.187,04

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 14.187,04
B	Valor mensal do serviço	R\$ 14.187,04
C	Valor anual da proposta	<b>R\$ 170.244,48</b>

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

A planilha de custos é um documento que subsidia a Administração com informações sobre a composição do preço a ser contratado, permitindo identificar sua exequibilidade, auxiliar no processo de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, à medida que são conhecidos todos os itens que a compõe. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

### QUADRO RESUMO DAS PLANILHAS - ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Nº DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	2	R\$ 16.685,66	R\$ 33.371,32	R\$ 400.455,84
Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO	1	R\$ 14.187,04	R\$ 14.187,04	R\$ 170.244,48
			R\$ 47.558,36	R\$ 570.700,32

Ana Paula Figueiredo  
Martins:83967150330

Assinado de forma digital  
por Ana Paula Figueiredo  
Martins:83967150330  
Dados: 2026.05.04 10:44:06  
-03'00'

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo:  
Licitação Nº:  
Dia \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_:\_\_ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	SERRA TALHADA - PE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT000353/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância	Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	02 POSTOS

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser necessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a administração.

Nota (3):Conforme Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Terceiro da CCT 353/2026, A utilização da escala de 12x36 dar-se-á arrimado, exclusivamente, por Acordo Coletivo de Trabalho.

1. MÓDULOS

Mão de obra  
Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.818,42
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2026

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração			Valor (R\$)
A	Salário Base			R\$ 1.818,42
B	Adicional de Periculosidade	30%		R\$ 545,53
C	Adicional Noturno	20%	R\$	275,79
D	Hora Noturna Reduzida	20%	R\$	236,39
Total				R\$ 2.876,13

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Conforme Cláusula Terceira da CCT 353/2026 as empresas pagarão o adicional de periculosidade, observando as regras estabelecidas na Lei nº 12.704/2012 e a sua regulamentação pela Portaria MTE 1.855/2013. Em consequência, a remuneração dos vigilantes será constituída das seguintes parcelas Piso Salarial: R\$ 1.818,42 e Adicional de Periculosidade 30%: R\$ 545,53.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13 º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 239,68
B	Adicional de férias	2,78%	R\$ 79,89
Total		11,11%	R\$ 319,57

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Base de Cálculo Submódulo 2.2 = Módulo 1 + Submódulo 2.1	R\$	3.195,70
--	-----	----------

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 639,14
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 79,89
C	SAT	3,00%	R\$ 95,87
D	SESC OU SESI	1,50%	R\$ 47,94
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 31,96
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 19,17
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,39
H	FGTS	8,00%	R\$ 255,66
Total		36,80%	R\$ 1.176,02

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador no qual a alíquota do SAT poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento (O Multiplicador FAP vai de 0,5 a 2), portanto o item C – SAT pode variar de 0,5% a 6%

Nota 4: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Refeição/Alimentação (15 x (R\$ 45,00 - R\$1,11) conforme Cláusula Décima Quarta,CCT 353/2026)	R\$ 658,35
C	Assistência Social (conforme Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo CCT 353/2026)	R\$ 72,03
D	Cesta Básica (R\$ 85,60 menos 15%) conforme Cláusula Décima Segunda CCT 353/2026	R\$ 72,76
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral (Cláusula Décima Quinta CCT 353/2026)	
Total		R\$ 803,14

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017.

Nota 3: Para o Município de Serra Talhada, não existe transporte coletivo regulamentado.

Nota 4 : O valor do item E (Seguro de Vida, Invalidez e Funeral) está em branco, porém, orientamos que a licitante preencha/informe o valor a ser contratado, conforme prevê a Cláusula Décima Quinta da CCT 353/2026, as empresas se obrigam a realizar seguro de vida individual ou em grupo para os vigilantes, objetivando indenizações em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, consoante a legislação vigente atinente a segurança privada.

Submódulo 2.4 – Indenização do Intervalo Intraornada

Base de cálculo do Submódulo 2.4 = (Módulo 1/220)*1,5		R\$ 19,61	
2.4	Indenização do Intervalo Intraornada	Valor (R\$)	
A	Indenização do Intervalo Intraornada (15 x Valor da hora acrescido de 50%)	R\$	294,15
B	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Indenização do Intervalo Intraornada	R\$	108,25
Total		R\$ 402,40	

Nota 1: Conforme Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 353/2026, A quantidade de horas para todos os empregados é de 191 (cento e noventa e uma) horas efetivamente trabalhadas, o que adicionado ao repouso remunerado perfaz um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Nota 2: Conforme SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023: Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intraornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Nota 3: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intraornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intraornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intraornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Nota 4: Conforme informação do Campus Serra Talhada, os empregados dos postos de vigilância terão seu intervalo intraornada suprimido, devendo a hora ser acrescida de 50%

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 319,57	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.176,02	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 803,14	
2.4	Indenização do Intervalo Intraornada	R\$ 402,40	
Total		R\$ 2.701,13	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,08
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,97
C	Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%	R\$ 115,05
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 55,80
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 20,53
TOTAL		7,11%	R\$ 204,42

Nota 01: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser

incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Nota 2: O percentual utilizado para cálculo do Aviso Prévio Indenizado (A) leva em conta a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. A base estatística utilizada para basear a planilha de custos foi de 5%, portanto: (Mês não trabalhado / Meses do ano) x Base Estatística de empregados demitidos com aviso prévio Indenizado -  $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Nota 3: Tendo em vista a edição da Lei nº 13.932/19, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, assim alerta-se o Gestor a respeito das orientações publicadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no Portal de Compras Governamentais acerca do assunto (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>),

A

saber:

(ii) Para as novas contratações:

a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e

b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea 'b' do item (i) acima.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Base de cálculo do Submódulo 4.1 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3	R\$ 5.781,68
---	--------------

Submódulo 4.1 – Ausências Legais

4.1	Ausências legais	Estimativa (em percentuais)	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 481,61
B	Ausências legais	2,22%	R\$ 128,35
C	Licença paternidade	0,04%	R\$ 2,31
D	Acidente de trabalho	0,02%	R\$ 1,16
E	Afastamento maternidade	0,14%	R\$ 8,09
F	Licença Saúde	1,66%	R\$ 95,98
	TOTAL	12,41%	R\$ 717,51

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

**Férias:** Todo trabalhador tem direito a um período de férias após 12 meses de trabalho (período aquisitivo). Supondo que o empregado não tenha nenhuma falta injustificada no período aquisitivo, ele terá direito a afastar-se do trabalho por 30 dias, sem prejuízo da remuneração (férias). Ao conceder o direito de férias aos seus empregados, a empresa contratada tem dois custos: pagar o salário relativo ao período de férias, acrescido do respectivo adicional (1/3) àquele que frui o direito; e, para que o posto não fique descoberto, deverá colocar um substituto, ao qual deverá remunerar com o mesmo salário do substituído. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 8,33%. Fórmula =  $(1/12) \times 100 = 8,33\%$ . Metodologia de Cálculo: Deve-se provisionar o custo mensal que a contratada tem com a remuneração do substituto do empregado que goza férias, ou seja, a remuneração correspondente a 30 dias.

**Ausências Legais:** A legislação prevê hipóteses de faltas justificadas, vale dizer, situações em que o empregado poderá faltar ao serviço e não ter qualquer desconto na remuneração (por exemplo: doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.). Ocorrendo isso durante a execução do contrato, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 2,22%. Fórmula =  $[(8/30)/12] \times 100 = 2,22\%$ . Metodologia de Cálculo: Calcula-se o número de dias de ausências legais (8 dias), dividido por 30 (dias) e dividindo-se o resultado por 12 (meses).

**Licença Paternidade:** Todo trabalhador que tiver filho terá direito a afastar-se do trabalho por 20 dias, sem prejuízo da remuneração conforme disposição constante do art. 10, § 1º, do ADCT, CF/88 e do inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770/2008. Assim, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Estima-se a probabilidade de ocorrência, no período de um ano, desse evento, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. A contratada, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,04%.  $\{[(20/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100 = 0,04$ . Metodologia de Cálculo: A provisão para este item corresponde a 20 dias referentes à licença, divididos por 30 dias do mês, dividindo-se esse resultado por 12 meses do ano, multiplicando-se por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Por fim, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação masculina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (86,46% e 45,22%, respectivamente), utilizemos o percentual referente a serviços de limpeza

**Acidente de Trabalho:** Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 15 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente. O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário. Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,02%. Fórmula:  $[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100 = 0,02\%$ . De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos, em 2018, 154.800 benefícios previdenciários acidentários (B91). Utilizamos o B91 porque ele é o benefício devido ao segurado incapacitado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença Profissional, para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, contanto que o segurado seja empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial. Verificamos ainda que no quadro sintético divulgado pelo IBGE[1] havia, com carteira assinada, 32.997.000 empregados e 1.811.000 trabalhadores domésticos, totalizando 34.808.000. Não consideramos outros tipos de segurados em nossa estimativa. Assim sendo, dividindo-se o total de benefícios previdenciários (154.800) pelo número de empregados com carteira assinada, chega-se ao percentual de 0,44%, o qual multiplica a equação acima demonstrada

**Afastamento Maternidade:** O valor final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo da licença maternidade, do número de meses da licença, no percentual de mulheres com emprego formal de trabalho, na fecundidade média e no período de idade fértil das mulheres. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, a empresa necessita repor a empregada, pagando-lhe o salário devido e, ainda, contando-se os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em norma coletiva de trabalho, acordos, convenções ou sentenças normativas em dissídios coletivos). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,14%  $\{[(180/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100 = 0,14\%$ . Metodologia de Cálculo Para o cálculo do percentual referente ao afastamento maternidade, considera-se o número de meses de licença-maternidade no ano que, atualmente, é de 180 dias. Deve-se, então, dividir o referido período por 30 dias e novamente por 12 meses, multiplicando-se, então, por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Após, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação feminina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (13,54% e 54,78%, respectivamente) Utilizemos o percentual referente a serviço de limpeza. Aplica-se, por fim, o percentual de encargos sociais devidos pelo empregador, que, no caso deste estudo, é de 36,80%, tendo em vista que o empregador arca somente com a parcela relativa aos encargos sociais da trabalhadora, ficando o pagamento do salário a cargo do INSS.



**Licença saúde:** O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3: Fórmula:  $(5,96/30)/12 \times 100 = 1,66\%$

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada

4.2	Intrajornada	Necessidade de Reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			R\$ 0,00

Nota 1: Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.

Nota 2: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	12,41%	R\$ 717,51
4.2	Intrajornada	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 717,51

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 149,08
B	EPI´s	R\$ 21,02
C	Materiais de Apoio/Consumo	R\$ 3,17
D	Equipamentos Diversos	R\$ 0,63
Total		R\$ 173,90

Nota: Valores mensais estimados por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Base de cálculo do Módulo 6 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.	R\$	6.673,09
---	-----	----------

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 400,39
B	Lucro	8,03%	R\$ 567,99
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 250,95
	C.2. Tributos Federais (Pis)	0,65%	R\$ 54,37
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 418,25
Total		22,68%	R\$ 1.691,95

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (3): Conforme Art. 8º da Lei nº 10.637 de 2002 e Art. 10 da Lei nº 10.833 de 2003 que instituíram o PIS/Pasep e a COFINS não-cumulativos, as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102, de 1983, Permanecem sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente. Portanto, estarão excluídas do regime não cumulativo e terão todas as suas receitas sujeitas a cumulatividade da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, submetendo-se às alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

Nota (4):Foi utilizado como base para os cálculos dos Custos Indiretos e Lucro o Caderno Técnico de Contratação de Serviços de Vigilância do Ministério da Economia de 2019. Adaptando-se o percentual do lucro à base de Cálculo utilizada nas planilhas de Custos das licitações anteriores.

Nota (5): Conforme Art.54 da Lei Municipal nº 034/2005 do Município de Serra Talhada/PE, em seu Anexo I, a alíquota do ISS para o serviço de Vigilância é de 5%

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.876,13
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.701,13
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 204,42
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 717,51
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 173,90
	Subtotal (A + B +C+ D + E)	R\$ 6.673,09
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.691,95
	Valor total por empregado	R\$ 8.365,04

3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto ( C )	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DXE)
I	Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	R\$ 8.365,04	2	R\$ 16.730,08	2	R\$ 33.460,16
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I)						R\$ 33.460,16

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 16.730,08
B	Valor mensal do serviço	R\$ 33.460,16
C	Valor anual da proposta	R\$ 401.521,92

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

A planilha de custos é um documento que subsidia a Administração com informações sobre a composição do preço a ser contratado, permitindo identificar sua exequibilidade, auxiliar no processo de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, à medida que são conhecidos todos os itens que a compõe. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

PLANILHA BASE LICITATÓRIA – IF SERTÃO – PE CAMPUS SERRA TALHADA

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo:

Licitação Nº:

Dia \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_:\_\_ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	SERRA TALHADA - PE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT000353/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância	Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO	01 POSTO

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser necessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a administração.

Nota (3):Conforme Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Terceiro da CCT 353/2026, A utilização da escala de 12x36 dar-se-á arrimado, exclusivamente, por Acordo Coletivo de Trabalho.

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.818,42
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2026

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.818,42
B	Adicional de Periculosidade	30%	R\$ 545,53
Total			R\$ 2.363,95

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Conforme Cláusula Terceira da CCT 353/2026 as empresas pagarão o adicional de periculosidade, observando as regras estabelecidas na Lei nº 12.704/2012 e a sua regulamentação pela Portaria MTE 1.855/2013. Em consequência, a remuneração dos vigilantes será constituída das seguintes parcelas Piso Salarial: R\$ 1.818,42 e Adicional de Periculosidade 30%: R\$ 545,53.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13 º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 197,00
B	Adicional de férias	2,78%	R\$ 65,67
Total		11,11%	R\$ 262,66

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Base de Cálculo Submódulo 2.2 = Módulo 1 + Submódulo 2.1	R\$	2.626,61
--	-----	----------

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 525,32
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 65,67
C	SAT	3,00%	R\$ 78,80
D	SESC OU SESI	1,50%	R\$ 39,40
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 26,27
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 15,76
G	INCRA	0,20%	R\$ 5,25
H	FGTS	8,00%	R\$ 210,13
Total		36,80%	R\$ 966,59

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador no qual a alíquota do SAT poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento (O Multiplicador FAP vai de 0,5 a 2), portanto o item C – SAT pode variar de 0,5% a 6%

Nota 4: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Refeição/Alimentação (15 x (R\$ 45,00 - R\$1,11) conforme Cláusula Décima Quarta,CCT 353/2026)	R\$ 658,35
C	Assistência Social (conforme Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo CCT 353/2026)	R\$ 72,03
D	Cesta Básica (R\$ 85,60 menos 15%) conforme Cláusula Décima Segunda CCT 353/2026	R\$ 72,76
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral (Cláusula Décima Quinta CCT 353/2026)	
Total		R\$ 803,14

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017.

Nota 3: Para o Município de Serra Talhada, não existe transporte coletivo regulamentado.

Nota 4 : O valor do item E (Seguro de Vida, Invalidez e Funeral) está em branco, porém, orientamos que a licitante preencha/informe o valor a ser contratado, conforme prevê a Cláusula Décima Quinta da CCT 353/2026, as empresas se obrigam a realizar seguro de vida individual ou em grupo para os vigilantes, objetivando indenizações em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, consoante a legislação vigente atinente a segurança privada.

Submódulo 2.4 – Indenização do Intervalo Intrajornada

Base de cálculo do Submódulo 2.4 = (Módulo 1/220)*1,5	R\$ 16,12
---	-----------

2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	Valor (R\$)
A	Indenização do Intervalo Intrajornada (15 x Valor da hora acrescido de 50%)	R\$ 241,77
B	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$ 88,97
Total		R\$ 330,74

Nota 1: Conforme Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 353/2026, A quantidade de horas para todos os empregados é de 191 (cento e noventa e uma) horas efetivamente trabalhadas, o que adicionado ao repouso remunerado perfaz um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Nota 2: Conforme SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023: Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Nota 3: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Nota 4: Conforme informação do Campus Serra Talhada, os empregados dos postos de vigilância terão seu intervalo intrajornada suprimido, devendo a hora ser acrescida de 50%

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 262,66
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 966,59
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 803,14
2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$ 330,74
Total		R\$ 2.363,13

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 9,93
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,79
C	Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%	R\$ 94,56
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 45,86
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 16,88
TOTAL		7,11%	R\$ 168,02

Nota 01: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a

ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,134% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Nota 2: O percentual utilizado para cálculo do Aviso Prévio Indenizado (A) leva em conta a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. A base estatística utilizada para basear a planilha de custos foi de 5%, portanto: (Mês não trabalhado / Meses do ano) x Base Estatística de empregados demitidos com aviso prévio Indenizado - (1/12) x 5% = 0,42%

Nota 3: Tendo em vista a edição da Lei nº 13.932/19, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, assim alerta-se o Gestor a respeito das orientações publicadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no Portal de Compras Governamentais acerca do assunto (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>),

A saber:

- (ii) Para as novas contratações:
  - a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e
  - b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea 'b' do item (i) acima.

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Base de cálculo do Submódulo 4.1 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3	R\$ 4.895,09
---	--------------

**Submódulo 4.1 – Ausências Legais**

4.1	Ausências legais	Estimativa (em percentuais)	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 407,76
B	Ausências legais	2,22%	R\$ 108,67
C	Licença paternidade	0,04%	R\$ 1,96
D	Acidente de trabalho	0,02%	R\$ 0,98
E	Afastamento maternidade	0,14%	R\$ 6,85
F	Licença Saúde	1,66%	R\$ 81,26
	<b>TOTAL</b>	<b>12,41%</b>	<b>R\$ 607,48</b>

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

**Férias:** Todo trabalhador tem direito a um período de férias após 12 meses de trabalho (período aquisitivo). Supondo que o empregado não tenha nenhuma falta injustificada no período aquisitivo, ele terá direito a afastar-se do trabalho por 30 dias, sem prejuízo da remuneração (férias). Ao conceder o direito de férias aos seus empregados, a empresa contratada tem dois custos: pagar o salário relativo ao período de férias, acrescido do respectivo adicional (1/3) àquele que frui o direito; e, para que o posto não fique descoberto, deverá colocar um substituto, ao qual deverá remunerar com o mesmo salário do substituído. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 8,33%. Fórmula = (1/12) x 100 = 8,33%. Metodologia de Cálculo: Deve-se provisionar o custo mensal que a contratada tem com a remuneração do substituto do empregado que goza férias, ou seja, a remuneração correspondente a 30 dias.

**Ausências Legais:** A legislação prevê hipóteses de faltas justificadas, vale dizer, situações em que o empregado poderá faltar ao serviço e não ter qualquer desconto na remuneração (por exemplo: doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.). Ocorrendo isso durante a execução do contrato, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 2,22%. Fórmula =  $[(8/30)/12] \times 100 = 2,22\%$ . Metodologia de Cálculo: Calcula-se o número de dias de ausências legais (8 dias), dividido por 30 (dias) e dividindo-se o resultado por 12 (meses).

**Licença Paternidade:** Todo trabalhador que tiver filho terá direito a afastar-se do trabalho por 20 dias, sem prejuízo da remuneração conforme disposição constante do art. 10, § 1º, do ADCT, CF/88 e do inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770/2008. Assim, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Estima-se a probabilidade de ocorrência, no período de um ano, desse evento, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. A contratada, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,04%.  $\{[(20/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100 = 0,04$ . Metodologia de Cálculo: A provisão para este item corresponde a 20 dias referentes à licença, divididos por 30 dias do mês, dividindo-se esse resultado por 12 meses do ano, multiplicando-se por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Por fim, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação masculina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (86,46% e 45,22%, respectivamente), utilizemos o percentual referente a serviços de limpeza

**Acidente de Trabalho:** Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 15 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente. O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário. Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,02%. Fórmula:  $[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100 = 0,02\%$ . De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos, em 2018, 154.800 benefícios previdenciários acidentários (B91). Utilizamos o B91 porque ele é o benefício devido ao segurado incapacitado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença Profissional, para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, contanto que o segurado seja empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial. Verificamos ainda que no quadro sintético divulgado pelo IBGE[1] havia, com carteira assinada, 32.997.000 empregados e 1.811.000 trabalhadores domésticos, totalizando 34.808.000. Não consideramos outros tipos de segurados em nossa estimativa. Assim sendo, dividindo-se o total de benefícios previdenciários (154.800) pelo número de empregados com carteira assinada, chega-se ao percentual de 0,44%, o qual multiplica a equação acima demonstrada

**Afastamento Maternidade:** O valor final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo da licença maternidade, do número de meses da licença, no percentual de mulheres com emprego formal de trabalho, na fecundidade média e no período de idade fértil das mulheres. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, a empresa necessita repor a empregada, pagando-lhe o salário devido e, ainda, contando-se os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em norma coletiva de trabalho, acordos, convenções ou sentenças normativas em dissídios coletivos). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,14%  $\{[(180/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100 = 0,14\%$ . Metodologia de Cálculo Para o cálculo do percentual referente ao afastamento maternidade, considera-se o número de meses de licença-maternidade no ano que, atualmente, é de 180 dias. Deve-se, então, dividir o referido período por 30 dias e novamente por 12 meses, multiplicando-se, então, por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Após, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação feminina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (13,54% e 54,78%, respectivamente) Utilizemos o percentual referente a serviço de limpeza. Aplica-se, por fim, o percentual de encargos sociais devidos pelo empregador, que, no caso deste estudo, é de 36,80%, tendo em vista que o empregador arca somente com a parcela relativa aos encargos sociais da trabalhadora, ficando o pagamento do salário a cargo do INSS.

**Licença saúde:** O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3: Fórmula:  $(5,96/30)/12 \times 100 = 1,66\%$



Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada

4.2	Intrajornada	Necessidade de Reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			R\$ 0,00

Nota 1: Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.

Nota 2: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	12,41%	R\$ 607,48
4.2	Intrajornada	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 607,48

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 149,08
B	EPI’s	R\$ 21,02
C	Materiais de Apoio/Consumo	R\$ 3,17
D	Equipamentos Diversos	R\$ 0,63
Total		R\$ 173,90

Nota: Valores mensais estimados por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Base de cálculo do Módulo 6 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.	R\$	5.676,47
---	-----	----------

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 340,59
B	Lucro	8,03%	R\$ 483,16
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 213,47
	C.2. Tributos Federais (Pis)	0,65%	R\$ 46,25
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 355,79
Total		22,68%	R\$ 1.439,26

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (3): Conforme Art. 8º da Lei nº 10.637 de 2002 e Art. 10 da Lei nº 10.833 de 2003 que instituíram o PIS/Pasep e a COFINS não-cumulativos, as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102, de 1983, Permanecem sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente. Portanto, estarão excluídas do regime não cumulativo e terão todas as suas receitas sujeitas a cumulatividade da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, submetendo-se às alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.



Nota (4):Foi utilizado como base para os cálculos dos Custos Indiretos e Lucro o Caderno Técnico de Contratação de Serviços de Vigilância do Ministério da Economia de 2019. Adaptando-se o percentual do lucro à base de Cálculo utilizada nas planilhas de Custos das licitações anteriores.

Nota (5): Conforme Art.54 da Lei Municipal nº 034/2005 do Município de Serra Talhada/PE, em seu Anexo I, a alíquota do ISS para o serviço de Vigilância é de 5%

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.363,95
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.363,13
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 168,02
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 607,48
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 173,90
	Subtotal (A + B +C+ D + E)	R\$ 5.676,47
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.439,26
	Valor total por empregado	R\$ 7.115,74

3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto ( C )	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DXE)
I	Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO	R\$ 7.115,74	2	R\$ 14.231,48	1	R\$ 14.231,48
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I)						R\$ 14.231,48

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 14.231,48
B	Valor mensal do serviço	R\$ 14.231,48
C	Valor anual da proposta	R\$ 170.777,76

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

A planilha de custos é um documento que subsidia a Administração com informações sobre a composição do preço a ser contratado, permitindo identificar sua exequibilidade, auxiliar no processo de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, à medida que são conhecidos todos os itens que a compõe. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

### QUADRO RESUMO DAS PLANILHAS - ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Nº DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	2	R\$ 16.730,08	R\$ 33.460,16	R\$ 401.521,92
Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO	1	R\$ 14.231,48	R\$ 14.231,48	R\$ 170.777,76
			R\$ 47.691,64	R\$ 572.299,68

Ana Paula Figueiredo  
Martins:8396715033  
0

Assinado de forma digital  
por Ana Paula Figueiredo  
Martins:83967150330  
Dados: 2026.05.04  
10:36:18 -03'00'

PLANILHA BASE LICITATÓRIA – IF SERTÃO – PE CAMPUS SALGUEIRO

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo:  
Licitação Nº:  
Dia \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_:\_\_ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	SALGUEIRO - PE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT000353/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância	Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	01 POSTO

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser necessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a administração.

Nota (3):Conforme Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Terceiro da CCT 353/2026, A utilização da escala de 12x36 dar-se-á arrimado, exclusivamente, por Acordo Coletivo de Trabalho.

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.818,42
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2026

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração			Valor (R\$)
A	Salário Base			R\$ 1.818,42
B	Adicional de Periculosidade	30%		R\$ 545,53
C	Adicional Noturno	20%	R\$	275,79
D	Hora Noturna Reduzida	20%	R\$	236,39
Total				R\$ 2.876,13

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Conforme Cláusula Terceira da CCT 353/2026 as empresas pagarão o adicional de periculosidade, observando as regras estabelecidas na Lei nº 12.704/2012 e a sua regulamentação pela Portaria MTE 1.855/2013. Em consequência, a remuneração dos vigilantes será constituída das seguintes parcelas Piso Salarial: R\$ 1.818,42 e Adicional de Periculosidade 30%: R\$ 545,53.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13 º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 239,68
B	Adicional de férias	2,78%	R\$ 79,89
Total		11,11%	R\$ 319,57

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Base de Cálculo Submódulo 2.2 = Módulo 1 + Submódulo 2.1	R\$	3.195,70
--	-----	----------

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 639,14
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 79,89
C	SAT	3,00%	R\$ 95,87
D	SESC OU SESI	1,50%	R\$ 47,94
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 31,96
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 19,17
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,39
H	FGTS	8,00%	R\$ 255,66
Total		36,80%	R\$ 1.176,02

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador no qual a alíquota do SAT poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento (O Multiplicador FAP vai de 0,5 a 2), portanto o item C – SAT pode variar de 0,5% a 6%

Nota 4: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Refeição/Alimentação (15 x (R\$ 45,00 - R\$1,11) conforme Cláusula Décima Quarta,CCT 353/2026)	R\$ 658,35
C	Assistência Social (conforme Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo CCT 353/2026)	R\$ 72,03
D	Cesta Básica (R\$ 85,60 menos 15%) conforme Cláusula Décima Segunda CCT 353/2026	R\$ 72,76
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral (Cláusula Décima Quinta CCT 353/2026)	
Total		R\$ 803,14

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017.

Nota 3: Para o Município de Salgueiro, não existe transporte coletivo regulamentado.

Nota 4 : O valor do item E (Seguro de Vida, Invalidez e Funeral) está em branco, porém, orientamos que a licitante preencha/informe o valor a ser contratado, conforme prevê a Cláusula Décima Quinta da CCT 353/2026, as empresas se obrigam a realizar seguro de vida individual ou em grupo para os vigilantes, objetivando indenizações em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, consoante a legislação vigente atinente a segurança privada.

Submódulo 2.4 – Indenização do Intervalo Intraornada

Base de cálculo do Submódulo 2.4 = (Módulo 1/220)*1,5		R\$ 19,61	
2.4	Indenização do Intervalo Intraornada	Valor (R\$)	
A	Indenização do Intervalo Intraornada (15 x Valor da hora acrescido de 50%)	R\$	294,15
B	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Indenização do Intervalo Intraornada	R\$	108,25
Total		R\$ 402,40	

Nota 1: Conforme Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 353/2026, A quantidade de horas para todos os empregados é de 191 (cento e noventa e uma) horas efetivamente trabalhadas, o que adicionado ao repouso remunerado perfaz um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Nota 2: Conforme SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023: Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intraornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Nota 3: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intraornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intraornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intraornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Nota 4: Conforme informação do Campus Salgueiro, os empregados dos postos de vigilância terão seu intervalo intraornada suprimido, devendo a hora ser acrescida de 50%

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 319,57	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.176,02	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 803,14	
2.4	Indenização do Intervalo Intraornada	R\$ 402,40	
Total		R\$ 2.701,13	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,08
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,97
C	Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%	R\$ 115,05
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 55,80
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 20,53
TOTAL		7,11%	R\$ 204,42

Nota 01: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser

incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Nota 2: O percentual utilizado para cálculo do Aviso Prévio Indenizado (A) leva em conta a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. A base estatística utilizada para basear a planilha de custos foi de 5%, portanto: (Mês não trabalhado / Meses do ano) x Base Estatística de empregados demitidos com aviso prévio Indenizado -  $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Nota 3: Tendo em vista a edição da Lei nº 13.932/19, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, assim alerta-se o Gestor a respeito das orientações publicadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no Portal de Compras Governamentais acerca do assunto (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>),

A

saber:

(ii) Para as novas contratações:

a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e

b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea 'b' do item (i) acima.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Base de cálculo do Submódulo 4.1 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3	R\$ 5.781,68
---	--------------

Submódulo 4.1 – Ausências Legais

4.1	Ausências legais	Estimativa (em percentuais)	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 481,61
B	Ausências legais	2,22%	R\$ 128,35
C	Licença paternidade	0,04%	R\$ 2,31
D	Acidente de trabalho	0,02%	R\$ 1,16
E	Afastamento maternidade	0,14%	R\$ 8,09
F	Licença Saúde	1,66%	R\$ 95,98
	TOTAL	12,41%	R\$ 717,51

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

**Férias:** Todo trabalhador tem direito a um período de férias após 12 meses de trabalho (período aquisitivo). Supondo que o empregado não tenha nenhuma falta injustificada no período aquisitivo, ele terá direito a afastar-se do trabalho por 30 dias, sem prejuízo da remuneração (férias). Ao conceder o direito de férias aos seus empregados, a empresa contratada tem dois custos: pagar o salário relativo ao período de férias, acrescido do respectivo adicional (1/3) àquele que frui o direito; e, para que o posto não fique descoberto, deverá colocar um substituto, ao qual deverá remunerar com o mesmo salário do substituído. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 8,33%. Fórmula =  $(1/12) \times 100 = 8,33\%$ . Metodologia de Cálculo: Deve-se provisionar o custo mensal que a contratada tem com a remuneração do substituto do empregado que goza férias, ou seja, a remuneração correspondente a 30 dias.

**Ausências Legais:** A legislação prevê hipóteses de faltas justificadas, vale dizer, situações em que o empregado poderá faltar ao serviço e não ter qualquer desconto na remuneração (por exemplo: doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.). Ocorrendo isso durante a execução do contrato, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 2,22%. Fórmula =  $[(8/30)/12] \times 100 = 2,22\%$ . Metodologia de Cálculo: Calcula-se o número de dias de ausências legais (8 dias), dividido por 30 (dias) e dividindo-se o resultado por 12 (meses).

**Licença Paternidade:** Todo trabalhador que tiver filho terá direito a afastar-se do trabalho por 20 dias, sem prejuízo da remuneração conforme disposição constante do art. 10, § 1º, do ADCT, CF/88 e do inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770/2008. Assim, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Estima-se a probabilidade de ocorrência, no período de um ano, desse evento, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. A contratada, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,04%.  $\{[(20/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100 = 0,04$ . Metodologia de Cálculo: A provisão para este item corresponde a 20 dias referentes à licença, divididos por 30 dias do mês, dividindo-se esse resultado por 12 meses do ano, multiplicando-se por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Por fim, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação masculina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (86,46% e 45,22%, respectivamente), utilizemos o percentual referente a serviços de limpeza

**Acidente de Trabalho:** Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 15 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente. O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário. Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,02%. Fórmula:  $[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100 = 0,02\%$ . De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos, em 2018, 154.800 benefícios previdenciários acidentários (B91). Utilizamos o B91 porque ele é o benefício devido ao segurado incapacitado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença Profissional, para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, contanto que o segurado seja empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial. Verificamos ainda que no quadro sintético divulgado pelo IBGE[1] havia, com carteira assinada, 32.997.000 empregados e 1.811.000 trabalhadores domésticos, totalizando 34.808.000. Não consideramos outros tipos de segurados em nossa estimativa. Assim sendo, dividindo-se o total de benefícios previdenciários (154.800) pelo número de empregados com carteira assinada, chega-se ao percentual de 0,44%, o qual multiplica a equação acima demonstrada

**Afastamento Maternidade:** O valor final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo da licença maternidade, do número de meses da licença, no percentual de mulheres com emprego formal de trabalho, na fecundidade média e no período de idade fértil das mulheres. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, a empresa necessita repor a empregada, pagando-lhe o salário devido e, ainda, contando-se os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em norma coletiva de trabalho, acordos, convenções ou sentenças normativas em dissídios coletivos). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,14%  $\{[(180/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100 = 0,14\%$ . Metodologia de Cálculo Para o cálculo do percentual referente ao afastamento maternidade, considera-se o número de meses de licença-maternidade no ano que, atualmente, é de 180 dias. Deve-se, então, dividir o referido período por 30 dias e novamente por 12 meses, multiplicando-se, então, por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Após, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação feminina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (13,54% e 54,78%, respectivamente) Utilizemos o percentual referente a serviço de limpeza. Aplica-se, por fim, o percentual de encargos sociais devidos pelo empregador, que, no caso deste estudo, é de 36,80%, tendo em vista que o empregador arca somente com a parcela relativa aos encargos sociais da trabalhadora, ficando o pagamento do salário a cargo do INSS.

**Licença saúde:** O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3: Fórmula: (5,96/30)/12x100 = 1,66%

**Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada**

4.2	Intrajornada	Necessidade de Reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			R\$ 0,00

Nota 1: Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.

Nota 2: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

**Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	12,41%	R\$ 717,51
4.2	Intrajornada	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 717,51

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 129,51
B	EPI´s	R\$ 17,94
C	Materiais de Apoio/Consumo	R\$ 3,63
D	Equipamentos Diversos	
Total		R\$ 151,08

Nota: Valores mensais estimados por empregado.

**MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

Base de cálculo do Módulo 6 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.	R\$	6.650,27
---	-----	----------

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 399,02
B	Lucro	8,03%	R\$ 566,05
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 250,09
	C.2. Tributos Federais (Pis)	0,65%	R\$ 54,19
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 416,82
Total		22,68%	R\$ 1.686,17

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.



Nota (3): Conforme Art. 8º da Lei nº 10.637 de 2002 e Art. 10 da Lei nº 10.833 de 2003 que instituíram o PIS/Pasep e a COFINS não-cumulativos, as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102, de 1983, Permanecem sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente. Portanto, estarão excluídas do regime não cumulativo e terão todas as suas receitas sujeitas a cumulatividade da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, submetendo-se às alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

Nota (4):Foi utilizado como base para os cálculos dos Custos Indiretos e Lucro o Caderno Técnico de Contratação de Serviços de Vigilância do Ministério da Economia de 2019. Adaptando-se o percentual do lucro à base de Cálculo utilizada nas planilhas de Custos das licitações anteriores.

Nota (5): Conforme Art.136 do código tributário do Município de Salgueiro/PE (Lei Municipal nº 2.652/2025), a alíquota do ISS para o serviço de Vigilância é de 5%

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.876,13
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.701,13
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 204,42
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 717,51
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 151,08
	Subtotal (A + B +C+ D + E)	R\$ 6.650,27
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.686,17
	Valor total por empregado	R\$ 8.336,44

3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto ( C )	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DXE)
I	Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	R\$ 8.336,44	2	R\$ 16.672,88	1	R\$ 16.672,88
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I)						R\$ 16.672,88

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 16.672,88
B	Valor mensal do serviço	R\$ 16.672,88
C	Valor anual da proposta	R\$ 200.074,56

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

A planilha de custos é um documento que subsidia a Administração com informações sobre a composição do preço a ser contratado, permitindo identificar sua exequibilidade, auxiliar no processo de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, à medida que são conhecidos todos os itens que a compõe. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

PLANILHA BASE LICITATÓRIA – IF SERTÃO – PE CAMPUS SALGUEIRO

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo:  
Licitação Nº:  
Dia \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_:\_\_ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	SALGUEIRO - PE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT000353/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância	Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO	01 POSTO

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser necessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a administração.

Nota (3):Conforme Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Terceiro da CCT 353/2026, A utilização da escala de 12x36 dar-se-á arrimado, exclusivamente, por Acordo Coletivo de Trabalho.

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.818,42
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2026

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.818,42
B	Adicional de Periculosidade	30%	R\$ 545,53
Total			R\$ 2.363,95

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Conforme Cláusula Terceira da CCT 353/2026 as empresas pagarão o adicional de periculosidade, observando as regras estabelecidas na Lei nº 12.704/2012 e a sua regulamentação pela Portaria MTE 1.855/2013. Em consequência, a remuneração dos vigilantes será constituída das seguintes parcelas Piso Salarial: R\$ 1.818,42 e Adicional de Periculosidade 30%: R\$ 545,53.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13 º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 197,00
B	Adicional de férias	2,78%	R\$ 65,67
Total		11,11%	R\$ 262,66

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é divido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Base de Cálculo Submódulo 2.2 = Módulo 1 + Submódulo 2.1	R\$ 2.626,61
--	--------------

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 525,32
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 65,67
C	SAT	3,00%	R\$ 78,80
D	SESC OU SESI	1,50%	R\$ 39,40
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 26,27
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 15,76
G	INCRA	0,20%	R\$ 5,25
H	FGTS	8,00%	R\$ 210,13
Total		36,80%	R\$ 966,59

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador no qual a alíquota do SAT poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento (O Multiplicador FAP vai de 0,5 a 2), portanto o item C – SAT pode variar de 0,5% a 6%

Nota 4: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Refeição/Alimentação (15 x (R\$ 45,00 - R\$1,11) conforme Cláusula Décima Quarta,CCT 353/2026)	R\$ 658,35
C	Assistência Social (conforme Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo CCT 353/2026)	R\$ 72,03
D	Cesta Básica (R\$ 85,60 menos 15%) conforme Cláusula Décima Segunda CCT 353/2026	R\$ 72,76
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral (Cláusula Décima Quinta CCT 353/2026)	
Total		R\$ 803,14

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017.

Nota 3: Para o Município de Salgueiro, não existe transporte coletivo regulamentado.

Nota 4 : O valor do item E (Seguro de Vida, Invalidez e Funeral) está em branco, porém, orientamos que a licitante preencha/informe o valor a ser contratado, conforme prevê a Cláusula Décima Quinta da CCT 353/2026, as empresas se obrigam a realizar seguro de vida individual ou em grupo para os vigilantes, objetivando indenizações em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, consoante a legislação vigente atinente a segurança privada.

Submódulo 2.4 – Indenização do Intervalo Intrajornada

Base de cálculo do Submódulo 2.4 = (Módulo 1/220)\*1,5 R\$ 16,12

2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	Valor (R\$)	
A	Indenização do Intervalo Intrajornada (15 x Valor da hora acrescido de 50%)	R\$	241,77
B	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$	88,97
Total		R\$ 330,74	

Nota 1: Conforme Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 353/2026, A quantidade de horas para todos os empregados é de 191 (cento e noventa e uma) horas efetivamente trabalhadas, o que adicionado ao repouso remunerado perfaz um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Nota 2: Conforme SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023: Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Nota 3: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Nota 4: Conforme informação do Campus Salgueiro, os empregados dos postos de vigilância terão seu intervalo intrajornada suprimido, devendo a hora ser acrescida de 50%

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 262,66	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 966,59	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 803,14	
2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$ 330,74	
Total		R\$ 2.363,13	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 9,93
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,79
C	Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%	R\$ 94,56
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 45,86
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 16,88
TOTAL		7,11%	R\$ 168,02

Nota 01: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Nota 2: O percentual utilizado para cálculo do Aviso Prévio Indenizado (A) leva em conta a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. A base estatística utilizada para basear a planilha de custos foi de 5%, portanto: (Mês não trabalhado / Meses do ano) x Base Estatística de empregados demitidos com aviso prévio Indenizado -  $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Nota 3: Tendo em vista a edição da Lei nº 13.932/19, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, assim alerta-se o Gestor a respeito das orientações publicadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no Portal de Compras Governamentais acerca do assunto (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>),

A

- saber:
- (ii) Para as novas contratações:
- a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e
- b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea ‘b’ do item (i) acima.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Base de cálculo do Submódulo 4.1 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3	R\$ 4.895,09
---	--------------

Submódulo 4.1 – Ausências Legais

4.1	Ausências legais	Estimativa (em percentuais)	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 407,76
B	Ausências legais	2,22%	R\$ 108,67
C	Licença paternidade	0,04%	R\$ 1,96
D	Acidente de trabalho	0,02%	R\$ 0,98
E	Afastamento maternidade	0,14%	R\$ 6,85
F	Licença Saúde	1,66%	R\$ 81,26
	TOTAL	12,41%	R\$ 607,48

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

**Férias:** Todo trabalhador tem direito a um período de férias após 12 meses de trabalho (período aquisitivo). Supondo que o empregado não tenha nenhuma falta injustificada no período aquisitivo, ele terá direito a afastar-se do trabalho por 30 dias, sem prejuízo da remuneração (férias). Ao conceder o direito de férias aos seus empregados, a empresa contratada tem dois custos: pagar o salário relativo ao período de férias, acrescido do respectivo adicional (1/3) àquele que frui o direito; e, para que o posto não fique descoberto, deverá colocar um substituto, ao qual deverá remunerar com o mesmo salário do substituído. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 8,33%. Fórmula =  $(1/12) \times 100 = 8,33\%$ . Metodologia de Cálculo: Deve-se provisionar o custo mensal que a contratada tem com a remuneração do substituto do empregado que goza férias, ou seja, a remuneração correspondente a 30 dias.

**Ausências Legais:** A legislação prevê hipóteses de faltas justificadas, vale dizer, situações em que o empregado poderá faltar ao serviço e não ter qualquer desconto na remuneração(por exemplo: doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.). Ocorrendo isso durante a execução do contrato, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 2,22%. Fórmula =  $[(8/30)/12] \times 100 = 2,22\%$ . Metodologia de Cálculo: Calcula-se o número de dias de ausências legais (8 dias), dividido por 30 (dias) e dividindo-se o resultado por 12 (meses).

**Licença Paternidade:** Todo trabalhador que tiver filho terá direito a afastar-se do trabalho por 20 dias, sem prejuízo da remuneração conforme disposição constante do art. 10, § 1º, do ADCT, CF/88 e do inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770/2008. Assim, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Estima-se a probabilidade de ocorrência, no período de um ano, desse evento, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. A contratada, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,04%.  $\{[(20/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100 = 0,04$ . Metodologia de Cálculo: A provisão para este item corresponde a 20 dias referentes à licença, divididos por 30 dias do mês, dividindo-se esse resultado por 12 meses do ano, multiplicando-se por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Por fim, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação masculina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (86,46% e 45,22%, respectivamente), utilizemos o percentual referente a serviços de limpeza

**Acidente de Trabalho:** Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 15 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente. O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário. Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,02%. Fórmula:  $\{[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100 = 0,02\%$ . De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos, em 2018, 154.800 benefícios previdenciários acidentários (B91). Utilizamos o B91 porque ele é o benefício devido ao segurado incapacitado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença Profissional, para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, contanto que o segurado seja empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial. Verificamos ainda que no quadro sintético divulgado pelo IBGE[1] havia, com carteira assinada, 32.997.000 empregados e 1.811.000 trabalhadores domésticos, totalizando 34.808.000. Não consideramos outros tipos de segurados em nossa estimativa. Assim sendo, dividindo-se o total de benefícios previdenciários (154.800) pelo número de empregados com carteira assinada, chega-se ao percentual de 0,44%, o qual multiplica a equação acima demonstrada

**Afastamento Maternidade:** O valor final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo da licença maternidade, do número de meses da licença, no percentual de mulheres com emprego formal de trabalho, na fecundidade média e no período de idade fértil das mulheres. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, a empresa necessita repor a empregada, pagando-lhe o salário devido e, ainda, contando-se os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em norma coletiva de trabalho, acordos, convenções ou sentenças normativas em dissídios coletivos). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,14%  $\{[(180/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100 = 0,14\%$ . Metodologia de Cálculo Para o cálculo do percentual referente ao afastamento maternidade, considera-se o número de meses de licença-maternidade no ano que, atualmente, é de 180 dias. Deve-se, então, dividir o referido período por 30 dias e novamente por 12 meses, multiplicando-se, então, por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Após, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação feminina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (13,54% e 54,78%, respectivamente) Utilizemos o percentual referente a serviço de limpeza. Aplica-se, por fim, o percentual de encargos sociais devidos pelo empregador, que, no caso deste estudo, é de 36,80%, tendo em vista que o empregador arca somente com a parcela relativa aos encargos sociais da trabalhadora, ficando o pagamento do salário a cargo do INSS.

**Licença saúde:** O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3: Fórmula:  $(5,96/30)/12 \times 100 = 1,66\%$

Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada

4.2	Intra jornada	Necessidade de Reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			R\$ 0,00



Nota 1: Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.

Nota 2: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intra-jornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	12,41%	R\$ 607,48
4.2	Intra-jornada	0	R\$ 0,00
	TOTAL		R\$ 607,48

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 129,51
B	EPI's	R\$ 17,94
C	Materiais de Apoio/Consumo	R\$ 3,63
D	Equipamentos Diversos	
	Total	R\$ 151,08

Nota: Valores mensais estimados por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Base de cálculo do Módulo 6 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.	R\$	5.653,65
---	-----	----------

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 339,22
B	Lucro	8,03%	R\$ 481,22
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 212,61
	C.2. Tributos Federais (Pis)	0,65%	R\$ 46,07
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 354,36
	Total	22,68%	R\$ 1.433,48

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (3): Conforme Art. 8º da Lei nº 10.637 de 2002 e Art. 10 da Lei nº 10.833 de 2003 que instituíram o PIS/Pasep e a COFINS não-cumulativos, as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102, de 1983, Permanecem sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente. Portanto, estarão excluídas do regime não cumulativo e terão todas as suas receitas sujeitas a cumulatividade da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, submetendo-se às alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

Nota (4):Foi utilizado como base para os cálculos dos Custos Indiretos e Lucro o Caderno Técnico de Contratação de Serviços de Vigilância do Ministério da Economia de 2019. Adaptando-se o percentual do lucro à base de Cálculo utilizada nas planilhas de Custos das licitações anteriores.

Nota (5): Conforme Art.136 do código tributário do Município de Salgueiro/PE (Lei Municipal nº 2.652/2025), a alíquota do ISS para o serviço de Vigilância é de 5%

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.363,95
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.363,13
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 168,02
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 607,48
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 151,08
	Subtotal (A + B +C+ D + E)	<b>R\$ 5.653,65</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.433,48
Valor total por empregado		<b>R\$ 7.087,13</b>

### 3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto ( C )	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DXE)
I	Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO	R\$ 7.087,13	2	R\$ 14.174,26	1	R\$ 14.174,26
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I)						R\$ 14.174,26

### 4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 14.174,26
B	Valor mensal do serviço	R\$ 14.174,26
C	Valor anual da proposta	<b>R\$ 170.091,12</b>

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

A planilha de custos é um documento que subsidia a Administração com informações sobre a composição do preço a ser contratado, permitindo identificar sua exequibilidade, auxiliar no processo de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, à medida que são conhecidos todos os itens que a compõe. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.



PLANILHA BASE LICITATÓRIA – IF SERTÃO – PE CAMPUS SALGUEIRO

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo:  
Licitação Nº:  
Dia \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_:\_\_ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	SALGUEIRO - PE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT000353/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância	Posto 12X36 h NOTURNO MOTORIZADO	01 POSTO

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser necessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a administração.

Nota (3):Conforme Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Terceiro da CCT 353/2026, A utilização da escala de 12x36 dar-se-á arrimado, exclusivamente, por Acordo Coletivo de Trabalho.

1. MÓDULOS

Mão de obra  
Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Posto 12X36 h NOTURNO MOTORIZADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.818,42
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2026

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração			Valor (R\$)
A	Salário Base			R\$ 1.818,42
B	Adicional de Periculosidade	30%		R\$ 545,53
C	Adicional Noturno	20%	R\$	275,79
D	Hora Noturna Reduzida	20%	R\$	236,39
Total				R\$ 2.876,13

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Conforme Cláusula Terceira da CCT 353/2026 as empresas pagarão o adicional de periculosidade, observando as regras estabelecidas na Lei nº 12.704/2012 e a sua regulamentação pela Portaria MTE 1.855/2013. Em consequência, a remuneração dos vigilantes será constituída das seguintes parcelas Piso Salarial: R\$ 1.818,42 e Adicional de Periculosidade 30%: R\$ 545,53.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13 º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 239,68
B	Adicional de férias	2,78%	R\$ 79,89
Total		11,11%	R\$ 319,57

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Base de Cálculo Submódulo 2.2 = Módulo 1 + Submódulo 2.1	R\$	3.195,70
--	-----	----------

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 639,14
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 79,89
C	SAT	3,00%	R\$ 95,87
D	SESC OU SESI	1,50%	R\$ 47,94
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 31,96
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 19,17
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,39
H	FGTS	8,00%	R\$ 255,66
Total		36,80%	R\$ 1.176,02

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador no qual a alíquota do SAT poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento (O Multiplicador FAP vai de 0,5 a 2), portanto o item C – SAT pode variar de 0,5% a 6%

Nota 4: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Refeição/Alimentação (15 x (R\$ 45,00 - R\$1,11) conforme Cláusula Décima Quarta,CCT 353/2026)	R\$ 658,35
C	Assistência Social (conforme Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo CCT 353/2026)	R\$ 72,03
D	Cesta Básica (R\$ 85,60 menos 15%) conforme Cláusula Décima Segunda CCT 353/2026	R\$ 72,76
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral (Cláusula Décima Quinta CCT 353/2026)	
Total		R\$ 803,14

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017.

Nota 3: Para o Município de Salgueiro, não existe transporte coletivo regulamentado.

Nota 4 : O valor do item E (Seguro de Vida, Invalidez e Funeral) está em branco, porém, orientamos que a licitante preencha/informe o valor a ser contratado, conforme prevê a Cláusula Décima Quinta da CCT 353/2026, as empresas se obrigam a realizar seguro de vida individual ou em grupo para os vigilantes, objetivando indenizações em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, consoante a legislação vigente atinente a segurança privada.

Submódulo 2.4 – Indenização do Intervalo Intraornada

Base de cálculo do Submódulo 2.4 = (Módulo 1/220)*1,5		R\$ 19,61	
2.4	Indenização do Intervalo Intraornada	Valor (R\$)	
A	Indenização do Intervalo Intraornada (15 x Valor da hora acrescido de 50%)	R\$	294,15
B	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Indenização do Intervalo Intraornada	R\$	108,25
Total		R\$ 402,40	

Nota 1: Conforme Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 353/2026, A quantidade de horas para todos os empregados é de 191 (cento e noventa e uma) horas efetivamente trabalhadas, o que adicionado ao repouso remunerado perfaz um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Nota 2: Conforme SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023: Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intraornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Nota 3: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intraornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intraornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intraornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Nota 4: Conforme informação do Campus Salgueiro, os empregados dos postos de vigilância terão seu intervalo intraornada suprimido, devendo a hora ser acrescida de 50%

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 319,57	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.176,02	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 803,14	
2.4	Indenização do Intervalo Intraornada	R\$ 402,40	
Total		R\$ 2.701,13	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,08
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,97
C	Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%	R\$ 115,05
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 55,80
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 20,53
TOTAL		7,11%	R\$ 204,42

Nota 01: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser

incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Nota 2: O percentual utilizado para cálculo do Aviso Prévio Indenizado (A) leva em conta a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. A base estatística utilizada para basear a planilha de custos foi de 5%, portanto: (Mês não trabalhado / Meses do ano) x Base Estatística de empregados demitidos com aviso prévio Indenizado -  $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Nota 3: Tendo em vista a edição da Lei nº 13.932/19, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, assim alerta-se o Gestor a respeito das orientações publicadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no Portal de Compras Governamentais acerca do assunto (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>),

A

saber:

(ii) Para as novas contratações:

a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e

b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea 'b' do item (i) acima.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Base de cálculo do Submódulo 4.1 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3	R\$ 5.781,68
---	--------------

Submódulo 4.1 – Ausências Legais

4.1	Ausências legais	Estimativa (em percentuais)	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 481,61
B	Ausências legais	2,22%	R\$ 128,35
C	Licença paternidade	0,04%	R\$ 2,31
D	Acidente de trabalho	0,02%	R\$ 1,16
E	Afastamento maternidade	0,14%	R\$ 8,09
F	Licença Saúde	1,66%	R\$ 95,98
	TOTAL	12,41%	R\$ 717,51

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

**Férias:** Todo trabalhador tem direito a um período de férias após 12 meses de trabalho (período aquisitivo). Supondo que o empregado não tenha nenhuma falta injustificada no período aquisitivo, ele terá direito a afastar-se do trabalho por 30 dias, sem prejuízo da remuneração (férias). Ao conceder o direito de férias aos seus empregados, a empresa contratada tem dois custos: pagar o salário relativo ao período de férias, acrescido do respectivo adicional (1/3) àquele que frui o direito; e, para que o posto não fique descoberto, deverá colocar um substituto, ao qual deverá remunerar com o mesmo salário do substituído. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 8,33%. Fórmula =  $(1/12) \times 100 = 8,33\%$ . Metodologia de Cálculo: Deve-se provisionar o custo mensal que a contratada tem com a remuneração do substituto do empregado que goza férias, ou seja, a remuneração correspondente a 30 dias.

**Ausências Legais:** A legislação prevê hipóteses de faltas justificadas, vale dizer, situações em que o empregado poderá faltar ao serviço e não ter qualquer desconto na remuneração (por exemplo: doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.). Ocorrendo isso durante a execução do contrato, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 2,22%. Fórmula =  $[(8/30)/12] \times 100 = 2,22\%$ . Metodologia de Cálculo: Calcula-se o número de dias de ausências legais (8 dias), dividido por 30 (dias) e dividindo-se o resultado por 12 (meses).

**Licença Paternidade:** Todo trabalhador que tiver filho terá direito a afastar-se do trabalho por 20 dias, sem prejuízo da remuneração conforme disposição constante do art. 10, § 1º, do ADCT, CF/88 e do inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770/2008. Assim, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Estima-se a probabilidade de ocorrência, no período de um ano, desse evento, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. A contratada, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,04%.  $\{[(20/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100 = 0,04$ . Metodologia de Cálculo: A provisão para este item corresponde a 20 dias referentes à licença, divididos por 30 dias do mês, dividindo-se esse resultado por 12 meses do ano, multiplicando-se por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Por fim, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação masculina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (86,46% e 45,22%, respectivamente), utilizemos o percentual referente a serviços de limpeza

**Acidente de Trabalho:** Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 15 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente. O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário. Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,02%. Fórmula:  $[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100 = 0,02\%$ . De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos, em 2018, 154.800 benefícios previdenciários acidentários (B91). Utilizamos o B91 porque ele é o benefício devido ao segurado incapacitado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença Profissional, para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, contanto que o segurado seja empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial. Verificamos ainda que no quadro sintético divulgado pelo IBGE[1] havia, com carteira assinada, 32.997.000 empregados e 1.811.000 trabalhadores domésticos, totalizando 34.808.000. Não consideramos outros tipos de segurados em nossa estimativa. Assim sendo, dividindo-se o total de benefícios previdenciários (154.800) pelo número de empregados com carteira assinada, chega-se ao percentual de 0,44%, o qual multiplica a equação acima demonstrada

**Afastamento Maternidade:** O valor final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo da licença maternidade, do número de meses da licença, no percentual de mulheres com emprego formal de trabalho, na fecundidade média e no período de idade fértil das mulheres. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, a empresa necessita repor a empregada, pagando-lhe o salário devido e, ainda, contando-se os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em norma coletiva de trabalho, acordos, convenções ou sentenças normativas em dissídios coletivos). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,14%  $\{[(180/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100 = 0,14\%$ . Metodologia de Cálculo Para o cálculo do percentual referente ao afastamento maternidade, considera-se o número de meses de licença-maternidade no ano que, atualmente, é de 180 dias. Deve-se, então, dividir o referido período por 30 dias e novamente por 12 meses, multiplicando-se, então, por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Após, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação feminina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (13,54% e 54,78%, respectivamente) Utilizemos o percentual referente a serviço de limpeza. Aplica-se, por fim, o percentual de encargos sociais devidos pelo empregador, que, no caso deste estudo, é de 36,80%, tendo em vista que o empregador arca somente com a parcela relativa aos encargos sociais da trabalhadora, ficando o pagamento do salário a cargo do INSS.

**Licença saúde:** O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3: Fórmula:  $(5,96/30)/12 \times 100 = 1,66\%$

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada

4.2	Intrajornada	Necessidade de Reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			R\$ 0,00

Nota 1: Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.

Nota 2: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	12,41%	R\$ 717,51
4.2	Intrajornada	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 717,51

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 129,51
B	EPI´s	R\$ 22,13
C	Materiais de Apoio/Consumo	R\$ 74,82
D	Equipamentos Diversos	R\$ 127,62
Total		R\$ 354,08

Nota: Valores mensais estimados por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Base de cálculo do Módulo 6 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.	R\$	6.853,27
---	-----	----------

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 411,20
B	Lucro	8,03%	R\$ 583,33
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 257,73
	C.2. Tributos Federais (Pis)	0,65%	R\$ 55,84
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 429,55
Total		22,68%	R\$ 1.737,64

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (3): Conforme Art. 8º da Lei nº 10.637 de 2002 e Art. 10 da Lei nº 10.833 de 2003 que instituíram o PIS/Pasep e a COFINS não-cumulativos, as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102, de 1983, Permanecem sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente. Portanto, estarão excluídas do regime não cumulativo e terão todas as suas receitas sujeitas a cumulatividade da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, submetendo-se às alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

Nota (4):Foi utilizado como base para os cálculos dos Custos Indiretos e Lucro o Caderno Técnico de Contratação de Serviços de Vigilância do Ministério da Economia de 2019. Adaptando-se o percentual do lucro à base de Cálculo utilizada nas planilhas de Custos das licitações anteriores.

Nota (5): Conforme Art.136 do código tributário do Município de Salgueiro/PE (Lei Municipal nº 2.652/2025), a alíquota do ISS para o serviço de Vigilância é de 5%

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.876,13
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.701,13
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 204,42
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 717,51
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 354,08
	Subtotal (A + B +C+ D + E)	R\$ 6.853,27
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.737,64
	Valor total por empregado	R\$ 8.590,91

3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto ( C )	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DXE)
I	Posto 12X36 h NOTURNO MOTORIZADO	R\$ 8.590,91	2	R\$ 17.181,82	1	R\$ 17.181,82
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I)						R\$ 17.181,82

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 17.181,82
B	Valor mensal do serviço	R\$ 17.181,82
C	Valor anual da proposta	R\$ 206.181,84

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

A planilha de custos é um documento que subsidia a Administração com informações sobre a composição do preço a ser contratado, permitindo identificar sua exequibilidade, auxiliar no processo de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, à medida que são conhecidos todos os itens que a compõe. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.



PLANILHA BASE LICITATÓRIA – IF SERTÃO – PE CAMPUS SALGUEIRO

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo:  
Licitação Nº:  
Dia \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_:\_\_ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	SALGUEIRO - PE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT000353/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância	Posto 12X36 h DIURNO MOTORIZADO	01 POSTO

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser necessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a administração.

Nota (3):Conforme Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Terceiro da CCT 353/2026, A utilização da escala de 12x36 dar-se-á arrimado, exclusivamente, por Acordo Coletivo de Trabalho.

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Posto 12X36 h DIURNO MOTORIZADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.818,42
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2026

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.818,42
B	Adicional de Periculosidade	30%	R\$ 545,53
Total			R\$ 2.363,95

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Conforme Cláusula Terceira da CCT 353/2026 as empresas pagarão o adicional de periculosidade, observando as regras estabelecidas na Lei nº 12.704/2012 e a sua regulamentação pela Portaria MTE 1.855/2013. Em consequência, a remuneração dos vigilantes será constituída das seguintes parcelas Piso Salarial: R\$ 1.818,42 e Adicional de Periculosidade 30%: R\$ 545,53.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários



Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13 º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 197,00
B	Adicional de férias	2,78%	R\$ 65,67
Total		11,11%	R\$ 262,66

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é divido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Base de Cálculo Submódulo 2.2 = Módulo 1 + Submódulo 2.1	R\$ 2.626,61
--	--------------

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 525,32
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 65,67
C	SAT	3,00%	R\$ 78,80
D	SESC OU SESI	1,50%	R\$ 39,40
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 26,27
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 15,76
G	INCRA	0,20%	R\$ 5,25
H	FGTS	8,00%	R\$ 210,13
Total		36,80%	R\$ 966,59

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador no qual a alíquota do SAT poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento (O Multiplicador FAP vai de 0,5 a 2), portanto o item C – SAT pode variar de 0,5% a 6%

Nota 4: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Refeição/Alimentação (15 x (R\$ 45,00 - R\$1,11) conforme Cláusula Décima Quarta,CCT 353/2026)	R\$ 658,35
C	Assistência Social (conforme Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo CCT 353/2026)	R\$ 72,03
D	Cesta Básica (R\$ 85,60 menos 15%) conforme Cláusula Décima Segunda CCT 353/2026	R\$ 72,76
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral (Cláusula Décima Quinta CCT 353/2026)	
Total		R\$ 803,14

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017.

Nota 3: Para o Município de Salgueiro, não existe transporte coletivo regulamentado.

Nota 4 : O valor do item E (Seguro de Vida, Invalidez e Funeral) está em branco, porém, orientamos que a licitante preencha/informe o valor a ser contratado, conforme prevê a Cláusula Décima Quinta da CCT 353/2026, as empresas se obrigam a realizar seguro de vida individual ou em grupo para os vigilantes, objetivando indenizações em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, consoante a legislação vigente atinente a segurança privada.

Submódulo 2.4 – Indenização do Intervalo Intrajornada

Base de cálculo do Submódulo 2.4 = (Módulo 1/220)\*1,5R\$ 16,12

2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	Valor (R\$)	
A	Indenização do Intervalo Intrajornada (15 x Valor da hora acrescido de 50%)	R\$	241,77
B	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$	88,97
Total		R\$ 330,74	

Nota 1: Conforme Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 353/2026, A quantidade de horas para todos os empregados é de 191 (cento e noventa e uma) horas efetivamente trabalhadas, o que adicionado ao repouso remunerado perfaz um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Nota 2: Conforme SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023: Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Nota 3: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Nota 4: Conforme informação do Campus Salgueiro, os empregados dos postos de vigilância terão seu intervalo intrajornada suprimido, devendo a hora ser acrescida de 50%

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 262,66	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 966,59	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 803,14	
2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$ 330,74	
Total		R\$ 2.363,13	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 9,93
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,79
C	Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%	R\$ 94,56
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 45,86
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 16,88
TOTAL		7,11%	R\$ 168,02

Nota 01: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Nota 2: O percentual utilizado para cálculo do Aviso Prévio Indenizado (A) leva em conta a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. A base estatística utilizada para basear a planilha de custos foi de 5%, portanto: (Mês não trabalhado / Meses do ano) x Base Estatística de empregados demitidos com aviso prévio Indenizado -  $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Nota 3: Tendo em vista a edição da Lei nº 13.932/19, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, assim alerta-se o Gestor a respeito das orientações publicadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no Portal de Compras Governamentais acerca do assunto (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>),

A

saber:

(ii) Para as novas contratações:

a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica “Contribuição Social” de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e

b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea ‘b’ do item (i) acima.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Base de cálculo do Submódulo 4.1 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3	R\$ 4.895,09
---	--------------

Submódulo 4.1 – Ausências Legais

4.1	Ausências legais	Estimativa (em percentuais)	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 407,76
B	Ausências legais	2,22%	R\$ 108,67
C	Licença paternidade	0,04%	R\$ 1,96
D	Acidente de trabalho	0,02%	R\$ 0,98
E	Afastamento maternidade	0,14%	R\$ 6,85
F	Licença Saúde	1,66%	R\$ 81,26
	TOTAL	12,41%	R\$ 607,48

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

**Férias:** Todo trabalhador tem direito a um período de férias após 12 meses de trabalho (período aquisitivo). Supondo que o empregado não tenha nenhuma falta injustificada no período aquisitivo, ele terá direito a afastar-se do trabalho por 30 dias, sem prejuízo da remuneração (férias). Ao conceder o direito de férias aos seus empregados, a empresa contratada tem dois custos: pagar o salário relativo ao período de férias, acrescido do respectivo adicional (1/3) àquele que frui o direito; e, para que o posto não fique descoberto, deverá colocar um substituto, ao qual deverá remunerar com o mesmo salário do substituído. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 8,33%. Fórmula =  $(1/12) \times 100 = 8,33\%$ . Metodologia de Cálculo: Deve-se provisionar o custo mensal que a contratada tem com a remuneração do substituto do empregado que goza férias, ou seja, a remuneração correspondente a 30 dias.

**Ausências Legais:** A legislação prevê hipóteses de faltas justificadas, vale dizer, situações em que o empregado poderá faltar ao serviço e não ter qualquer desconto na remuneração(por exemplo: doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.). Ocorrendo isso durante a execução do contrato, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 2,22%. Fórmula =  $[(8/30)/12] \times 100 = 2,22\%$ . Metodologia de Cálculo: Calcula-se o número de dias de ausências legais (8 dias), dividido por 30 (dias) e dividindo-se o resultado por 12 (meses).

**Licença Paternidade:** Todo trabalhador que tiver filho terá direito a afastar-se do trabalho por 20 dias, sem prejuízo da remuneração conforme disposição constante do art. 10, § 1º, do ADCT, CF/88 e do inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770/2008. Assim, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Estima-se a probabilidade de ocorrência, no período de um ano, desse evento, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. A contratada, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,04%.  $\{[(20/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100 = 0,04$ . Metodologia de Cálculo: A provisão para este item corresponde a 20 dias referentes à licença, divididos por 30 dias do mês, dividindo-se esse resultado por 12 meses do ano, multiplicando-se por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Por fim, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação masculina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (86,46% e 45,22%, respectivamente), utilizemos o percentual referente a serviços de limpeza

**Acidente de Trabalho:** Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 15 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente. O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário. Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,02%. Fórmula:  $\{[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100 = 0,02\%$ . De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos, em 2018, 154.800 benefícios previdenciários acidentários (B91). Utilizamos o B91 porque ele é o benefício devido ao segurado incapacitado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença Profissional, para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, contanto que o segurado seja empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial. Verificamos ainda que no quadro sintético divulgado pelo IBGE[1] havia, com carteira assinada, 32.997.000 empregados e 1.811.000 trabalhadores domésticos, totalizando 34.808.000. Não consideramos outros tipos de segurados em nossa estimativa. Assim sendo, dividindo-se o total de benefícios previdenciários (154.800) pelo número de empregados com carteira assinada, chega-se ao percentual de 0,44%, o qual multiplica a equação acima demonstrada

**Afastamento Maternidade:** O valor final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo da licença maternidade, do número de meses da licença, no percentual de mulheres com emprego formal de trabalho, na fecundidade média e no período de idade fértil das mulheres. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, a empresa necessita repor a empregada, pagando-lhe o salário devido e, ainda, contando-se os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em norma coletiva de trabalho, acordos, convenções ou sentenças normativas em dissídios coletivos). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,14%  $\{[(180/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100 = 0,14\%$ . Metodologia de Cálculo Para o cálculo do percentual referente ao afastamento maternidade, considera-se o número de meses de licença-maternidade no ano que, atualmente, é de 180 dias. Deve-se, então, dividir o referido período por 30 dias e novamente por 12 meses, multiplicando-se, então, por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Após, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação feminina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (13,54% e 54,78%, respectivamente) Utilizemos o percentual referente a serviço de limpeza. Aplica-se, por fim, o percentual de encargos sociais devidos pelo empregador, que, no caso deste estudo, é de 36,80%, tendo em vista que o empregador arca somente com a parcela relativa aos encargos sociais da trabalhadora, ficando o pagamento do salário a cargo do INSS.

**Licença saúde:** O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3: Fórmula:  $(5,96/30)/12 \times 100 = 1,66\%$

**Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada**

4.2	Intrajornada	Necessidade de Reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			R\$ 0,00

Nota 1: Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.

Nota 2: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intra-jornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	12,41%	R\$ 607,48
4.2	Intra-jornada	0	R\$ 0,00
	TOTAL		R\$ 607,48

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 129,51
B	EPI's	R\$ 22,13
C	Materiais de Apoio/Consumo	R\$ 74,82
D	Equipamentos Diversos	R\$ 127,62
	Total	R\$ 354,08

Nota: Valores mensais estimados por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Base de cálculo do Módulo 6 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.	R\$	5.856,65
---	-----	----------

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 351,40
B	Lucro	8,03%	R\$ 498,50
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 220,25
	C.2. Tributos Federais (Pis)	0,65%	R\$ 47,72
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 367,08
	Total	22,68%	R\$ 1.484,95

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (3): Conforme Art. 8º da Lei nº 10.637 de 2002 e Art. 10 da Lei nº 10.833 de 2003 que instituíram o PIS/Pasep e a COFINS não-cumulativos, as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102, de 1983, Permanecem sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente. Portanto, estarão excluídas do regime não cumulativo e terão todas as suas receitas sujeitas a cumulatividade da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, submetendo-se às alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

Nota (4):Foi utilizado como base para os cálculos dos Custos Indiretos e Lucro o Caderno Técnico de Contratação de Serviços de Vigilância do Ministério da Economia de 2019. Adaptando-se o percentual do lucro à base de Cálculo utilizada nas planilhas de Custos das licitações anteriores.

Nota (5): Conforme Art.136 do código tributário do Município de Salgueiro/PE (Lei Municipal nº 2.652/2025), a alíquota do ISS para o serviço de Vigilância é de 5%

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.363,95
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.363,13
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 168,02
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 607,48
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 354,08
	Subtotal (A + B +C+ D + E)	<b>R\$ 5.856,65</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.484,95
Valor total por empregado		<b>R\$ 7.341,60</b>

### 3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto ( C )	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DXE)
I	Posto 12X36 h DIURNO MOTORIZADO	R\$ 7.341,60	2	R\$ 14.683,20	1	R\$ 14.683,20
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I)						R\$ 14.683,20

### 4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 14.683,20
B	Valor mensal do serviço	R\$ 14.683,20
C	Valor anual da proposta	<b>R\$ 176.198,40</b>

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

A planilha de custos é um documento que subsidia a Administração com informações sobre a composição do preço a ser contratado, permitindo identificar sua exequibilidade, auxiliar no processo de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, à medida que são conhecidos todos os itens que a compõe. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

### QUADRO RESUMO DAS PLANILHAS - ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Nº DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	1	R\$ 16.672,88	R\$ 16.672,88	R\$ 200.074,56
Posto 12X36 h DIURNO NÃO MOTORIZADO	1	R\$ 14.174,26	R\$ 14.174,26	R\$ 170.091,12
Posto 12X36 h NOTURNO MOTORIZADO	1	R\$ 17.181,82	R\$ 17.181,82	R\$ 206.181,84
Posto 12X36 h DIURNO MOTORIZADO	1	R\$ 14.683,20	R\$ 14.683,20	R\$ 176.198,40
			R\$ 62.712,16	R\$ 752.545,92

Ana Paula Figueiredo  
Martins:83967150330

Assinado de forma digital  
por Ana Paula Figueiredo  
Martins:83967150330  
Dados: 2026.05.04 10:42:04  
-03'00'



PLANILHA BASE LICITATÓRIA – IF SERTÃO – PE CAMPUS OURICURI

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo:  
Licitação Nº:  
Dia \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_:\_\_ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	OURICURI - PE
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT000353/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância	Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	02 POSTOS

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser necessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a administração.

Nota (3):Conforme Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Terceiro da CCT 353/2026, A utilização da escala de 12x36 dar-se-á arrimado, exclusivamente, por Acordo Coletivo de Trabalho.

1. MÓDULOS

Mão de obra  
Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.818,42
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2026

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração			Valor (R\$)
A	Salário Base			R\$ 1.818,42
B	Adicional de Periculosidade	30%		R\$ 545,53
C	Adicional Noturno	20%	R\$	275,79
D	Hora Noturna Reduzida	20%	R\$	236,39
Total				R\$ 2.876,13

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Conforme Cláusula Terceira da CCT 353/2026 as empresas pagarão o adicional de periculosidade, observando as regras estabelecidas na Lei nº 12.704/2012 e a sua regulamentação pela Portaria MTE 1.855/2013. Em consequência, a remuneração dos vigilantes será constituída das seguintes parcelas Piso Salarial: R\$ 1.818,42 e Adicional de Periculosidade 30%: R\$ 545,53.



Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13 º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 239,68
B	Adicional de férias	2,78%	R\$ 79,89
Total		11,11%	R\$ 319,57

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

Base de Cálculo Submódulo 2.2 = Módulo 1 + Submódulo 2.1	R\$	3.195,70
--	-----	----------

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 639,14
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 79,89
C	SAT	3,00%	R\$ 95,87
D	SESC OU SESI	1,50%	R\$ 47,94
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 31,96
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 19,17
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,39
H	FGTS	8,00%	R\$ 255,66
Total		36,80%	R\$ 1.176,02

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção – FAP é um multiplicador no qual a alíquota do SAT poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento (O Multiplicador FAP vai de 0,5 a 2), portanto o item C – SAT pode variar de 0,5% a 6%

Nota 4: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Refeição/Alimentação (15 x (R\$ 45,00 - R\$1,11) conforme Cláusula Décima Quarta,CCT 353/2026)	R\$ 658,35
C	Assistência Social (conforme Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo CCT 353/2026)	R\$ 72,03
D	Cesta Básica (R\$ 85,60 menos 15%) conforme Cláusula Décima Segunda CCT 353/2026	R\$ 72,76
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral (Cláusula Décima Quinta CCT 353/2026)	
Total		R\$ 803,14

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017.

Nota 3: Para o Município de Ouricuri, não existe transporte coletivo regulamentado.

Nota 4 : O valor do item E (Seguro de Vida, Invalidez e Funeral) está em branco, porém, orientamos que a licitante preencha/informe o valor a ser contratado, conforme prevê a Cláusula Décima Quinta da CCT 353/2026, as empresas se obrigam a realizar seguro de vida individual ou em grupo para os vigilantes, objetivando indenizações em caso de morte ou invalidez permanente em serviço, consoante a legislação vigente atinente a segurança privada.

Submódulo 2.4 – Indenização do Intervalo Intrajornada

Base de cálculo do Submódulo 2.4 = (Módulo 1/220)\*1,5 R\$ 19,61

2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	Valor (R\$)	
A	Indenização do Intervalo Intrajornada (15 x Valor da hora acrescido de 50%)	R\$	294,15
B	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$	108,25
Total		R\$ 402,40	

Nota 1: Conforme Cláusula Quadragésima Terceira da CCT 353/2026, A quantidade de horas para todos os empregados é de 191 (cento e noventa e uma) horas efetivamente trabalhadas, o que adicionado ao repouso remunerado perfaz um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Nota 2: Conforme SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023: Após a vigência da Lei nº 13.467, de 2017, ocorrida em 11 de novembro de 2017, a verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário-de-contribuição.

Nota 3: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

Nota 4: Conforme informação do Campus Ouricuri, os empregados dos postos de vigilância terão seu intervalo intrajornada suprimido, devendo a hora ser acrescida de 50%

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 319,57	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.176,02	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 803,14	
2.4	Indenização do Intervalo Intrajornada	R\$ 402,40	
Total		R\$ 2.701,13	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,08
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,97
C	Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e trabalhado	4,00%	R\$ 115,05
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 55,80
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 20,53
TOTAL		7,11%	R\$ 204,42

Nota 01: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser

incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual;

Nota 2: O percentual utilizado para cálculo do Aviso Prévio Indenizado (A) leva em conta a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. A base estatística utilizada para basear a planilha de custos foi de 5%, portanto: (Mês não trabalhado / Meses do ano) x Base Estatística de empregados demitidos com aviso prévio Indenizado -  $(1/12) \times 5\% = 0,42\%$

Nota 3: Tendo em vista a edição da Lei nº 13.932/19, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, assim alerta-se o Gestor a respeito das orientações publicadas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no Portal de Compras Governamentais acerca do assunto (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>),

A

saber:

(ii) Para as novas contratações:

a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e

b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea 'b' do item (i) acima.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Base de cálculo do Submódulo 4.1 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3	R\$ 5.781,68
---	--------------

Submódulo 4.1 – Ausências Legais

4.1	Ausências legais	Estimativa (em percentuais)	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 481,61
B	Ausências legais	2,22%	R\$ 128,35
C	Licença paternidade	0,04%	R\$ 2,31
D	Acidente de trabalho	0,02%	R\$ 1,16
E	Afastamento maternidade	0,14%	R\$ 8,09
F	Licença Saúde	1,66%	R\$ 95,98
	TOTAL	12,41%	R\$ 717,51

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

**Férias:** Todo trabalhador tem direito a um período de férias após 12 meses de trabalho (período aquisitivo). Supondo que o empregado não tenha nenhuma falta injustificada no período aquisitivo, ele terá direito a afastar-se do trabalho por 30 dias, sem prejuízo da remuneração (férias). Ao conceder o direito de férias aos seus empregados, a empresa contratada tem dois custos: pagar o salário relativo ao período de férias, acrescido do respectivo adicional (1/3) àquele que frui o direito; e, para que o posto não fique descoberto, deverá colocar um substituto, ao qual deverá remunerar com o mesmo salário do substituído. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 8,33%. Fórmula =  $(1/12) \times 100 = 8,33\%$ . Metodologia de Cálculo: Deve-se provisionar o custo mensal que a contratada tem com a remuneração do substituto do empregado que goza férias, ou seja, a remuneração correspondente a 30 dias.

**Ausências Legais:** A legislação prevê hipóteses de faltas justificadas, vale dizer, situações em que o empregado poderá faltar ao serviço e não ter qualquer desconto na remuneração (por exemplo: doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.). Ocorrendo isso durante a execução do contrato, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 2,22%. Fórmula =  $[(8/30)/12] \times 100 = 2,22\%$ . Metodologia de Cálculo: Calcula-se o número de dias de ausências legais (8 dias), dividido por 30 (dias) e dividindo-se o resultado por 12 (meses).

**Licença Paternidade:** Todo trabalhador que tiver filho terá direito a afastar-se do trabalho por 20 dias, sem prejuízo da remuneração conforme disposição constante do art. 10, § 1º, do ADCT, CF/88 e do inciso II do art. 1º da Lei nº 11.770/2008. Assim, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço ausente. Essa despesa é calculada por estimativa. Estima-se a probabilidade de ocorrência, no período de um ano, desse evento, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. A contratada, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,04%.  $\{[(20/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100 = 0,04$ . Metodologia de Cálculo: A provisão para este item corresponde a 20 dias referentes à licença, divididos por 30 dias do mês, dividindo-se esse resultado por 12 meses do ano, multiplicando-se por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Por fim, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação masculina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (86,46% e 45,22%, respectivamente), utilizemos o percentual referente a serviços de limpeza

**Acidente de Trabalho:** Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 15 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente. O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário. Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa. Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado. O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato. Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,02%. Fórmula:  $[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100 = 0,02\%$ . De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos, em 2018, 154.800 benefícios previdenciários acidentários (B91). Utilizamos o B91 porque ele é o benefício devido ao segurado incapacitado, em decorrência de acidente de trabalho ou doença Profissional, para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, contanto que o segurado seja empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial. Verificamos ainda que no quadro sintético divulgado pelo IBGE[1] havia, com carteira assinada, 32.997.000 empregados e 1.811.000 trabalhadores domésticos, totalizando 34.808.000. Não consideramos outros tipos de segurados em nossa estimativa. Assim sendo, dividindo-se o total de benefícios previdenciários (154.800) pelo número de empregados com carteira assinada, chega-se ao percentual de 0,44%, o qual multiplica a equação acima demonstrada

**Afastamento Maternidade:** O valor final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo da licença maternidade, do número de meses da licença, no percentual de mulheres com emprego formal de trabalho, na fecundidade média e no período de idade fértil das mulheres. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, a empresa necessita repor a empregada, pagando-lhe o salário devido e, ainda, contando-se os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em norma coletiva de trabalho, acordos, convenções ou sentenças normativas em dissídios coletivos). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3. Percentual: 0,14%  $\{[(180/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100 = 0,14\%$ . Metodologia de Cálculo Para o cálculo do percentual referente ao afastamento maternidade, considera-se o número de meses de licença-maternidade no ano que, atualmente, é de 180 dias. Deve-se, então, dividir o referido período por 30 dias e novamente por 12 meses, multiplicando-se, então, por 1,416%, que corresponde ao percentual referente à taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015. Após, multiplica-se o resultado pelos percentuais de participação feminina nos serviços de vigilância e de limpeza e conservação (13,54% e 54,78%, respectivamente) Utilizemos o percentual referente a serviço de limpeza. Aplica-se, por fim, o percentual de encargos sociais devidos pelo empregador, que, no caso deste estudo, é de 36,80%, tendo em vista que o empregador arca somente com a parcela relativa aos encargos sociais da trabalhadora, ficando o pagamento do salário a cargo do INSS.

**Licença saúde:** O artigo 131, inciso III, da CLT, onera a empresa com até 15 (quinze) ausências do empregado por motivo de acidente ou doença atestada pelo INSS; Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). Base de Cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3: Fórmula: (5,96/30)/12x100 = 1,66%

**Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada**

4.2	Intrajornada	Necessidade de Reposição	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
Total			R\$ 0,00

Nota 1: Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.

Nota 2: Os valores limites consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação Caso o órgão ou entidade opte pela não concessão do intervalo intrajornada (rubrica extraordinária), tendo em vista a necessidade e especificidade da contratação, o valor referente a esta rubrica (intrajornada) deverá seguir o disciplinado no § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

**Quadro Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências legais	12,41%	R\$ 717,51
4.2	Intrajornada	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 717,51

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 130,66
B	EPI´s	R\$ 28,82
C	Materiais de Apoio/Consumo	R\$ 4,79
D	Equipamentos Diversos	R\$ 0,94
Total		R\$ 165,21

Nota: Valores mensais estimados por empregado.

**MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

Base de cálculo do Módulo 6 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5.	R\$	6.664,40
---	-----	----------

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 399,86
B	Lucro	8,03%	R\$ 567,25
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (Cofins)	3,00%	R\$ 250,62
	C.2. Tributos Federais (Pis)	0,65%	R\$ 54,30
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 417,71
Total		22,68%	R\$ 1.689,75

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (3): Conforme Art. 8º da Lei nº 10.637 de 2002 e Art. 10 da Lei nº 10.833 de 2003 que instituíram o PIS/Pasep e a COFINS não-cumulativos, as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102, de 1983, Permanecem sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente. Portanto, estarão excluídas do regime não cumulativo e terão todas as suas receitas sujeitas a cumulatividade da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, submetendo-se às alíquotas de 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

Nota (4):Foi utilizado como base para os cálculos dos Custos Indiretos e Lucro o Caderno Técnico de Contratação de Serviços de Vigilância do Ministério da Economia de 2019. Adaptando-se o percentual do lucro à base de Cálculo utilizada nas planilhas de Custos das licitações anteriores.

Nota (5): Conforme Art.25 da Lei Municipal nº 1.323/2014 do Município de Ouricuri/PE, em seu Anexo I, a alíquota do ISS para o serviço de Vigilância é de 5%

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.876,13
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.701,13
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 204,42
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 717,51
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 165,21
	Subtotal (A + B +C+ D + E)	R\$ 6.664,40
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.689,75
	Valor total por empregado	R\$ 8.354,15

3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto ( C )	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor Mensal do serviço (F)=(DXE)
I	Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	R\$ 8.354,15	2	R\$ 16.708,30	2	R\$ 33.416,60
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I)						R\$ 33.416,60

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 16.708,30
B	Valor mensal do serviço	R\$ 33.416,60
C	Valor anual da proposta	R\$ 400.999,20

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

A planilha de custos é um documento que subsidia a Administração com informações sobre a composição do preço a ser contratado, permitindo identificar sua exequibilidade, auxiliar no processo de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, à medida que são conhecidos todos os itens que a compõe. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

### QUADRO RESUMO DAS PLANILHAS - ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Nº DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
Posto 12X36 h NOTURNO NÃO MOTORIZADO	2	R\$ 16.708,30	R\$ 33.416,60	R\$ 400.999,20
			R\$ 33.416,60	R\$ 400.999,20

Ana Paula  
Figueiredo

Martins:8396715033  
0

Assinado de forma digital  
por Ana Paula Figueiredo  
Martins:83967150330  
Dados: 2026.05.04  
10:38:59 -03'00'



## ANEXO V

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. O Instrumento de Medição de Resultados - IMR é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.
2. O objetivo do IMR é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório.
3. Desse modo, o preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos **serviços de vigilância armada** se refere à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado, seguindo os critérios descritos neste anexo.
4. A Fiscalização técnica deverá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:
  - a. Não produziu os resultados, deixou de executar, ou não executou com qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
5. A aplicação do IMR, utilizada pela fiscalização do contrato, deverá seguir de acordo com a metodologia constante em cada indicador tomando como base o mês de referência da prestação dos serviços.
6. O pagamento à contratada será feito em consonância com o percentual de retenções obtido do somatório do resultado de todos os indicadores. Por exemplo, se durante um mês o somatório das retenções de todos os indicadores for de 10% (dez por cento), será efetuado o pagamento de 90% (noventa por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura mensal dos serviços prestados.





INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
REITORIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES - DLIC

INDICADOR 1	
Fornecimento e uso de EPI's e uniformes no local da execução dos serviços	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Mensurar o cumprimento das determinações específicas relacionadas à segurança do trabalho, fornecimento e uso dos uniformes.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhum registro de ocorrência no mês.
<b>Instrumento de medição</b>	Registro das ocorrências pela fiscalização do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Verificação "in loco" com preenchimento de Formulário de Registro de Ocorrências por parte do fiscal do contrato
<b>Periodicidade</b>	Diária, com aferição mensal do resultado
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Soma do número de ocorrências registradas no mês
<b>Início de vigência</b>	A partir do início da prestação dos serviços
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Até 01 (uma) ocorrência</b> - Notificação da fiscalização do contrato para correção da falha;</li><li>• <b>02 (duas) ocorrências</b> - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>03 (três) ocorrências</b> - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>04 (quatro) ocorrências</b> – Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa.</li></ul>
<b>Sanções</b>	Sanções previstas no Termo de Referência
<b>Observações</b>	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
INDICADOR 2	
Cumprimento das atividades e rotinas dos vigilantes nos Postos de Serviços	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Mitigar as falhas, erros e omissões com o objetivo de garantir a execução dos serviços, pelos vigilantes nos seus Postos de



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
REITORIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES - DLIC

	Serviços, dentro dos padrões de qualidade e eficiência. Serão analisadas as atividades como registros nos livros de ocorrências, rondas preventivas nas instalações, controle do acesso de veículos e pessoas, dentre outras atribuições dos vigilantes previstas no Termo de Referência.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhum registro de ocorrência no mês.
<b>Instrumento de medição</b>	Registro das ocorrências pela fiscalização do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Verificação "in loco" com preenchimento de Formulário de Registro de Ocorrências por parte do fiscal do contrato
<b>Periodicidade</b>	Diária, com aferição mensal do resultado
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Soma do número de ocorrências registradas no mês
<b>Início de vigência</b>	A partir do início da prestação dos serviços
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Até 01 (uma) ocorrência</b> - Notificação da fiscalização do contrato para correção da falha;</li><li>• <b>02 (duas) ocorrências</b> - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>03 (três) ocorrências</b> - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>04 (quatro) ocorrências</b> - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa.</li></ul>
<b>Sanções</b>	Sanções previstas no Termo de Referência.
<b>Observações</b>	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
<b>INDICADOR 3</b>	
<b>Equipamentos e materiais adequados e necessários para a execução dos serviços</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a disponibilização dos equipamentos e materiais, nos postos de serviços, necessários para o bom cumprimento dos serviços contratados em atendimento ao Termo de Referência.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhum registro de ocorrência no mês.
<b>Instrumento de medição</b>	Registro das ocorrências pela fiscalização do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
REITORIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES - DLIC

<b>Forma de acompanhamento</b>	Verificação "in loco" com preenchimento de Formulário de Registro de Ocorrências por parte do fiscal do contrato
<b>Periodicidade</b>	Diária, com aferição mensal do resultado
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Soma do número de ocorrências registradas no mês
<b>Início de vigência</b>	A partir do início da prestação dos serviços
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Até 01 (uma) ocorrência</b> - Notificação da fiscalização do contrato para correção da falha;</li><li>• <b>02 (duas) ocorrências</b> - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>03 (três) ocorrências</b> - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>04 (quatro) ocorrências</b> - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa.</li></ul>
<b>Sanções</b>	Sanções previstas no Termo de Referência e Edital da Licitação.
<b>Observações</b>	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
<b>INDICADOR 4</b>	
<b>Cumprimento dos prazos referentes as solicitações e notificações da Contratante</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Mensurar o cumprimento dos prazos estipulados pela Administração referentes a Notificações ou Solicitações à Contratada.
<b>Meta a cumprir</b>	Celeridade no atendimento em cumprimento dos prazos estipulados pela Administração.
<b>Instrumento de medição</b>	Registro das ocorrências pela fiscalização do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Verificação "in loco" com preenchimento de Formulário de Registro de Ocorrências por parte do fiscal do contrato
<b>Periodicidade</b>	Diária, com aferição mensal do resultado
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Soma do número de ocorrências registradas no mês
<b>Início de vigência</b>	Data de início da prestação dos serviços



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
REITORIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES - DLIC

<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Até 01 (uma) ocorrência</b> - Notificação da fiscalização do contrato para correção da falha;</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>02 (duas) ocorrências</b> - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>03 (três) ocorrências</b> - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>04 (quatro) ocorrências</b> - Retenção de 3% (três por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa.</li></ul>
<b>Sanções</b>	Sanções previstas no Termo de Referência.
<b>Observações</b>	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
<b>INDICADOR 5</b>	
<b>Cumprimento do prazo para substituição de vigilante em caso de eventual ausência</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a substituição, no prazo estipulado no Termo de Referência, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato; Manter a continuidade dos Serviços de vigilância.
<b>Meta a cumprir</b>	Celeridade no atendimento em cumprimento dos prazos estipulados pela Administração para substituição de vigilante em caso de eventual ausência.
<b>Instrumento de medição</b>	Registro das ocorrências pela fiscalização do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Verificação "in loco" com preenchimento de Formulário de Registro de Ocorrências por parte do fiscal do contrato.
<b>Periodicidade</b>	Por notificações/solicitações enviadas à contratada, com aferição mensal.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Soma do número de ocorrências registradas no mês.
<b>Início de vigência</b>	A partir da data da assinatura do contrato



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
REITORIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES - DLIC

<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Até 01 (uma) ocorrência</b> - Retenção de 1% (um por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>02 (duas) ocorrências</b> – Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>03 (três) ocorrências</b> – Retenção de 3% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura;</li><li>• <b>04 (quatro) ocorrências</b> – Retenção de 4% (três por</li></ul>
	cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa.
<b>Sanções</b>	Sanções previstas no Termo de Referência.
<b>Observações</b>	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
<b>INDICADOR 6</b>	
<b>Atraso no pagamento de salários, 13º salário, férias ou benefícios mensais ou diários do(s) vigilante(s)</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Mitigar a ocorrências de atrasos de pagamentos de salários, 13º salário, férias, vale alimentação ou qualquer outro tipo de benefícios mensais e diários, tais como: Vale-transporte, Cesta Básica, etc.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhum registro de ocorrência no mês.
<b>Instrumento de medição</b>	Registro das ocorrências pela fiscalização do contrato no Formulário de Registro de Ocorrências.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Análise da documentação enviada pela contratada com o devido preenchimento do Formulário de Registro de Ocorrências por parte do fiscal do contrato no caso de constatação de ocorrências.
<b>Periodicidade</b>	Mensal, nos termos do art. 459, § 1º, do Decreto-Lei nº 5.452/43 e atualizações e data-base fornecida pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria Profissional dos Vigilantes.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Soma do número de ocorrências registradas no mês
<b>Início de vigência</b>	A partir da data da assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Até 01 (uma) ocorrência</b> - Retenção de 2% (dois por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura por <b>(atraso no pagamento do vale transporte e vale alimentação no primeiro dia útil de cada mês)</b>;</li></ul>



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
REITORIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES - DLIC

	<ul style="list-style-type: none"><li><b>02 (duas) ocorrência</b> - Retenção de 4,0 (quatro por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura e abertura de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, sendo garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. <b>(Atraso no pagamento de Salários, Férias, Verbas Rescisórias e não recolhimento dos Encargos Previdenciários e Trabalhistas).</b></li></ul>
<b>Sanções</b>	Sanções previstas no Termo de Referência.
<b>Observações</b>	A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**AJUSTE MENSAL PARA REALIZAR O PAGAMENTO DE ACORDO COM  
IMR – INSTRUMENTO DE MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS**

<b>Processo nº:</b>	<b>Contrato nº:</b>	<b>Mês/Ano de Referência:</b>
<b>Quadro Resumo de Ajustes no Pagamento</b>		
<b>Indicadores:</b>	<b>Número de Ocorrências Verificadas pelo (a) Fiscalização Técnica:</b>	<b>Percentual de Retenção na Fatura/Nota Fiscal:</b>
01 – Fornecimento e uso de EPI's e uniformes no local da execução dos serviços		
02 – Cumprimento das atividades e rotinas dos vigilantes nos Postos de Serviços		
03 – Equipamentos e materiais adequados e necessários para a execução dos serviços		



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
REITORIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES - DLIC

04 – Cumprimento dos prazos referentes as solicitações e notificações da Contratante		
05 – Cumprimento do prazo para substituição de vigilante em caso de eventual ausência		
06 - Atraso no pagamento de salários, 13º salário, férias ou benefícios mensais ou diários do (s) vigilante (s).		
<b>Percentual Total de Retenção da Nota Fiscal/Fatura</b>		
<b>VALOR TOTAL A SER PAGO A CONTRATADA</b>		
<b>Número da Nota Fiscal/Fatura:</b>	<b>Data da emissão Nota Fiscal/Fatura:</b>	
<b>(Valor Total da Nota Fiscal/Fatura) – (Percentual Total de Retenções da Nota Fiscal/Fatura):</b>		
<b>VALOR TOTAL A SER PAGO: R\$ XX. XXX, XX (VALOR POR EXTENSO)</b>		

Petrolina – PE\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Fiscal Técnico do Contrato (Unidade do IF Sertão PE)**

Ciente em, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
REITORIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES - DLIC

**Preposto / Representante da Contratada - CPF n°:**